

fiso del may
fuerissen cres
de las honra
allegados a la
El
Los ejemplo

Veredas da História, [online], v. 12, n.1, jul., 2019, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Beatriz Galvão Abrantes, UFBA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Imagem: Fragmento de manuscrito medieval
(BNM.es)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

SUMÁRIO

4

EDITORIAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

ARTIGOS

5

O PREFÁCIO DE *AB URBE CONDITA* DE TITO LÍVIO E A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA GREGA

Denis Renan Correa (UFRB)

24

ESTUDOS DE GÊNERO, CINEMA E HISTÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DAS PERSONAGENS FEMININAS NO FILME “DAMAS DO PRAZER” (1978), DE ANTONIO MELIANDE

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis(PUCRS)

Thiago Costa Juliani Regina (PUCRS)

46

O LEVANTAMENTO DE CONCEPÇÕES PRÉVIAS EM UMA AULA-OFICINA: A PERSPECTIVA DE HISTÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA E DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Krisley Aparecida de Oliveira (PPGH-UFG)

66

O ANTIGERMANISMO NO PERÍODO DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1945)

Melissa Probst (Instituto Federal Catarinense)

Raquel Ficht (Uninter)

91

HISTÓRIA E LITERATURA: UM DESTAQUE NA OBRA AUTOBIOGRÁFICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Romildo Rodrigues Neves Júnior (UFCat)

105

O CRIME DO *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1979)

Thasio Fernandes Sobral (PPGH-UFBA)

128

**LA FICCIONALIDAD EN EL OFICIO
HISTÓRICO**

Fabián Andrés Torres Chacón (PPGH-Unicamp)

**141 UM PANORAMA DO ESTADO ATUAL DAS PESQUISAS
SOBRE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA A PARTIR DA OBRA
“LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ENTRE POLÍTICAS E
NARRATIVAS”**

Rafael Fiedoruk Quinzani (UFSM)

José Iran Ribeiro (UFSM)

149

NOVAS REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA COLONIAL

Rafaela Cecconi Pantaleão Amorim (UFBA)

EDITORIAL



Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia

Neste volume não publicaremos um dossiê. Os seis artigos e três resenhas tratam de temas diversos. A edição de 2019.1 contemplou uma diversidade de assuntos, temporalidades e abordagens, contando com contribuições de professores e profissionais de diversas instituições públicas e privadas das regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, tais como a PUCRS, Uninter, UFRB, UFG, Instituto Federal Catarinense, UFCat, UFBA, Unicamp e UFSM. Trata-se de uma coletânea de artigos que discorre sobre a historiografia grega, as relações entre gênero, cinema e história, passando por discussões sobre o Ensino de História e as relações entre Literatura e História, até chegar ao tema do antigermanismo durante o Estado Novo e o tratamento dado às práticas homoeróticas durante a Ditadura Militar. Os textos servirão aos interesses de estudantes da graduação e pós-graduação, como também de investigadores profissionais das áreas de História, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, ou quaisquer interessados(as) em construir conhecimento crítico sobre o campo historiográfico e outras áreas interdisciplinares. A multiplicidade de assuntos e perspectivas teórico-conceituais e metodológicas tornam esse número da revista um veículo para a reflexão sobre os lugares historicamente variáveis de algumas experiências e discursos humanos, contribuindo para o questionamento do senso comum e das posturas acríticas sobre as relações entre passado e presente.

Agradecemos a todos(as) os(as) autores(as) por disponibilizarem generosamente seus artigos e esperamos que o público interessado conheça, leia e divulgue o conteúdo desta edição.

O PREFÁCIO DE *AB URBE CONDITA* DE TITO LÍVIO E A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA GREGA

THE PREFACE OF AB URBE CONDITA BY LIVY AND THE GREEK HISTORIOGRAPHIC TRADITION

Denis Renan Correa¹

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: O texto aborda o prefácio de *Ab Urbe Condita* por Tito Lívio, como forma de diálogo e emulação com a tradição da historiografia grega. O prefácio enquanto peça introdutória da historiografia antiga segue uma estrutura característica que estabelece o escopo e a ênfase da obra de acordo com diferentes critérios históricos. Tito Lívio dialoga com esta tradição ao mesmo tempo em que inova ao oferecer uma dimensão própria da sua obra na sua intertextualidade agonística com a tradição precedente.

Palavras-chave: Historiografia Antiga; Tito Lívio; Intertextualidade Agonística.

Abstract: This text approaches the Preface of *Ab Urbe Condita* by Livy as a discussion and emulation with Greek historiographical tradition. The preface is an introductory piece from ancient historiography that follows a given pattern which establishes the scope and emphasis of the work accordingly with different historical criteria. Livy dialogues with such tradition at the same time in which he innovates by offering his own dimension for his work through agonistic intertextuality with the precedent tradition.

Keywords: Ancient Historiography; Livy; Agonistic Intertextuality

¹ Mestre em História pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), doutorando em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra e Professor Adjunto do curso de Licenciatura em História da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Contato: tecnocaos@gmail.com.

[historia] est enim proxima poetis et quodammodo carmen solutum, et scribitur ad narrandum non ad probandum, totumque opus non ad actum rei pugnamque praesentem, sed ad memoriam posteritatis et ingenii famam componitur.

A história é, de fato, próxima aos poetas e, em certa medida, um poema em prosa escrito para narrar e não para convencer; de todo um trabalho não para uma ação disputada no presente, mas para a memória da posteridade e para a fama do gênio do escritor²

Quintiliano, *Institutio Oratoria*, (Livro 10, Capítulo 1.31)

Introdução

Entre os cânones literários da historiografia grega do séc. V – especialmente Hecateu de Mileto, Heródoto de Halicarnasso e Tucídides de Atenas – encontra-se uma estrutura de prefácio que desde as primeiras linhas do texto estabelece o escopo e a ênfase da obra de acordo com critérios relevantes da historiografia antiga nas suas dimensões investigativa e narrativa. Através destes critérios, o historiador antigo estabelece sua autoridade para relatar eventos passados, construindo tal autoridade em intertextualidade constante com a tradição historiográfica que lhe antecede. O objetivo deste texto é analisar como a obra *Ab Urbe Condita* de Tito Lívio se situa nesta tradição historiográfica e estabelece a autoridade do seu relato no seu *Praefatio*. Vários aspectos deste tema já foram abordados em outros estudos,³ mas o objetivo aqui é a intertextualidade no interior da tradição no que tange aos critérios de pensamento histórico da obra.

Segundo R. M. Ogilvie (1965, 23) o modelo de prefácio dos historiadores do séc. V já havia sido canonizado tão cedo quanto no séc. IV, sendo adotado posteriormente pela historiografia romana com modificações. O cânone do séc. V era tão influente que Quintiliano (*Institutio Oratoria*, 10.1.101) compara Tito Lívio com Heródoto, e Salústio com Tucídides. Considerando tal contexto, este estudo adotou três constrações para o estudo do tema. Primeiro, não se dispõe dos prefácios de muitas obras historiográficas gregas e romanas com as quais

² Todas as citações de obras antigas são de minha autoria, para facilitar o destaque de aspectos do texto na análise. Para consulta, utilizei as edições e estudos mencionados na bibliografia final.

³ Para bibliografia extensa de análises do *Praefatio* de Tito Lívio ver MOLES, John, *Livy's Preface, Proceedings of the Cambridge Philological Society*, v. 39 1994, p. 141. e BURTON, Paul J., *Livy's Preface and its Historical Context*, *Scholium*, v. 17, 2008, p. 70.

Tito Lívio esteve em contato, de forma que o modelo do séc. V se impõe tanto pela relevância na tradição quanto por se tratar do corpo documental mais antigo e coeso disponível para comparação, ainda que exista diferenças consideráveis entre este modelo e o romano, como se verá abaixo. Além disso, dentre as obras que sobreviveram na modernidade, há modelos alternativos que visivelmente não foram seguidos por Tito Lívio, como exemplo mais relevante a *continuação*, inaugurada por Xenofonte quando enceta sua *Helênica* com um atípico μετὰ δὲ ταῦτα para narrar os eventos imediatamente a partir do ponto no qual Tucídides interrompe sua narrativa.⁴

A segunda constrição consiste na prioridade dada à intertextualidade com Salústio, sem ignorar a existência de outras vertentes de influência,⁵ mas deixando-as de lado por enquanto. A terceira constrição consiste no debate em torno da datação dos primeiros livros de *Ab Urbe Condita* e sua relação com o Principado de Augusto. Woodman (1988: 132-140) defendeu que a obra inicia com uma postura pessimista em relação à Guerra Civil entre os herdeiros de César, mas adquire com o tempo um tom mais positivo no qual Augusto representa o fim do declínio e a renovação de Roma. Em oposição a este argumento, P. J. Burton (2008: 71-88) nega qualquer relação de Tito Lívio com o Principado e sustenta uma datação para o *Praefatio* anterior ao fim da Guerra Civil. No entanto, aqui opta-se por seguir J. Moles (1994: 150-153) e V. M. Warrior (2006): o pessimismo da obra também está ligado a convenções herdadas pela tradição, logo é prudente ser cético em interpretá-lo como evidência sobre datação da sua escrita ou criticismo ao Principado.

Definidas tais constrições, delineio a seguir a trajetória de pesquisa aqui proposta. Primeiro, aborda-se o modelo de prefácio historiográfico do séc. V e algumas de suas principais características apontadas por comentadores

⁴ MARINCOLA, John, **Authority and Tradition in Ancient Historiography**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 289-92 estabeleceu quadro ilustrativo de "continuadores" gregos e romanos, no qual Tito Lívio não aparece, pois seu escopo é narrar desde a fundação de Roma. Salústio, por sua vez, é considerado um continuador de Sisenna, Asellio e Catão, o velho.

⁵ WOODMAN, A. J., **Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies**, London: Routledge, 1988, p. 70-146, afirma que Tito Lívio é seguidor do estilo retórico adequado à história definido por Cícero, tendo como modelo o estilo de Heródoto que se caracteriza pela "amplitude, mobilidade e fluência". O estilo de Salústio – "abrupto, breve e arcaizante" – foi relacionado a Tucídides, correlação que, como já mencionado, foi definida por Quintiliano (*Institutio Oratoria*, 10.1.101).

modernos, destacando o papel da rivalidade autoral e os critérios do pensamento histórico. Em seguida, analisa-se o *Praefatio* de *Ab Urbe Condita* de forma a evidenciar intertextualidade agonística com o referido modelo historiográfico grego, e com Salústio enquanto principal interlocutor de Lívio em contexto romano. Por fim, desdobram-se estas questões num quadro geral das estratégias persuasivas usadas por Lívio para conferir à sua história um valor didático e paradigmático.

O prefácio na historiografia Grega do séc. V

O fragmento inaugural do género historiográfico grego é uma aberta declaração de discordância (*FGrHist* 1 F1a):

Ἐκαταῖος Μιλήσιος ὧδε μυθεῖται· τάδε γράφω, ὥς μοι δοκεῖ ἀληθέα εἶναι· οἱ γὰρ Ἑλλήνων λόγοι πολλοὶ τε καὶ γελοῖοι, ὡς ἐμοὶ φαίνονται, εἰσὶν

Hecateu de Mileto assim diz: aqui escrevo o que me parece ser verdadeiro, pois os relatos dos gregos, como a mim se revelam, são muitos e ridículos.

Embora só conheçamos fragmentos desta obra,⁶ é evidente que sua estrutura foi adotada também nos prólogos de Heródoto e Tucídides, cujo conjunto estabeleceu um modelo (*Histórias* I. 1 e *História da Guerra do Peloponeso* I. 1):

Ἡροδότου Ἁλικαρνησέος ἱστορίας ἀπόδεξις ἦδε, ὡς μήτε τὰ γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων τῷ χρόνῳ ἐξίτηλα γένηται, μήτε ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά, τὰ μὲν Ἕλλησι, τὰ δὲ βαρ- βάροισι ἀποδεχθέντα, ἀκλέα γένηται, τὰ τε ἄλλα καὶ δι' ἣν αἰτίην ἐπολέμησαν ἀλλήλοισι.

Esta é a apresentação da história/investigação de Heródoto de Halicarnasso, para que assim nem os feitos dos humanos se tornem esquecidos no tempo, e nem as obras grandes e maravilhosas realizadas tanto por helenos quanto por bárbaros não fiquem sem glória, e ainda, entre outras coisas, por qual causa guerrearam uns contra os outros.

⁶ Em português ver KOIKE, K., **Hecateu de Mileto e a Formação do Pensamento Histórico Grego**, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013., em inglês, BERTELLI, Lucio, *Hecataeus: from Genealogy to historiography*, in: LURAGHI, Nino (Org.), **The Historian's Craft in the Age of Herodotus**, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 57-94.

Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ξυνέγραψε τὸν πόλεμον τῶν Πελοποννησίων καὶ Ἀθηναίων, ὡς ἐπολέμησαν πρὸς ἀλλήλους, ἀρξάμενος εὐθύς καθισταμένου καὶ ἐλπίσας μέγαν τε ἔσεσθαι καὶ ἀξιολογώτατον τῶν προγεγενημένων, τεκμαιρόμενος ὅτι ἀκμάζοντές τε ἦσαν ἐς αὐτὸν ἀμφοτέρω παρασκευῇ τῇ πάσῃ καὶ τὸ ἄλλο Ἑλληνικὸν ὄρων ξυνιστάμενον πρὸς ἑκατέρους, τὸ μὲν εὐθύς, τὸ δὲ καὶ διανοούμενον.

Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos Peloponésios e Atenienses e como guerrearam uns contra os outros, começando no momento da sua eclosão, esperando que ela se tornasse a maior e mais valorosa dos acontecimentos anteriores, conjecturando que ambos os lados estavam no auge das suas capacidades, e também vendo que os outros helenos alinhavam-se para um dos lados, seja diretamente ou ao menos intencionalmente.

L. Porciani⁷ estudou esta fórmula epistolar e seus vínculos com a epistolografia oriental, especialmente a enunciação em terceira pessoa – que intermedia relação entre remetente e destinatário – e o posterior deslizamento para a primeira pessoa – na qual o remetente toma a palavra para si. Porciani observa que tal fórmula pode ser oriunda da epistolografia oficial persa que divulgava os decretos em cada satrápia do Império Aquemênida, sempre em três línguas diferentes de acordo com cada região (na Jônia, a língua grega). Historiadores jônicos que trataram a questão persa, como Hecateu e Heródoto, podem ter sido influenciados por este contato com a epistolografia persa. A enunciação epistolar cumpre o papel de definir o proprietário e remetente do texto, o que ressalta a relação entre público e historiador, que soa como uma figura distante que envia uma mensagem. (PORCIANI, 1997: 44-52) Logo, a fórmula epistolar faz com que o historiador se apresente com o nome e a cidade de origem – como quem envia uma carta – o que colabora na sua caracterização como viajante ou exilado. Tais características são completamente ausentes no testemunho poético, por exemplo, cujo contexto de enunciação pressupõe certa proximidade ou mesmo uma comunhão entre *aedo* e público.⁸

⁷ PORCIANI, Leone, **La Forma Proemiale: Storiografia e Pubblico Nel Mondo Antico**, Pisa: Scuola Normale Superiore, 1997.

⁸ *Ibid.*, p. 55. Na épica a enunciação é plural: um “nós” que conjuga aedo (remetente), Musa (fonte de autoridade) e o público (que conhece, através do aedo, o que a Musa quer transmitir).

Neste mesmo tema da enunciação histórica, o historiador brasileiro T. C. Guterres⁹ explora o papel do selo autoral (*sphragís*) na obra de Heródoto, marcando a afirmação de individualidade e a situação de competição autoral com a poesia. Para Guterres, a manifestação autoral de Heródoto representa um claro desvio em relação ao canto poético, de forma a conceder uma nova concepção de “eu” autoral. Segundo Porciani (2017: 141-155), a forma epistolar será abandonada a partir do século IV quando a história se liga ao ensino de retórica, abrindo-se a uma forma de comunicação com um público mais amplo, e com uma abordagem mais institucionalizada, cujo estrutura é definida pelo ensino de retórica.¹⁰ Neste cenário, o prefácio historiográfico não deixará de ter caráter programático tanto na definição da autoridade e individualidade do historiador em constante rivalidade com outros, bem como o contraste com o saber poético será ainda relevante, como se verá na análise de Tito Lívio abaixo.

Francisco Murari Pires,¹¹ por sua vez, definiu seis critérios da historiografia antiga presentes nestes prefácios: (a) axiológicos (grandeza ou o valor dos eventos narrados); (b) teleológicos (finalidade e utilidade para o público-alvo); (c) onomasiológicos (enunciação do sujeito que confere autoridade ao narrado); (d) metodológicos (meios de discernimento da verdade); (e) arqueológicos (o início do evento narrado) e (f) etiológicos (as causas do evento). Estes critérios eram influenciados pela épica grega, especialmente homérica. A épica tem no seu prefácio a invocação das Musas cuja dimensão mística da relação entre *aedo* e divindade estabelece a autoridade do relato e a grandeza dos feitos narrados. A historiografia rompe com este procedimento ao desenvolver um “eu ajuizante” (PIRES, 1999: 205-207) que se enuncia no texto enquanto narrador intrusivo que hierarquiza o grau de fiabilidade das informações a partir do que ele viu, ouviu, julgou,¹² e partir daí todos os critérios são pautados por parâmetros diferentes

⁹ GUTERRES, Tiago, **Heródoto de Halicarnasso autoria e escrita da história**, Curitiba: Prismas, 2017, p. 68–82.

¹⁰ NICOLAI, Roberto, The Place of History in the Ancient World, *in*: MARINCOLA, John (Org.), **A companion to Greek and Roman historiography**, Malden: Blackwell, 2007, p. 19–23.

¹¹ PIRES, Francisco M., **Mithistória**, São Paulo: Humanitas/USP, 1999, cap. 7.

¹² Além da nota acima, ver HARTOG, , L’oeil de l’historien et la voix de l’histoire, **Communications**, v. 43, p. 55–69, 1986; BERTELLI, Hecataeus: from Genealogy to historiography, p. 80–84. e DEWALD, C., I didn’t give my own genealogy: Herodotus and the authorial personal, *in*: BAKKER, E. J.; JONG, J. F.; WEES, H. (Orgs.), **Brill’s Companion to Herodotus**, Leiden: Brill, 2002, p. 268–275.

daquele da poesia. Não abordarei aqui em detalhe todos os critérios definidos por Pires, mas ressaltarei ao longo da análise do *Praefatio* o modo como Tito Lívio reage aos quatro primeiros critérios (axiológico, teleológico, onomasiológico e metodológico).

Se prefácios possuem papel fulcral na formação autoral de historiadores, é importante considerar o estudo de J. Marincola¹³ sobre a noção de autoridade na historiografia antiga. Nas reivindicações de competência para narrar os eventos do passado, o historiador antigo constrói uma *persona* persuasiva na qual a audiência pode encontrar credibilidade. Marincola aborda como autores se situam na tradição a partir da imitação criativa e criticismo de predecessores, no qual se evidencia o aspecto da intertextualidade agonística¹⁴ entre historiadores. Desta forma, além dos critérios definidos por Pires, aborda-se como Tito Lívio constrói sua personalidade autoral no *Praefatio* ao mesmo tempo em que contrasta sua empresa literária com outros historiadores, especialmente Salústio e o próprio cânone historiográfico do século V.

Os critérios historiográficos de Tito Lívio

Nas suas primeiras linhas, Tito Lívio revela certa modéstia ou incerteza sobre a vindoura fortuna crítica da sua obra (*Praefatio* 1–3):

[1] Facturusne operae pretium sim si a primordio urbis res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim, [2] quippe qui cum ueterem tum volgatam esse rem videam, dum noui semper scriptores aut in rebus certius aliquid allaturos se aut scribendi arte rudem uetustatem superaturos credunt. [3] Vt cumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili parte et ipsum consuluisse; et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler.

[1] Se terei bons resultados escrevendo a história do povo romano desde a fundação da cidade, não sei ainda, e se

¹³ MARINCOLA, **Authority and Tradition in Ancient Historiography**, p. 1–11.

¹⁴ Termo cunhado pelo egiptólogo alemão Jan ASSMANN, Jan, **Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen**, München: Beck, 1992, p. 286. Ver também suas aplicações na historiografia grega por BERTELLI, Hecataeus: from Genealogy to historiography, p. 68–69., e CONDILO, Camila, Agonistic intertextuality: Herodotus' engagement with Hecataeus on genealogies, **JAH**, v. 5, n. 2, p. 228–279, 2017.

soubesse, não ousaria dizer, [2] pois percebo que este assunto é tão antigo quanto conhecido na medida em que novos escritores sempre acreditam que podem ou acrescentar algo mais seguro aos fatos ou superar a rudeza antiga na arte de escrever. [3] Seja como for, será um prazer celebrar, com meus próprios recursos, a memória dos feitos do povo mais poderoso da terra; e se na grande multidão de escritores a minha reputação cair obscura, que eu me console com o renome e a grandeza daqueles que ofuscam meu nome.¹⁵

Nestas linhas marcadas por forte conotação autoral, o narrador chama atenção repetidamente sobre si mesmo e sua empresa literária: são seis usos de verbos na primeira pessoa somente na primeira sentença.¹⁶ Como mencionado, o hábito epistolar de mencionar no texto o nome do autor em terceira pessoa para depois deslizar para a primeira pessoa já havia sido abandonado depois de Tucídides, provavelmente sob influência de uma história ligada à retórica, na qual sua função educativa e moralizante se consolida.¹⁷ Logo, o princípio onomasiológico consiste na enunciação das credências do historiador para narrar os fatos e educar a audiência, e a partir deste objetivo que se deve interpretar a aparente humildade de Tito Lívio em duvidar se ele conseguirá bons resultados na sua empresa literária: desde a primeira linha ele começa a elaborar a *persona* de escritor habilidoso e humilde que nada mais faz do que transmitir a grandeza e a virtude que se pode encontrar na narração do passado romano.

A suposta insegurança que o autor expressa se revela, no decorrer do texto, um sofisticado esforço persuasivo de construção da sua autoridade, no qual o autor enuncia a longa tradição de rivalidade entre historiadores ("multidão de escritores", *in tanta scriptorum turba*). Tito Lívio apresenta-se ao leitor simultaneamente com humildade autoral e habilidade retórica. Percebe-se o eco de Hecateu ao mencionar criticamente relatos antecessores como a própria

¹⁵ Tradução própria. Foram consultadas edições de **Livy: Books I and II**, Cambridge: Harvard University Press, 1919., **The History of Rome, Livy Books 1-5**, Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2006. (em inglês) e **Tito Lívio. História de Roma desde a fundação da cidade. Livro I - A Monarquia**, Belo Horizonte: Crisálida, 2008 (português), e também o comentário de OGILVIE, R. M., **A Commentary on Livy Books 1-5**, Oxford: Clarendon Press, 1965.

¹⁶ Na primeira sentença temos "*sim*", "*perscripserim*", "*scio*", "*sciam*" "*ausim*" e "*videam*". No total, a primeira do pessoa é usada quatorzes vezes no *Praefatio*, ver MOLES, *Livy's Preface*, p. 141.

¹⁷ PORCIANI, **La Forma Proemiale: Storiografia e Pubblico Nel Mondo Antico**, p. 87-106.

motivação para a escrita (*FGrHist* 1 F1a, οἱ γὰρ Ἑλλήνων λόγοι πολλοὶ τε καὶ γελοῖοι), mas com sofisticação retórica muito maior, pois enquanto Hecateu reivindica apenas preocupar-se com a verdade (ὥς μοι δοκεῖ ἀληθέα εἶναι), Lívio admite que todos escritores a buscam, bem como a fluência na escrita, e que o melhor deles haverá de alcançar fama precisamente porque há intensa competição, já que por *nouí scriptores* Lívio tem como alvo inclusive futuros historiadores.¹⁸ Nesta manobra retórica, ele apresenta a si mesmo como alguém preocupado com o espírito público, de forma que os leitores futuros tenham o melhor relato em mãos, mesmo que não seja o dele.¹⁹ A aparente humildade é já *performance* elaborada das suas credenciais enquanto escritor habilidoso, elaborando criativamente o princípio onomasiológico da sua formação autoral.

Tais linhas iniciais também estabelecem a grandeza dos fatos narrados (*rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili*), ou seja, aquilo que Pires (1999) definiu como princípio axiológico. Ogilvie (1965: 25) vê eco de Heródoto (*Histórias* I.1, ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά), e Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso* I.1 μέγαν (...) καὶ ἀξιολογώτατον τῶν προγεγενημένων), enquanto Marincola (1997: 40-41) nota que esta amplificação do povo romano como objeto de maior grandeza para a escrita da história é comum também a Diodoro e Dionísio. Lívio contrasta sua aparente humildade com a grandeza do seu objeto, preanunciando a estratégia retórica na qual tal grandeza torna tolerável a narração de aspectos questionáveis das origens de Roma.

Outro elemento importante, e que coaduna a relação com a épica na formulação dos critérios históricos, foi notado já por Quintiliano (*Institutio Oratoria* 9.4.74): as primeiras linhas do *Praefatio* formam um hexâmetro dactílico. Tal emulação entre história e épica está para além da forma: a metáfora de um escritor que cai no obscurantismo para dar fama a outro escritor é análoga ao guerreiro que cai no campo de batalha para dar fama a outro herói épico.²⁰ A relação com a épica retornará ao texto depois, mas sigamos o *Praefatio* (4–5):

¹⁸ WOODMAN, *Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies*, p. 130.

¹⁹ MOLES, *Livy's Preface*, p. 143–144.

²⁰ *Ibid.*, p. 145–146.

[4] Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum repetatur et quae ab exiguis profecta initiis eo creuerit ut iam magnitudine laboret sua; et legentium plerisque haud dubito quin primae origines próximae que originibus minus praebitura voluptatis sint, festinantibus ad haec noua quibus iam pridem praeualentis populi uires se ipsae conficiunt [5]: ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca [tota] illa mente repeto, avertam, omnis expertus curae quae scribentis animum, etsi non flectere a vero, sollicitum tamen efficere posset.

[4] Além disso, o assunto é uma tarefa imensa porque remonta a setecentos anos, e porque a partir de um começo frágil [Roma] cresceu de tal forma que está agora sofrendo com sua própria grandeza; não tenho dúvida que as remotas origens e os fatos próximos a elas causariam menos prazer para muitos dos leitores que se apressam para estes tempos recentes nos quais o mais poderoso dos povos tem destruído a si mesmo; [5] eu, ao contrário, procurarei também neste recompensa ao trabalho, pois durante o tempo que minha atenção volta-se ao antigo, me afasto da visão destes males que nosso tempo tem visto por tantos anos, ficando livre de todas preocupações que mesmo que não desviem da verdade a mente do escritor, podem perturbá-lo.

Tito Lívio responde aqui a duas tendências da tradição: as dificuldades da escrita historiográfica e sua utilidade no presente, encadeando assim os princípios metodológicos e teleológicos. É um hábito da historiografia antiga destacar sua dificuldade: Heródoto a menciona de passagem (III. 115), enquanto Tucídides explora tais dificuldades do fazer histórico no trecho conhecido como “Metodologia” (I. 22) no qual afirma que recordar os discursos e as batalhas é difícil (χαλεπός) e trabalhoso (ἐπίπνοος). Tal tendência persistirá na tradição, normalmente associando tal dificuldade tanto às viagens e inquéritos necessários à história quanto ao estilo da escrita.²¹ No caso de Tito Lívio, a imensa obra (*immensi operis*) está na grandeza tanto cronológica quanto axiológica do tema, e nesta grandeza ele busca a recompensa ao esforço (*laboris praemium*).

Não sendo um autor afeito às reflexões metodológicas, Tito Lívio passa imediatamente ao tema da utilidade da história, no qual a intertextualidade com a tradição do séc. V é presente, mas com rupturas claras. Tucídides (I. 20–21) deixa

²¹ MARINCOLA, **Authority and Tradition in Ancient Historiography**, p. 152–157.

claro que existe mais acurácia na investigação de eventos recentes do que nos antigos, que se esvanecem no tempo e tornam impossíveis o inquérito das testemunhas, e por isso a história recente acaba por tornar-se mais acurada e mais útil ao leitor. Tito Lívio rompe abertamente com esta noção e inverte totalmente o argumento: critica os leitores apressados (*festinantibus*) que preferem os eventos recentes aos antigos. O elogio das origens contrasta com a descrição pessimista do período recente, o que levou à discussão sobre a relação da obra com a Guerra Civil dos herdeiros de César e o Principado.²² Para Tito Lívio a antiguidade romana negligenciada por historiadores, provavelmente Salústio entre eles, é convidativa justamente por afastar o autor e os leitores das perturbações do período recente. Segundo Porciani (1997: 109-111) o caráter moral e paradigmático do passado, em contraste com a decadência do presente, domina a utilidade da história liviana e deixa em segundo plano as questões metodológicas, isto é, a baixa confiança das informações disponíveis sobre o passado distante. O próprio Lívio reforça esta distinção no Livro VI: o “segundo prefácio” que separa os eventos antes e depois do saque gaulês e do incêndio de Roma. Lívio sabe que as informações anteriores a este incêndio são pouco confiáveis, mas nem por isso este passado remoto perde seu valor paradigmático enquanto exemplo fundamental para compreender a grandeza de Roma.

Com notável habilidade persuasiva, o historiador desembaraça-se novamente das dificuldades metodológicos no trecho 6–8 do *Praefatio*:

[6] Quae ante conditam condendamue urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est. [7] Datur haec uenia antiquitati ut miscendo humana diuinis primordia urbium augustiora faciat; et si cui populo licere oportet consecrare origines suas et ad deos referre auctores, ea belli gloria est populo Romano ut cum suum conditorisque sui parentem Martem potissimum ferat, tam et hoc gentes humanae patientur aequo animo quam imperium patiuntur.

[6] Da própria fundação da cidade e o que antecede, a intenção é nem afirmar nem refutar as tradições transmitidas mais com adornos poéticos do que com a memória conservada dos fatos

²² Ver acima página 2, no qual menciono alguns dos principais estudos sobre este tema. Reforço que opto pelo ceticismo em tentar interpretar tal pessimismo como argumento sobre a relação entre o autor e o Principado que, ao que tudo indica, é complexa e ambivalente.

ocorridos. [7] Esta concessão é dada à antiguidade que, misturando as coisas humanas com as divinas, tornam sagradas as origens das cidades. E se convém permitir a qualquer povo consagrar as próprias origens e adotar deuses como fundadores, tanta é a glória militar do povo Romano que se permita adotar o poderosíssimo Marte como fundador e pai, de forma que os povos humanos suportem isto com a mesma disposição com que suportam o domínio [romano].

Mais uma vez, é a grandeza do objeto da narrativa que desaloja o peso das dificuldades metodológicas da descoberta do passado remoto, que aqui fazem eco ao criticismo tanto de Heródoto quanto Tucídides aos poetas. No começo do *Praefatio*, esta grandeza servia de conforto ao escritor que admitia poder cair na obscuridade caso alguém se demonstrasse mais digno do que ele em narrar este tema grandioso. Em seguida, a grandeza romana autoriza-o a tratar com indiferença metodológica a antiguidade de Roma engendradas poeticamente, cabendo aos povos dominados – e aqui provavelmente ele se refere especialmente aos gregos – aceitar tais origens supostamente divinas da cidade.

Em suma, dos quatro critérios historiográficos clássicos, Tito Lívio subordina a sua apresentação enquanto escritor humilde e habilidoso (critério onomasiológico) e as dificuldades de descobrir o passado antigo (critério metodológico) à questão da grandeza dos fatos narrados encarnada na dominação romana dos povos, inclusive os gregos, (critério axiológico) e a função pedagógica e moralizante deste passado grandioso (critério teleológico). Como já visto, esta grandeza é também motivo de dificuldades no presente (*magnitudine laboret sua*), fazendo com que o escritor prefira mergulhar no passado antigo para evitar contemplar as perturbações do passado recente, provavelmente referindo-se às guerras civis que lhe são contemporâneas. Logo, o componente central desta nova abordagem é justamente esta ideia de decadência que será abordada a seguir.

Tito Lívio e Salústio sobre a decadência romana

No restante do *Praefatio* predominará a dialética entre a grandeza de Roma e a utilidade em conhecer o passado antigo justamente porque afasta o autor (e o leitor) da decadência romana. Este é o aspecto central do diálogo de Tito Lívio com Salústio, que também teve na ideia de decadência um elemento

central da sua história. No entanto, Lívio não apenas despreza o apego ao passado recente, que definira a abordagem salustiana, como pretende oferecer abordagem melhor da decadência de Roma e do seu "remédio", isto é, a própria história. Vejamos o texto do *Praefatio* 8–9:

[8] sed haec et his similia utcumque animaduversa aut existimata erunt haud in magno equidem ponam discrimine: [9] ad illa mihi pro se quisque acriter intendat animum, quae uita, qui mores fuerint, per quos uiros quibusque artibus domi militiaeque et partum et auctum imperium sit; labente deinde paulatim disciplina uelut desidentes primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint, tum ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora quibus nec uitia nostra nec remedia pati possumus perventum est.

[8] Mas, estas e outras coisas semelhantes, como quer que sejam observadas ou examinadas, não as terei em grande consideração; [9] de minha parte, que cada um tente compreender que tipo de vida e costumes existiam; por quais varões e com quais habilidades, senhoriais e militares, o domínio [romano] surgiu e cresceu; então, tendo aos poucos afrouxado a disciplina, assim como, primeiro, os costumes foram enfraquecidos na mente, em seguida, negligenciados cada vez mais, e então, começaram a deixar cair [em desuso], até o tempo presente no qual não suportamos nem os nossos vícios nem os remédios que temos.

Tal como os critérios onomasiológico e metodológico estão subordinados ao axiológico, este por sua vez está subordinado à finalidade teleológica da história: conhecer os costumes e a vida que trouxe aos Romanos o domínio sobre tantos povos, inclusive os gregos cuja historiografia lhes serve de modelo. Além disso, foi o abandono destes costumes antigos que levaram a uma contemporaneidade decadente. Esta finalidade da escrita da história de restaurar a virtude do passado é formada por um vocabulário oriundo da medicina antiga compartilhada com a historiografia clássica, e a noção da história como fonte de "*remedia*" já aparece em Salústio.²³

²³ Sobre história e medicina ver MOMIGLIANO, Arnaldo, History between medicine and rhetoric, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, v. 15, n. 3, p. 767–780, 1985.. Sobre metáforas médicas em Tito Lívio e sua intertextualidade com Salústio ver WOODMAN, *Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies*, p. 133; MOLES, Livy's Preface, p. 148–149 e BURTON, Livy's Preface and its Historical Context, p. 80–84.

Salústio abordou a ideia de decadência romana no prefácio das suas duas obras das quais dispomos inteiramente, a *Bellum Jugurthinum* – que trata da guerra contra Jugurta na Numídia e apresenta o surgimento das figuras de Mário e Sula ao cenário político romano e a rivalidade entre ambos que marcará a primeira guerra civil romana – e também *Bellum Catilinae*, sobre a famosa conspiração de Catilina combatida por Cícero. Além destas, Salústio escreveu a *Histórias* da qual restam apenas fragmentos, mas há consenso que tal obra também abordava a história recente de Roma com um tom predominantemente pessimista e decadente.²⁴ Woodman (1988: 124-125) sustenta que Salústio escreveu no exílio quando seus “heróis” e aliados, especialmente Cícero e Pompeu, já estavam mortos, portanto, sua história era uma forma de alcançar vingança e expressar seu dissenso com os rumos de Roma. Lívio compartilha do pessimismo em relação ao presente, mas ao contrário de Salústio que escreve sobre o passado recente, ele identifica na sua escrita da história a cura possível para os males contemporâneos, equilibrando assim seu pessimismo com objetivos didáticos.²⁵ Assim, Lívio retoma temas de outros historiadores, mas sempre contrapondo-se: as mesmas referências e vocabulário para apresentar algo mais eloquente e, portanto, mais virtuoso e educativo.

Os autores citados acima são unânimes ao mencionar que o elemento central da intertextualidade entre os dois autores latinos é justamente o pessimismo e a metáfora médica sobre a finalidade da escrita da história.²⁶ Se ao fim da passagem 9 do *Praefatio* Tito Lívio expressa que tanto os *vitia* quanto os *remedia* são difíceis de suportar, o trecho seguinte trata justamente da ruptura deste ciclo de decadência a partir do elemento saudável oferecido pela própria história. Vejamos o *Praefatio* 10–11:

[10] hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum. omnis te exempli documenta in inlustri posita

²⁴ OGILVIE, **A Commentary on Livy Books 1-5**, p. 23–24; MOLES, *Livy's Preface*, p. 155–156; BURTON, *Livy's Preface and its Historical Context*, p. 75–77.

²⁵ BURTON, *Livy's Preface and its Historical Context*, p. 85–86; MOLES, *Livy's Preface*, p. 161–162.

²⁶ O pessimismo de Tito Lívio, bem como os “*remedia*”, foram relacionados com Augusto ou alguma medida específica do seu regime, o que leva à questão da datação do *Praefatio* aqui abordada. Para discussões ver WOODMAN, **Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies**, p. 128–129; 138–139; MOLES, *Livy's Preface*, p. 152–153; BURTON, *Livy's Preface and its Historical Context*, p. 72–73; 81–83.

monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites. [11] ceterum aut me amor negotii suscepti fallit, aut nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit, nec inquam [civitatem] tam serae avaritia luxuriaque immigrauerint, nec ubi tantus ac tam diu paupertati ac parsimoniae honos fuerit. adeo quanto rerum minus, tanto minus cupiditatis erat;

[10] Eis o que é especialmente saudável e fecundo no conhecimento dos fatos: contemplar todas as lições dos nobres exemplos presentes na tradição. Daí tome como exemplo de imitação para si e para os assuntos públicos; daí evite a corrupção no início e no fim. [11] De resto, ou o amor à tarefa que iniciei me engana, ou jamais houve Estado maior, mais consagrado ou mais rico em bons exemplos; no qual a avareza e a luxúria imigraram tão tardiamente para a cidade, no qual em todos lugares e dias houve tanto respeito pela simplicidade e pela parcimônia. Assim, quanto menos patrimônio, menos ganância.

Em suma, são os bons exemplos que constituem o elemento saudável e fecundo da história, de acordo com a metáfora médica da história enquanto *remedia*. De fato, toda a narrativa está organizada em torno dos bons e maus exemplos de personagens e suas qualidades nocivas (*avaritia*, *luxuria* etc.) ou saudáveis (*prudencia*, *pudicitia* etc.).²⁷ Alguns autores chegam ao ponto de identificar em cada livro uma virtude moral norteadora da narrativa, como *moderatio* no Livro 3 e *pietas* no Livro 5.²⁸ No entanto, outros ressaltam que no *Praefatio* Tito Lívio não menciona *ambitio*, justamente o elemento central da decadência salustiana, notando a competição e intertextualidade agonística entre eles.²⁹ Tal ausência denotaria como Lívio procura superar a abordagem de Salústio dentro do espírito agonístico e de emulação.

O trecho final do *Praefatio* 12–13 segue o mesmo tom decadente e pessimista, mas atenuado com um pedido de bons augúrios que faz eco à poesia épica e ao caráter sagrado que Lívio concede ao seu objeto. Mais uma vez é a grandeza romana que convida estes elementos poéticos e sagrados a habitar o mundo da narração histórica:

²⁷ WALSH, P. G., *Livy's Preface and the Distortion of History*, *The American Journal of Philology*, v. 76, n. 4, p. 369–383, 1955, p. 370–383; BURTON, *Livy's Preface and its Historical Context*, p. 83–84.

²⁸ WOODMAN, *Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies*, p. 137.

²⁹ OGILVIE, *A Commentary on Livy Books 1-5*, p. 23–24; WOODMAN, *Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies*, p. 131; MOLES, *Livy's Preface*, p. 155–156.

[12] nuper diuitiae auaritiam et abundantes voluptates desiderium per luxum atque libidinem pereundi perdendique omnia inuexere. sed querellae, ne tum quidem gratiae futurae cum forsitan necessariae erunt, ab initio certe tantae ordiendae rei absint: [13] cum bonis potius ominibus uotisque et precationibus deorum dearumque, si, ut poetis, nobis quoque mos esset, libentius inciperemus, ut orsis tantum operis successus prosperos darent.

[12] Nos dias de hoje, as riquezas levam à avareza, e os excessivos divertimentos ao desejo de consumir-se pelo excesso e pelo prazer, e assim tudo destruir. Porém, que fiquem afastadas do início da obra as reclamações, que não são bem-vindas nem quando necessárias. [13] Nos agrada começar com bons augúrios, votos e orações aos deuses e deusas, assim como os poetas fariam, o que concederia uma sequência favorável a tão importante obra.

Ao retornar o tom épico, sagrado e poético, Tito Lívio dá continuidade à ideia de competição com a épica, mas ofuscando a distinção entre épica e história, na qual esta última procurava desvencilhar-se da autoridade ligada à invocação às musas para dar ênfase ao juízo do historiador no discernimento da verdade. Lívio utiliza verbos no subjuntivo imperfeito da língua latina para afirmar que se fosse ele um poeta faria os mesmos procedimentos rituais para estabelecer os bons augúrios de deuses e deusas, e assim garantir o sucesso da obra, reforçando mais uma vez que as questões metodológicas estão em segundo plano. Ao mesmo tempo, ele desvencilha-se do tom pessimista que envolvera boa parte do *Praefatio*, de forma a encerrar com um tom mais positivo que condiz com o objetivo curativo e restaurador da sua história.

Com estes recursos retóricos, Tito Lívio tenta se destacar na multidão de escritores através da habilidade persuasiva e estilística. A estratégia consiste em causar ansiedade no leitor diante dos problemas contemporâneos, para em seguida oferecer como remédio os exemplos antigos, isto é, o valor paradigmático e pedagógico de sua história. Logo, este encerramento positivo do *Praefatio* se apoia na busca de exemplos que possam reviver a grandeza romana, (re)apresentada através da escrita da história de acordo com seus valores morais e paradigmáticos. A singularidade e a grandeza romana tornam tolerável o recurso aos deuses e deusas tais como fariam os poetas.

Conclusão

Em suma, o *Praefatio* de Tito Lívio dialoga tanto com a tradição grega quanto interlocutores romanos, especialmente Salústio, de forma a vincular-se na tradição historiográfica ao mesmo tempo que tenta nela se destacar (*si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler*). Nesta distinção, ele rejeita o apego salustiano ao passado contemporâneo, de cujos exemplos negativos e nocivos ele deseja afastar-se, para buscar melhores exemplos no passado remoto de Roma. Por conta disso, Lívio precisa responder às dificuldades metodológicas em descobrir com precisão o ocorrido no passado remoto, já que Tucídides estabelecera que a história recente tende a ser mais apurada e próxima da verdade que os relatos sobre o passado distante no tempo, associado aos excessos mitográficos e poéticos. Lívio desvencilha-se disto ao estabelecer que a singular grandeza (critério axiológico) do seu objeto – Roma e seu império, cujo domínio se estende sobre os gregos que lhes servem de modelo – e sua função pedagógica (critério metodológico) torna tolerável a consagração divina de suas origens e o pedido de bons augúrios divinos ao sucesso da sua obra.

A estratégia persuasiva se amarra a partir da ideia de decadência, e consiste em causar ansiedade no leitor diante dos problemas da contemporâneos – que alguns estudiosos relacionam às guerras civis dos herdeiros de César, mas pode tratar-se de um pessimismo mais geral e corrente na tradição historiográfica – para então oferecer como remédio a própria escrita da história e sua busca por bons e maus exemplos no passado. Esta combinação de exaltação épica do povo romano e sua estreita relação com a função pedagógica da história enquanto manancial de *exempla*, encontrará reverberações futuras no humanismo europeu de caráter nacionalista, inclusive português.³⁰

Por fim, a modéstia ambígua de Tito Lívio no começo do *Praefatio* contrasta com a forma arrojada com que estabelece suas credenciais autorais e a

³⁰ SOARES, Nair Castro, Humanismo e História: ars scribendi e valor do paradigma, **Mathesis**, n. 1, p. 153–169, 1992, p. 153–160; SOARES, Nair Castro, A história opus oratorium e “espertador do entendimento”, *in*: SOARES, N. C.; MIRANDA, M.; URBANO, C. M. (Orgs.), **Homo eloquens, homo politicus. A retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento**, Coimbra: Classica Digitalia, 2011, p. 132–133.

grandeza do seu objeto: o povo romano. Assim, o escritor vincula-se ao tema cuja relevância é descrita como consensual, tornando a si mesmo como parte integrante desta grandeza narrada a partir do seu registro autoral. Assim, pode-se concluir com a epígrafe deste trabalho, colhida em Quintiliano (*Institutio Oratoria* 10 1.31): a história serve tanto à memória da posterioridade quanto à fama do escritor, que ainda que não escreva para uma ação disputada no presente, disputa a memória no interior da tradição através da sua habilidade persuasiva. A aparente modéstia de Tito Lívio transmuta-se numa eloquente audácia, um desafio contra historiadores adversários do futuro: que alguém se revele, no campo de batalha da escrita da história, melhor e mais habilidoso escritor do que ele próprio.

Referências

- ASSMANN, Jan. **Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen**. München: Beck, 1992.
- BERTELLI, Lucio. Hecataeus: from Genealogy to historiography. //: LURAGHI, Nino (Org.). **The Historian's Craft in the Age of Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 57–94.
- BURTON, Paul J. Livy's Preface and its Historical Context. **Scholia**, v. 17, p. 70–91, 2008.
- CONDILLO, Camila. Agonistic intertextuality: Herodotus' engagement with Hecataeus on genealogies. **JAH**, v. 5, n. 2, p. 228–279, 2017.
- DEWALD, C. I didn't give my own genealogy: Herodotus and the authorial personal. //: BAKKER, E. J.; JONG, J. F.; WEES, H. (Orgs.). **Brill's Companion to Herodotus**. Leiden: Brill, 2002.
- GUTERRES, Tiago. **Heródoto de Halicarnasso autoria e escrita da história**. Curitiba: Prismas, 2017.
- HARTOG, François. L'oeil de l'historien et la voix de l'histoire. **Communications**, v. 43, p. 55–69, 1986.
- KOIKE, K. **Hecateu de Mileto e a Formação do Pensamento Histórico Grego**. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MOLES, John. Livy's Preface. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, v. 39, p. 141–168, 1994.

MOMIGLIANO, Arnaldo. History between medicine and rhetoric. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia**, v. 15, n. 3, p. 767–780, 1985. (III).

NICOLAI, Roberto. The Place of History in the Ancient World. *In*: MARINCOLA, John (Org.). **A companion to Greek and Roman historiography**. Malden: Blackwell, 2007, p. 13–26.

OGILVIE, R. M. **A Commentary on Livy Books 1-5**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

PIRES, Francisco M. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.

PORCIANI, Leone. **La Forma Proemiale: Storiografia e Pubblico Nel Mondo Antico**. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1997.

SOARES, Nair Castro. A história opus oratorium e “espertador do entendimento”. *In*: SOARES, N. C.; MIRANDA, M.; URBANO, C. M. (Orgs.). **Homo eloquens, homo politicus. A retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento**. Coimbra: Classica Digitalia, 2011, p. 117–152.

SOARES, Nair Castro. Humanismo e História: ars scribendi e valor do paradigma. **Mathesis**, n. 1, p. 153–169, 1992.

WALSH, P. G. Livy's Preface and the Distortion of History. **The American Journal of Philology**, v. 76, n. 4, p. 369–383, 1955.

WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies**. London: Routledge, 1988.

Livy: Books I and II. Trad. B. O. FOSTER. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

The History of Rome, Livy Books 1-5. Trad. Valerie M. WARRIOR. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2006.

Tito Lívio. História de Roma desde a fundação da cidade. Livro I - A Monarquia. Trad. Mônica Costa VITORINO. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

Recebido em: 15.07.2019

Aprovado em: 31.07.2019

ESTUDOS DE GÊNERO, CINEMA E HISTÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DAS PERSONAGENS FEMININAS NO FILME “DAMAS DO PRAZER” (1978), DE ANTONIO MELIANDE

*GENDER STUDIES, CINEMA AND HISTORY: THE
REPRESENTATIONS OF FEMALE CHARACTERS IN THE FILM
“DAMAS DO PRAZER” (1978), BY ANTONIO MELIANDE*

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis

PUCRS¹

Thiago Costa Juliani Regina

PUCRS²

Resumo: Nos anos finais da década de 1960 e iniciais da década de 1970, surgem as Pornochanchadas, um gênero fílmico de cunho erótico que explorava simbolicamente o ato sexual. Os longas-metragens recorriam ao exibicionismo do corpo de personagens femininas, principalmente a partir da prática do *voyeurismo*, como forma de autossustentabilidade econômica e manutenção no campo cinematográfico. Considerando que o cinema se constitui em uma fonte cultural que reflete o social e, ao mesmo tempo, estrutura-o, este artigo, propõe-se a analisar as representações associadas às mulheres no filme *Damas do Prazer*, lançado em 1978, em São Paulo, e dirigido por Antonio Meliande. A partir disto, pode-se pensar como

Abstract: In the Late 1960s and early 1970s, Pornochanchadas appeared, an erotic film genre that symbolically explored the sexual act. The feature films resorted to the exhibitionism of the body of female characters, mainly from the practice of voyeurism, as a form of economic self-sustainability and maintenance in the cinematographic field. Considering that cinema is a cultural source that reflects the social and, at the same time, structures it, this article proposes to analyze the representations associated with women in the film *Damas do Prazer*, released in 1978, in São Paulo, and directed by Antonio Meliande. From this, one can think how some female stereotypes were constructed and projected by the cinema, reinforcing already sedimented imaginaries and providing

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES. E-mail: gabbireis@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES. E-mail: thiago.regina@acad.pucrs.br.

alguns estereótipos femininos eram construídos e projetados pelo cinema, reforçando imaginários já sedimentados e fornecendo novas percepções, no período em questão.

Palavras-chave: Gênero e cinema; Representações personagens femininas; Pornochanchada

new perceptions, in the period in question.

Keywords: Gender and cinema; Representations of female characters; Pornochanchada

Introdução

O cinema é um fenômeno complexo em que se entrecruzam fatores de ordem estética, política, socioeconômica e sociocultural. (VALIM, 2005) As produções cinematográficas são práticas sociais, testemunhos do pensar e agir de uma sociedade, e ocupam um papel privilegiado na configuração dos imaginários sociais,³ por meio das representações,⁴ contribuindo com a complementação de referências simbólicas sobre diversos temas, entre elas, noções gerais sobre feminino e masculino. Esse simbolismo é forjado desde a posição da câmera até as disposições e protagonismos ocupados pelos personagens nas narrativas, integrando parte dos debates sobre os Estudos de Gênero.⁵

Essas representações que constituem personagens femininos e masculinos são construídos, geralmente, pelo uso de estereótipos que são facilmente reconhecidos no interior de uma sociedade. O espectador assimila o que lhe é apresentado em cena a partir daquilo que já lhe é conhecido, ou seja, noções

³ De acordo com Bronislaw Baczko, o imaginário é composto por um conjunto de representações coletivas, imagens e ideias elaboradas socialmente. Essa noção concebe o imaginário como possuidor de uma realidade própria, com influência variável sobre o que pensam as pessoas e sobre seus comportamentos. Portanto, nesse sentido, não há uma distinção do imaginário com relação ao real. (BACZKO, 1991, p. 8)

⁴ O conceito de representação do qual lançamos mão, segue o caminho da elaboração de Roger Chartier, que aponta uma concepção teórica comum sobre a "natureza" associada – do simbólico e da práxis – das representações. Transcendem-se as noções enquanto algo imanente ao plano das ideias ou como algo próprio da materialidade do social e, como representações que são, localizam-se na simbiose da ação e do pensamento dos homens. Portanto, as representações configuram-se em diferentes atribuições de valor e, por conseguinte, de gradação do mundo social. O efeito hierarquizador é fruto da complexidade que envolve o trabalho de construção das representações, que ocorre em um espaço de conflito entre os grupos sociais e os profissionais especializados na produção de bens simbólicos. (CHARTIER, 2002)

⁵ Optamos pelo uso de Gênero em maiúsculo sempre que for relacionado aos Estudos de Gênero e gênero em minúsculos quando tratar de movimentos ou estilos cinematográficos.

comuns preexistentes. Conforme o que Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) nos alertam, de que tomando “Gênero” como algo dado, reconhecemos aquilo que “pertence” à mulher e ao homem, instantaneamente. Esses arranjos inscritos nos indivíduos fazem parte de um esforço social em canalizar o comportamento das pessoas e criar diferenças entre masculinidades e feminilidades.

Nesse sentido, Guacira Lopes Louro (2014) afirma que é necessário demonstrar como essas distinções entre homens e mulheres, geralmente remetidas às características biológicas, são representadas ou valorizadas, isto é, “aquilo que dissemos ou pensamos sobre elas é que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (LOURO, 2014, p.25) Reitera também que instâncias ou espaços sociais, e aqui podemos pensar o cinema, são “genericados”, ou seja, são constituídos pelo Gênero, assim como, constituintes.

Destacamos, deste modo, que os filmes do gênero Pornochanchada, que serão devidamente apresentados no tópico a seguir, enquanto refratores de sentidos estruturantes e reflexo dessa sociedade, nos auxiliam a pensar os mecanismos de poder⁶ presentes nas relações de Gênero e como eles carregam discursos e práticas sobre feminino e masculino associados ao período que foram produzidos.

Dito isso, através de uma análise fílmica (AUMOND, 2009; FERRO, 1992; PENAFRIA, 2013), nosso objetivo é discutir as representações associadas às personagens femininas no longa-metragem *Damas do Prazer*, lançado em 1978, dirigido por Antonio Meliande, bem como historicizar o contexto em que ele é produzido.⁷ Para compor o estudo, exploramos como fontes secundárias a ficha técnica do filme disponível na Cinemateca Nacional e as críticas cinematográficas

⁶ O conceito de poder elaborado por Michel Foucault é pensado como “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (FOUCAULT, 1987, p.29), que pode ser exercido em diferentes direções, perpassando e constituindo toda sociedade e não é localizado em uma única instituição. Essa noção é relevante para pensar as relações de poder entre homens e mulheres, e principalmente, problematizar a noção dicotômica de dominante *versus* dominado, que atravessou parte das discussões dos Estudos Feministas. Através desse entendimento de “poder”, percebemos que outros arranjos atravessam essas categorias, por exemplo, homens e mulheres de diferentes raças, classes, religiões etc., que através de negociações, revoltas, alianças se relacionam.

⁷ Tentamos nos distanciar de um narrativismo excessivo, não obstante, as reflexões e as discussões sobre o filme em questão se inserem dentro do campo e de um circuito cinematográfico específico, fazendo-se indispensável o exame desta conjuntura.

extraídas do *Jornal Movimento* e *Jornal do Brasil*.⁸ A partir destes tipos de fontes, podemos fazer inferências sobre as tendências na utilização dos recursos técnicos, associando-as aos profissionais registrados, assim como verificarmos os pontos de aproximação e distanciamento do filme com o que a crítica especializada considerava uma boa produção, dentre outras possibilidades.

Durante oitenta e dois minutos, o longa-metragem retrata em tom tragicômico e intimista o cotidiano de mulheres que se prostituem por diferentes razões, em um beco escuro da cidade de São Paulo, que serve à narrativa como um elo, interligando-as como “classe”.⁹ Para fins de análise, esse texto se deterá em cinco personagens centrais da trama: Cora, a prostituta mais velha do grupo, que precisa sustentar o filho doente; Beth, a porta-voz do grupo; Japa, uma mulher com traços orientais, de família tradicional, que se orgulha em trabalhar no “ponto”; Sônia, a “sindicalista”, que busca seus direitos e não aceita ser explorada; e, por último, Vera, a novata.

1. Condições de produção e circulação das Pornochanchadas

Conforme Marcelo Ridenti (2014), durante toda a década de 1960, no Brasil, houve uma significativa convergência entre política e cultura. Afirmção observável a partir de uma série de decretos-leis ou portarias instaurados pelo governo civil-militar para regulamentação, incentivo e distribuição de bens culturais – inclusive o cinema. Dentre estas políticas, destacamos a criação do Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966),¹⁰ Empresa Brasileira de Filmes (1969)¹¹ e Conselho Nacional de Cinema (1976).

⁸ As documentações referentes às críticas cinematográficas compõem a dissertação intitulada “A Pornochanchada deve ser hedionda”: o estudo desse gênero cinematográfico por meio das críticas especializadas, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis, PUCRS, 2018.

⁹ Definição utilizada pela personagem Beth, na primeira cena do longa-metragem, quando se referiu a elas e as suas “colegas”.

¹⁰ O Instituto Nacional de Cinema (INC) foi criado no dia 18 de novembro de 1966, através do Decreto-lei n.43, e tornou-se responsável pela regulamentação do cinema nacional e administração da “copiagem obrigatória”, obrigatoriedade de exibição nas salas, computação de bilheteria etc.

¹¹ A Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) foi criada após a instauração do Ato Institucional nº5, pelo Decreto-lei n.º 862, e era responsável pela administração das políticas de financiamento, distribuição de filmes no exterior, realização e apresentações em festivais, objetivando publicizar o que era produzido no território nacional.

O resultado dessas medidas foi o impulso à produção cinematográfica, ainda que a liberação dos financiamentos advindos da Embrafilme tenha ocorrido somente após 1970, notamos, entre 1967 e 1978, o aumento significativo de lançamentos fílmicos e o crescimento da receita de ingressos vendidos entre 1971 e 1978. Ao analisarmos os dados gráficos,¹² observamos que, em 1969, no ano que surgem as Pornochanchadas, há um salto de 25 para 44 filmes lançados, e após sua instauração na Boca do Lixo,¹³ de 74 longas-metragens para 87 em 1976, considerado os “anos dourados” das comédias eróticas. Vemos, portanto, que o gênero teve importante relevância e participação nesses números apresentados.

Segundo Nuno César Abreu (1996), o termo “Pornochanchada”, nomenclatura depreciativa criada pela crítica cinematográfica do período, refere-se a centenas de filmes produzidos entre 1969 a 1982, com forte apelo erótico e pouquíssimos recursos técnicos. Os pesquisadores do tema (ABREU, 1996; SIMÕES, 1999) apontam que o gênero visava atender as demandas de públicos “menos politizados” – operários, camponeses, membros de classes médias e baixas. A tematização característica era a das conquistas amorosas; as traições; os adultérios, as broxadas etc. Os longas-metragens se propunham a estabelecer um código com seus consumidores através, principalmente, do uso de recursos que privilegiassem o olhar masculino sob o feminino em cena, diálogos com “trocadilhos fálicos” e recursos sonoros para enfatizar simbolicamente o gozo. Eram produzidas primeiro no Rio de Janeiro, apropriando-se do discurso paródico e carnavalização muito similar às antigas Chanchadas, e em 1973 as rodagens transferem-se para o reduto cinematográfico paulista, próximo a pontos de prostituição, estações ferroviárias e rodoviárias.

O fenômeno Pornochanchadas continha em seus longas-metragens elementos estéticos e recursos comuns aos cinemas erótico-pornográficos em

¹² Dados sobre produção e circulação extraídos de “Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)”, William de Souza Nunes Martins, UFRJ, 2009.

¹³ O reduto cinematográfico da Boca do Lixo cresceu de forma autônoma e orgânica, entre os cruzamentos da Rua Vitória e Rua Triunfo, em São Paulo, na qual com o crescimento da região e baixo custo instala-se algumas empresas de distribuição cinematográfica. O uso do substantivo “lixo” refere-se ao público que lá circulava: prostitutas, pessoas em situação de rua, “mandros” etc.

voga no mercado clandestino, caseiro e/ou da contracultura estadunidense, destacando principalmente os *stags films*¹⁴ e os *beavers*,¹⁵ que utilizavam o desejo vinculado a noções rasas de obscenidade como motor para manutenção de um público consumidor. Esta abordagem prévia explora exclusivamente o corpo feminino como objeto contemplativo, observável, e uma forma de despertar para o sexo através de *closes* em plano fixo das genitálias das personagens, como agente convidativo para a ação. Essa fórmula, que aparentemente foi um sucesso, passou por um processo de resignificação no Brasil nos anos 70, primeiro porque aqui a Censura¹⁶ se mostrou intolerante com cenas que continham insinuações mais consideradas picantes de sexo simbólico, tais como nudez frontal total ou pelos pubianos, e segundo que talvez a intenção dos diretores e produtores não fosse propriamente criar um produto pornográfico explícito, mas trabalhar exatamente com esse limite tênue de comédia erótica não explícita.

Essas afirmações sugerem que as Pornochanchadas foram o produto da época em que estiveram inseridas, ocupando no intervalo de quase quinze anos metade do mercado cinematográfico brasileiro, a partir do estabelecimento de um espaço de negociação com censores, da relação conturbada com a crítica especializada, da busca constante por investidores da iniciativa privada e códigos com o público-alvo.

Segundo Inimá Simões (1999), em função do apelo sexual e cômico, as Pornochanchadas foram acusadas pela Censura e setores mais conservadores, sobretudo pela Igreja Católica, de corromper a moral e os bons costumes da “tradicional” família brasileira, incentivar o aumento da criminalidade e de promover o sentimento de ódio generalizado. Na reportagem *Diretor da Censura*

¹⁴ Segundo Abreu (1996), o gênero teve origem nos circuitos clandestinos dos Estados Unidos, rodados na primeira metade do século XX, e é considerado precursor do cinema de sexo explícito contemporâneo. Eram filmes curtos, de sete a oito minutos, mudos, preto e branco, com cenas de nudez e penetração, sem linearidade nas narrativas e cortes abruptos.

¹⁵ O gênero cinematográfico acompanhou a expansão do circuito clandestino da indústria pornográfica estadunidense, na década de 60, contando com um público consumidor muito semelhante aquele dos *stags films*. Os filmes, também de curta duração, eram exibidos em clubes masculinos, exibindo enxertos da *performance* de mulheres fazendo strip-tease, editados em sequências de cortes dando *close* a estas mesmas personagens com pernas abertas e sua genitália aparente.

¹⁶ Optamos pelo uso de Censura em maiúsculo sempre que for relacionado ao Órgão Federal responsável pela ação dos censores e dos critérios utilizados por estes mesmos e censura em minúsculo quando tratar do ato em si.

explica que proibição de filmes defende a moral da população, publicada pelo *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 1973, Rogério Nunes¹⁷ afirma que o papel dos censores era “retardar a decadência moral por mais tempo possível”. Segundo ele, o problema das comédias eróticas brasileiras eram a exploração comercial da temática sexo – a qual, poderia ser representada, desde que respeitasse a distinção entre arte e pornografia ofensiva. Ainda conforme Simões (1999) existiria um paradoxo entre proibir esses filmes e, simultaneamente, fomentá-los. Isto porque os decretos-leis criaram um contexto frutífero para o desenvolvimento do cinema nacional, ou seja, garantia de reserva de mercado. Outra questão que entra nesta soma foi a preocupação do Governo com a manutenção de uma suposta imagem “democrática e liberal” aos países estrangeiros, criando, assim, um espaço de negociação. Veremos, por exemplo, um longa-metragem com mais de dez cortes sugeridos pela censura ser liberado para exportação.

Na apresentação da obra *Sexo e Poder (1979)*, Guido Mantega alerta:

Uma coisa é certa: a “moral”, e os “bons costumes”, e principalmente os “maus”, continuam sendo uma questão de Estado, uma ameaça à segurança nacional e um risco à ordem e manutenção da família. E quanto mais autoritário for o país, mais a sexualidade dos cidadãos será reprimida. *Mas nem sempre o autoritarismo veste uniformes militares e encarcera os indivíduos em plena luz do dia. Ele pode ser sutil, invisível; estar incorporado em cada indivíduo (...)* O autoritarismo e a repressão sexual mais eficazes não são vistos a olho nu. (MANTEGA, 1979, grifos nossos, p. 05)

Observamos que o discurso que contorna a questão da aparente imoralidade em função do apelo sexual das Pornochanchadas, trazido nos relatórios de censura, mas, principalmente, pela insatisfação de setores conservadores, não é algo deslocado do tratamento sobre corpo e a própria sexualidade no período. Entre os anos de 1969 e 1979, poucos foram os filmes do gênero que extrapolaram o erótico, majoritariamente, o público não consumia

¹⁷ Após a reestruturação da Divisão de Censura e Diversões Públicas, Rogério Nunes, jornalista e advogado assumiu o cargo de diretor da Censura, exercendo o cargo desde meados do Governo Médici até o final do governo ilegítimo civil-militar. (KUSHNIR, 2004)

a prática sexual em si, mas apenas aquilo que a antecede: o desejo. Portanto, os longas-metragens agiam de forma psicológica acessando aquilo que era suprimido em nome dos “bons costumes”. Rosar, Klanovicz e Corrêa (2016) advertem que o caráter transgressor das comédias eróticas se encontrava em um campo de lutas políticas e culturais, principalmente, em reação a ascensão de discursos sobre liberdade sexual, direitos civis e feminismo.

Nos parece óbvio, neste sentido, que a tentativa de cercear os discursos sobre sexualidade apenas à esfera do privado, subjugado à culpa Cristã ou por uma tentativa de eternizar aspectos conservadores, tais como, machismos, docilidade dos corpos, família tradicional etc., promoveu apenas sua multiplicação – algo não tão diferente daquilo apresentado por Michel Foucault (1999), quando a partir do dispositivo da sexualidade buscou compreender as relações de poder entre os indivíduos na Era Vitoriana.

O declínio do ciclo das Pornochanchadas deu-se devido a um esgotamento temático e, principalmente, pela invasão de filmes estrangeiros de pornografia explícita, os *hard core*, que em questão de análise de som, imagem e edição possuíam um melhor acabamento. Segundo Jean-Claude Bernardet, crítico de cinema que constantemente escrevia na Sessão Cinema do *Jornal Movimento*, afirma que “a maior falha dessa pornochanchada não é ser pornô, mas ser muito pouco pornô”. (BERNARDET, 1979, p.108) O sexo forjado pelo gênero se sustentou devido ao fato que o público interagiu e se apropriou do material em cena, a partir de seu estoque de imagens, fantasias e desejos prévios, à medida que lhe foi apresentado uma nova roupagem que ultrapassou aquela do erótico, perdeu um fluxo intenso de escoamento de produção. Outro fator que corroborou com a diminuição e, após os primeiros anos de 1980, o encerramento da produção de filmes em escala, foi o lento e gradual afrouxamento da censura, que anteriormente servia como publicidade orgânica¹⁸.

¹⁸ Os longas-metragens, após sofrerem cortes pelo aparato censório, despertavam organicamente o interesse e curiosidade do público, ou seja, produtores e distribuidores não precisavam despender muitos recursos em propagandas em jornais, revistas especializadas ou *outdoors*, isto porque no período era comum a exclusão de cenas que poderiam desorganizar a ordem vigente com debates políticos, nudez, excesso de ato simbólico sexual, palavras de baixos escalão, etc.

2. Filme *Damas do Prazer* (1978), de Antonio Meliande

Para a análise do filme a seguir, optamos pela realização de um modelo adequado para o estabelecimento de uma relação Cinema-História. Conforme propõem o historiador francês Marc Ferro (1992) devemos partir de uma análise social reversa, isto quer dizer que a construção de um filme envolve diversos atores sociais, bem como o próprio Estado, seja por agências de financiamento, regulação de mercado ou na elaboração de políticas públicas, capital privado de realização e distribuição, e os trabalhadores, que carregam consigo sua própria realidade social. Portanto, não cabe somente ao diretor-geral delimitar todos os elementos visíveis na obra e/ou seu teor ideológico. O ofício do historiador frente a essa produção é identificar esses elementos fílmicos, examiná-los e percebê-los como parte de um processo histórico.

Neste sentido, Pennafria (2009) afirma que não existe um modelo único de análise fílmica, mas diferentes tradições de análise – variando formas de separação da obra por cenas, segmentos etc. Pretendemos decompor aqui o longa-metragem para entendê-lo como objeto de pesquisa e, conforme orienta a metodologia, devemos saber previamente o que questionar. No filme *Damas do Prazer* buscamos, especificamente, o tratamento dado às personagens principais (protagonistas ou papéis secundários), elementos que compõem a forma de construção (vestuário, acessórios, maquiagem, etc.), cenários onde se desenvolvem as ações, tipos de mulher, se trazem consigo dilemas morais ou não, etc. Dito isso, optamos por analisar as cenas de forma sequencial e não apenas através de segmentos.

O diretor Antonio Meliande¹⁹ nasceu na Itália em 1945 e ainda enquanto criança mudou-se para o Brasil, foi um importante diretor de fotografia da cinematografia brasileira, trabalhando com expoentes da Boca do Lixo, tais como Walter Hugo Khouri e José Mojica Marins. Em 1975 ganhou o prêmio de Melhor Fotografia, pelo filme *O anjo da noite*, no Festival de Gramado. O longa-

¹⁹ Ver mais em: Documentário "Antonio Meliande: Pau pra toda obra", Produtora Comunicação Alternativa Ltda, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=69Ozslj8llQ>. Acesso em 10/07/2019.

metragem *Damas do Prazer* foi o seu segundo filme enquanto diretor-geral, sendo também o responsável pela fotografia.

O longa-metragem *Damas do Prazer* (1978), produzido com capital privado, retrata a história de “um grupo heterogêneo de prostitutas que faz de um beco o ponto de encontro e aliciamento de fregueses”.²⁰ Essas personagens são cercadas de alcoólatras, viciados, traficantes, cafetões violentos e clientes de diferentes faixas etárias e poder aquisitivo. As primeiras cenas servem para delimitar o espaço em que a trama ocorre, mostrando ao espectador a partir de um plano aberto, com baixa luminosidade, detalhes do trânsito noturno, intercalados com os créditos do filme e um *travelling* que acompanha e apresenta, da esquerda para a direita, as personagens principais (ver Figura 2) – quase como se fosse uma vitrine expondo-as. Em quase todo esse segmento, ao fundo, ouvimos uma música intensa, animada, no estilo rock, até que brutalmente é interrompida por um samba cantarolado: “vai mulher da vida, teu freguês ficou tão só”.



Figura 1: *Travelling* acompanhando as personagens. Início/fim: 1min59s e 2min38s decorridos do filme

Esse primeiro movimento de câmera nos permite alguns comentários preliminares, que serão reforçados à medida que formos decompondo as cenas, principalmente, referente a quais personagens nos são apresentadas. Ainda que não seja nossa intenção nos basearmos em pressupostos essencialistas, a figura da prostituta no cinema comercial nacional do período é geralmente associada às “mulheres brancas e bonitas, seguindo os padrões ocidentais de beleza, que

²⁰ Sinopse extraída da Base de Dados da Filmografia brasileira, organizada pela Cinemateca Brasileira. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acesso em 10/07/2019.

atendem, indistintamente, a públicos de classe mais privilegiada e popular". (SOUSA, 2005, p.86) O longa-metragem aqui analisado nos permite contrapor parte dessa afirmação, em função de trazer personagens jovens, maduras, brancas, negras, com traços orientais etc. Não há registros sobre o porquê da escolha dessas atrizes, mas parte da historiografia sobre Pornochanchada entende que a seleção de *castings* ocorria organicamente em função da disponibilidade de pessoal na região da Boca do Lixo.

Após essa breve apresentação do espaço e das personagens, as falas só se desenrolam quando Beth (Irene Stefânia), que mascava chiclete despretensiosamente, observa a aproximação de uma viatura da polícia e alerta as demais "olha a cana!", rapidamente servindo para dispersar as colegas e clientes. Nesse fragmento, assim como outros que atravessam a trama, a polícia é o elemento máximo de representação da ordem. A narrativa salta para um diálogo entre Japa (Sueli Aoki) e Beth, onde elas conversam sobre a sorte dos policiais não terem levado ninguém preso. Nesse momento Beth afirma "sorte nada, Japa. Quando a polícia está por perto espanta a freguesia. Homem é cagão paca". Ambas enquanto caminham para voltar ao "ponto", dividem angústias sobre o valor que falta para pagar o aluguel, a necessidade urgente em ganhar dinheiro etc.

De volta ao "ponto", cinco prostitutas estão reunidas olhando para a esquina descontentes com a chegada de uma nova "concorrente", Vera (Nádia Destro), mais jovem e mais magra que as demais (4min40s). Enquanto combinavam "dar um pau para ela ir embora", Beth, que começa a ser construída como protagonista, chama a atenção das colegas afirmando "que *classe* mais desunida, é por isso que a *profissão* não vai pra frente" e se dirige para conversar com a novata, convidando-a para se juntar ao grupo. Quando retorna, Sônia (Nicole Puzzi), sempre com um rádio ouvindo notícias, reclama que ali já estava cheio demais, e Beth responde que "mulher é produto que sempre tem saída", selando uma amizade entre todas. Os grifos servem para destacar a consciência que a personagem tem da prostituição, enquanto profissão comum, amplamente endossada pelas "colegas", sem nenhuma espécie de dilema moral até esse momento.

Aos sete minutos (7min07s) do longa-metragem ocorre à primeira cena simbólica de sexo, as personagens Beth e Japa, acompanhadas cada uma de um cliente, aparecem em um espaço que parece ser um motel em estado precário. Em seus respectivos quartos, as amigas travam uma conversa bem próxima da parede que as dividia, combinando de “terminar rapidinho” e se encontrarem no “bar de sempre”. Novamente, o diálogo endossa a consciência referida anteriormente, a intenção do atendimento é terminar o mais rápido possível para conseguir o valor restante do aluguel. Em paralelo, no “ponto”, Vera arranja um novo freguês, um homem de meia idade, funcionário em ascensão, porque sua mulher está o traindo com o chefe, representando um personagem corriqueiro nas pornochanchadas, o corno. Ainda na mesma cena, surge à figura do cafetão de Sônia, Hugo (Francisco Cursio) e a agride fisicamente porque ela não havia repassado o valor de seus atendimentos para ele.

Na cena seguinte, em plano médio, câmera fixa, quase sem movimento, as personagens Beth e Japa conversam e aguardam a janta no bar que haviam combinado anteriormente (13min53s). Hugo adentra o local e senta junto com elas, aparentemente mantém uma boa relação com as duas, bebe cerveja e, ao ser questionado sobre seu “relacionamento” com Sônia, afirma “a gente esquece de dar uma surra de vez em quando e acontece isso [se referindo a não ter recebido sua porcentagem], mas já está tudo numa boa”. Ao fundo, observamos um homem completamente alcoolizado, Corsário (Paulo Hesse), que ao ouvir toda conversa se levanta para questionar como que as duas, que eram mulheres independentes, passaram a serem “empresariadas”:



Figura 1: Personagem Corsário se aproxima de Beth e Sônia. Início/fim: 12min45s e 14min48s decorridos do filme.

Nas imagens anteriores, Corsário afirma ter vergonha do que “tem entre as virilhas”, sente nojo em ser homem e ouvir os relatos de agressão protagonizados pelo gigolô. Os comentários irritam Hugo, que promete algum dia matá-lo. Para amenizar a situação Beth pede que ninguém perca seu tempo “porque ele estaria de fogo”, e que morrer era tudo que queria, apenas era broxa e covarde em evitar dar um tiro em sua própria cabeça. A cena se encerra com todos se retirando do bar.

A edição n. 38, da Revista Realidade, de julho de 1968, publicou na sessão “Documentário”, a reportagem *Vida Difícil*, composta por dados, testemunhos sobre as condições de vida de uma prostituta, além de apresentarem uma sessão fotográfica realizada no interior de um “inferninho”. O texto traz informações úteis na nossa avaliação sobre a “profissão”: a primeira delas é a distinção entre prostituição (prestação de serviços sexuais remunerados) e lenocínio (a exploração de mulheres que exercem esse tipo de trabalho). As duas atividades foram moralmente condenadas, mas, assim como em outros países, apenas a segunda é considerada crime. Outra questão relevante são os dados sobre agressões²¹ físicas e psicológicas que essas mulheres estavam submetidas, ocasionadas por clientes, cafetões e policiais. Os personagens Hugo e Sônia, nesse sentido, servem como representantes deste mecanismo, e uma forma de problematizar, principalmente, a questão da violência.

Retornando a trama, o espectador é conduzido para a cena ambientada na casa do cliente de Vera, que pede para chamá-la de Olívia, o nome de sua esposa. Desorientada com as solicitações do freguês, questiona o porquê de alterar seu nome de guerra, e ele afirma que deseja fazer um teatrinho com ela em função de precisar dizer coisas que sente. Geralmente, os personagens traídos das pornochanchadas desconhecem sua condição, ao contrário deste retratado aqui, que sabe que todos seus benefícios (aumento de salário, carro novo, casa

²¹ “Algumas madrugadas antes, sua colega Diva ficou toda ensanguentada, quando um freguês lhe acertou um copo em cheio no rosto. Cuidando do ferimento, a dona da boate exigia-lhe muita discricção, que não gritasse nem reclamasse contra o freguês. Diva, mulher de trinta anos com um filho de nove, também compreendeu que, enquanto dá lucros para a casa, merece atenções. Mas o primeiro deslize será imperdoável, pois neste ramo de negócio não há nenhuma dignidade”. Trecho extraído da reportagem *Vida Difícil*, para pensarmos a prostituição no período, disponível em: Hemeroteca Digital, acervo Revista Realidade, nº38, julho de 1968, p. 138. Acesso em 12/06/2019.

nova etc.) só passaram a acontecer quando sua companheira começou a se relacionar com o seu chefe. A novata Vera assume nessa cena o papel quase que de analista, escutando atentamente as reclamações de um homem de meia idade, aparentemente, mais interessado em se sentir seguro financeiramente do que questionar a fidelidade em seu casamento.

Na cena seguinte, o espectador acompanha Beth e Japa chegando a seu apartamento e encontrando Sônia melancólica pedindo para dormir aquela noite com elas (20min21s). O diálogo que as três travam mostra um conflito geracional, as prostitutas mais maduras (Beth e Japa), que julgaram correta a atitude de Hugo ao agredir fisicamente a amiga, pois afinal ela havia “aprontado” (DAMAS DO PRAZER, 1978) e, por outro lado, a prostituta sindicalista que não aceitava as extorsões de seu cafetão (Sônia):

Beth: Sabe Sônia, esse negócio de você ficar lendo jornal, ouvindo notícia de rádio, se informando não é uma legal, sabe? Você devia fazer igual a mim, sabe, eu tô na minha e eu sou feliz do jeito que sou.

Sônia: Eu acho ser puta uma boa, eu gosto. O que está errado é ser explorada. A gente é que têm que se beneficiar com o resultado do nosso trabalho, não esses “cafiolo” da vida.

[...]

Sônia: Você sabe que a gente tem Direitos também?

Beth: Direitos? Puta com direitos? Ah, “qualé”, mulher. Você é das tais que a gente tem que ter carteira também?

Sônia: Não, Direitos Humanos. Já ouviram falar nisso?

Beth: Ah, não! Comício agora não. Boa noite que eu vou dormir.

Japa: O melhor mesmo é dormir.

Já sozinha na sala de estar Sônia murmura, “acho mesmo que vocês é que são felizes”, sugerindo ao espectador que felicidade é não entender com alguma profundidade as explorações e extorsões sofridas em pagar impostos sobre o seu trabalho. Assim como a polícia, na primeira cena do longa-metragem, o cafetão também serve como agente regulador e hierárquico.

A cena tem um corte abrupto para uma avenida movimentada, na qual a câmera em plano geral mostra Cora (Bárbara Fizio), a última prostituta a ser apresentada para o espectador durante a trama, entrar em uma estação de metrô (21min47s). Observamos a personagem caminhar até o banheiro público e começar a trocar suas roupas de trabalho (vestido justo, decotado, cílios postiços e batom escuro) por aquilo que a narrativa sugere alguns minutos posteriores

como roupas de mãe, roupas de dona de casa honrada (sobrepõem uma saia bege rodada com flores, solta o cabelo, retira os cílios, limpa a maquiagem, abotoa mais a camisa e esconde o decote):

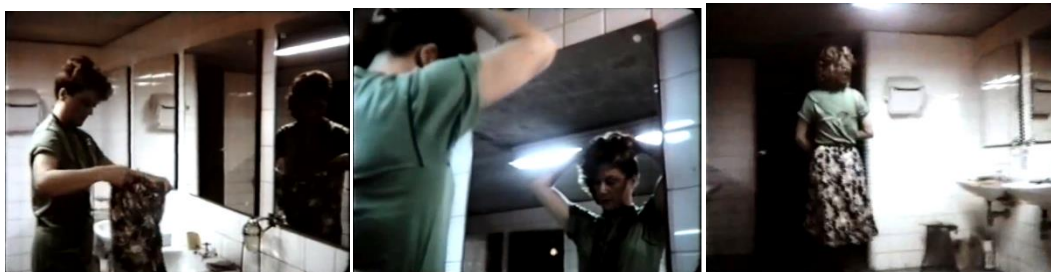


Figura 2: Personagem Cora troca de roupas. Início/fim: 22min04s a 24min08s

Cora embarca no metrô, depois apanha um ônibus e conclui seu trajeto a pé, e o percurso dura quase três minutos de trama, estabelecendo ao espectador que, o destino, independente de qual fosse, era longe, quase como em uma cidadezinha no interior. Observamos a personagem entrar em uma casa branca e questionar uma senhora varrendo o pátio: “como ele está?”. O “ele” é seu filho, um jovem, que fica sob a responsabilidade de terceiros porque vive em estado vegetativo (26min30s). Cora reitera à cuidadora que “não se preocupe com dinheiro, *eu arranjo o que for preciso*”; a partir desse diálogo é instaurado um conflito que a acompanha até o final da narrativa: quem irá sustentar seu filho quando não tiver mais condições de se prostituir? Isso se agravará porque o movimento na “zona andava fraco” e porque entre suas colegas ela era uma das mais velhas.

Entre as protagonistas, Cora é a única atravessada pela maternidade. A personagem é uma mulher forte, independente, mas construída como mãe-coringa, que abdicaria ou estaria disposta a quaisquer sacrifícios em prol de seu filho. Segundo Badinter, (1985) a partir do século XVII, o amor materno é exaltado como um valor social e natural. Isso significou a ascensão de um lugar essencialmente feminino, vinculada a um determinismo biológico e destino final natural à mulher, isto é, uma das várias marcas de Gênero. O longa-metragem não esclarece a trajetória de nenhuma das prostitutas, mas na fala grifada podemos observar que a profissão tem relevância no sustento do rapaz doente.

Portanto, ainda que não seja ofertado ao espectador a “historinha”, se entende que Cora passou de um ser idealizada e desprovida de desejos, através de um estereótipo, para uma personagem sexualizada e moralmente inaceitável. (NUNES; FRIGERI, 2016)

Na cena posterior, as personagens principais se encontram no bar de sempre para jantar após trabalharem (38min49s). Cora ainda desanimada pela condição de seu filho desabafa e diz estar preocupada com o futuro. Filmadas em plano médio, com pouquíssimo movimento de câmara, ao fundo, observamos desfocado Corsário sentado em uma mesa:



Figura 3: Personagens Japa, Sônia, Beth, Cora e ao fundo Corsário. Todas as cenas ocorridas no “bar de sempre” os personagens sentam-se sempre na mesma disposição. O cenário que aparece em cena é sempre o mesmo (39min20s)

Na ocasião, Sônia recorda-se de uma conversa que tivera com Corsário e sugere a Cora que ambos conversem. As duas vão na direção do homem e o questionam:

Sônia: Vamo, cara, conta aquele negócio que estão fazendo na Europa.

Corsário: Que negócio?

Sônia: Aquele que estão matando por piedade.

Corsário: E-u-t-a-n-á-s-i-a [responde devagar, quase como se soletrasse].

Sônia: É isso.

Corsário: Foi na Suíça, menina. Aprovaram uma lei que permite a um médico, com o consentimento dos parentes, evitar o sofrimento de um doente desenganado.

[...]

Corsário: Quando uma pessoa não tem mais vida inteligente, não fala, não ama, não têm desejos, não pensa, enfim, já está morta em vida. Não é crime apressar o final do sofrimento. Exterminá-la sem sofrimento é permitido por lei...é claro, na Suíça.

Cora: Não deixa de ser assassinato.

Corsário: Por amor, princesa. Por amor.

O personagem Corsário tem sua fala legítima porque ele é um jornalista, ainda que falido e com tendências suicidas, ele possui diploma, “fala difícil”, “já foi inteligente”. Podemos perceber que existe uma carga quase que de súplica na forma como ele completa esse diálogo, quase como se quisesse que alguém o matasse por amor. Cora fica claramente convencida com a explicação.

Outra personagem que cruza rapidamente a trama é Cecília (Adriana Tasca), filha e irmã de operários, trabalha escondida como prostituta às noites e dorme durante os dias (49min03s). A cena mostra sua mãe a alertando que, se caso ela não começasse a contribuir com as despesas de casa, seu pai iria expulsá-la de casa e afirma que “não existe outro problema no mundo senão dinheiro”. A jovem, ainda deitada em sua cama, retira de sua carteira três mil cruzeiros e questiona se isso resolveria a questão e se poderia voltar a dormir. A senhora, que a narrativa não apresenta nome, muda completamente seu comportamento e promete que quando a filha acordar irá estar pronta uma gemada, pois afinal “quem trabalhou à noite precisa estar sempre bem alimentada”. Em uma abordagem quase irônica, fica subentendido ao espectador que essa família está ciente que Cecília trabalha como prostituta, e aqui parece não fazer diferença a procedência do dinheiro, mas sim apenas dividir ou não os gastos. A relação apresentada se assemelha muito a uma reunião de negócios, breve e objetiva, questões morais não integram o debate, e demonstra não ser problema também.

A cena é interrompida e a atenção do espectador salta para Cora chegando a um restaurante, com pouca luminosidade, filmada em plano médio. Sentado em uma mesa ao fundo, está Mandrac (Cavagnoli Neto), um traficante, lendo seu jornal. A personagem se aproxima e o questiona se existe algo que “matasse com piedade” e reitera “o importante é que não tenha dor, sofrimento”. A câmera vai se afastando e a conversa dos dois vai diminuindo o tom e foco, até que abre para um novo cenário, o apartamento de Beth e Japa.

Observamos as duas amigas limpando o apartamento em que moram, removendo qualquer vestígio que denunciasse a sua profissão (54min18s). Isto porque os pais de Japa, conservadores, haviam avisado que iriam visitá-la. Neste momento, elas travam um diálogo sobre a prostituição ter virado “o esgoto da

sociedade”, e que “era para ser um ofício bonito, mas existe preconceito”. Beth, ainda que tenha sido construída como protagonista, ao ouvir a colega falar, abaixa a cabeça e afirma que, às vezes, “sente vergonha de quem é”. Dentre as personagens principais, ela é única faz esse tipo de afirmação, ainda que em apenas uma fala.

As cenas seguintes são compostas por duas jantares familiares distintas. A primeira na de Cecília (ver Figura 6), na qual o pai agradece emocionado a contribuição semanal, e na segunda, a de Japa (ver Figura 7), todos utilizando quimono, cabeça baixa, com trilha sonora emotiva, com instrumentos de corda e sopro, sugerindo uma hierarquia mais centralizada na figura do pai:



Figura 4: Jantar na casa de Cecília, 58min11s. **Figura 5:** Jantar na casa de Japa, 58min43s

Na mesma noite, Beth procura Corsário e se declara para ele, convidando-o para irem a um hotel próximo do bar de sempre para ficarem juntos. Após terem relações sexuais, enquanto a personagem toma banho e se maquia para voltar ao “ponto”, o intelectual veste suas roupas porque diz querer se colocar no lugar dela. Existe no diálogo deles uma melancolia, uma espécie de despedida, pois ele se suicida logo quando ela se retira do hotel. No fim da noite, quando ela retorna para vê-lo e descobre que havia dado um fim a sua dor existencial afirma que “ele já estava morto há muito tempo”.

De volta ao “ponto”, Sônia é vítima da vingança de Hugo, seu antigo cafetão, que contrata um homem para dar uma facada nela. Quando suas colegas percebem, ela está caída sangrando no meio da rua. Não fica claro ao espectador o final dessa personagem e a tragédia pode ser interpretada como um reflexo do real; um alerta para as mulheres que transgridem a lei das ruas; ou até mesmo uma crítica do diretor a violência contra mulheres. Cora observa de longe o

ataque e se retira discretamente, mas com um semblante angustiado e com trilha sonora novamente instrumental quase fúnebre. Acompanhamos novamente seu deslocamento para a casa onde seu filho é cuidado, portando consigo uma bolsa, na qual guardava uma injeção letal (75min25s). Ao chegar, tenta estimular alguma reação no jovem, acariciando suas mãos antes de matá-lo, mas não obtêm sucesso:

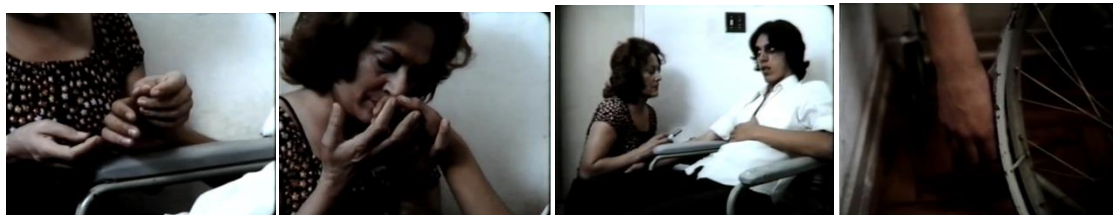


Figura 6: Morte do filho de Cora. A cena é filmada em primeiro plano, com algumas inserções de closes nas mãos e nos pés dos personagens. Início/fim: 77min25s a 80min12s.

Como fica claro nas imagens anteriores, percebemos a morte do rapaz quando sua mão cai ao lado de seu corpo. A cena, assim como toda a construção da personagem, é construída sob uma intensa carga dramática. Cora após matar seu filho “com amor” fica por alguns segundos apenas olhando seu corpo sem vida, repousa as mãos sobre os olhos e lentamente ao abri-los se depara com uma cruz, acende uma vela e começa a retornar a pensão onde morava. O último plano do longa-metragem é aberto, uma visão panorâmica da cidade, depois da rua, suavemente inicia o mesmo samba que tocou na abertura, e vai crescendo aos poucos o tom e o ritmo. Na sacada de seu quarto, observamos Cora olhando catatônica para o horizonte. A câmera vai se afastando em *plongée* e uma sirene de polícia aos poucos vai ganhando espaço na narrativa. Nesse instante, um texto ocupa toda a tela: “Cora foi presa, processada e condenada, na forma da Lei, pelo crime cometido. Fim”.

Considerações Finais

As representações simbólicas sobre sexo, empregadas pelas Pornochanchadas, durante a década de 70, visavam garantir sucesso de bilheteria público, instigar fantasia e desejo do público majoritariamente masculino. O longa-metragem *Damas do Prazer*, especificamente, trouxe consigo características fundamentais das comédias eróticas: elementos do cotidiano,

linguagem acessível, referências palpáveis, insinuações sexuais e jogos de palavras dúbios e sugestivos ao espectador. Por outro lado, demonstrou algumas peculiaridades no decorrer de sua análise, ligadas principalmente a carga dramática em alguns núcleos abordados, principalmente a relação Cora e seu filho. Em geral, a construção narrativa do filme foi feita de forma alternada, intercalando aparições e situação vividas no cotidiano das personagens que atuavam como prostitutas em São Paulo.

Outro detalhe relevante a ser destacado é como os corpos das personagens foram exibidos no longa-metragem. Embora a sensibilidade das minúcias, relativas às diferentes composições, seja de valor indispensável à análise, as Pornochanchadas só asseguravam seu público porque ofereciam quase sempre a mesma "fórmula", ou seja, o gênero construía uma narrativa cronológica, mais ou menos contando a história de vida dessas mulheres até se transformarem em *femmes fatale*. Talvez o exemplo²² mais recorrente seja a moça virgem, pura e ingênua, que se casa com um senhor – mais velho, e/ou impotente, e/ou vai a óbito, e/ou se tornará corno – a narrativa oferece ao espectador uma "virada" dessas personagens. E é nesse momento que o voyeurismo é mobilizado a partir de longas tomadas de sexo, closes em coxas e decotes ou cenas de nu frontal.²³ Sob um viés comparativo, em *Damas do Prazer*, o enfoque dado a esses detalhes é mais sutil e menos objetificante em relação aos demais filmes do gênero. As histórias das protagonistas não são apresentadas, ainda que possamos especular, não é esse o objetivo. Os corpos aqui parecem estar vivendo o cotidiano do "ponto", do "ofício", do automático,²⁴ e, nos três fragmentos que insinuam o ato sexual, não observamos a câmera repousar sobre partes específicas ou vestuário.

²² Ver: *A Viúva Virgem*, Pedro Carlos Rovai, 1972.

²³ Nesse período, o nu frontal que a Censura autorizava era apenas seios à mostra, raras exceções o espectador assiste pelos pubianos. Filmes de sexo explícito, e com eles "nus reais", só foram liberados em 1981, no Brasil.

²⁴ Essa pode ser considerada uma visão muito particular, mas em apenas duas personagens parece que o diretor enfocou mais a questão da câmera percorrer seus corpos. Cora, por exemplo, em uma cena muito específica quando retira suas "roupas da zona", sai do personagem prostituta para se transformar em "mãe-coragem". Acompanhamos por quase dois minutos essa "troca" com closes e detalhes, mas o objetivo parecia ser outro do que a pura objetificação.

As questões morais que atravessam o filme são apresentadas somente por meio da ótica das protagonistas e não há diálogos explícitos com outros personagens para tratar sobre prostituição. Observamos, no entanto, que em três situações fica claro o tabu relacionado: quando Cora muda de roupa para visitar seu filho; a alternativa de Cecília em não anunciar à sua família qual era a origem do dinheiro; e Japa ao arrumar o apartamento para que os pais não desconfiassem de sua profissão. Ainda que as cinco mulheres analisadas demonstrem gostar da profissão, sutilmente é oferecido ao espectador a sugestão de que elas estão lá por sobrevivência.

Dito isso, a análise buscou contribuir com o campo da História Social do Cinema, os Estudos de Gênero e problematizar a construção simbólica das personagens femininas durante a Ditadura Civil-Militar, especificamente sob a ótica de um gênero cinematográfico voltado para o erótico.

Fontes

Damas do Prazer (1978), Antônio Meliande, Brasil. Ficha técnica e cartaz de divulgação do longa-metragem *Damas do Prazer*, disponível na Base de Dados Filmografia, da Cinemateca Brasileira.

Referências

ABREU, Nuno Cesar Pereira de. **O olhar Pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. São Paulo: Edições Texto & Grafia, 2009.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991

BANDINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero em perspectiva global**. São Paulo: in: Versos, 2015. Cap. 1 – A questão do gênero (29-50).

CRUZ, Livia Maria Pinto da Rocha Amaral. **(Nem) tudo puta e viado: uma análise dos estereótipos presentes no cinema erótico brasileiro (1969-1982)**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. 2016.

- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade, vol.I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Boitempo Editorial, 2004.
- MANTEGA, Guido (Org.) **Sexo e Poder**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1979.
- MARTINS, William de Souza Nunes. **Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- NUNES, Lucas Sant'Ana; FRIGERI, Renata Aparecida. **As mulheres de Ody Fraga: a representação feminina em A dama da Zona**. In: **Pornochanchando: em nome da moral, do deboche e do prazer**. FILHO, Cláudio Bertolli; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa (Orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- PENAFRIA, Manuela. **Análise de filmes – conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso SOPCOM, Abril, 2009.
- REIS, GABBIANA CLAMER FONSECA FALAVIGNA DOS REIS. **“A Pornochanchada deve ser hedionda”: o estudo desse gênero cinematográfico por meio das críticas especializadas**. Dissertação (mestrado), Escola de Humanidades PUCRS, 2018.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: Senac, 1999.
- SOUSA, Francisca Ilmar. **Imagens e representações da prostituta no cinema**. In: **Revista Cent. Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 11, n. especial, p. 85-90. 2005.
- VALIM, Alexandre Busko. **Entre textos, mediações e contextos: anotações para uma possível história social do cinema**. In: **Revista História Social**, Dossiê Imagem e Som, nº11, 2005.

Recebido em: 14.07.2019
Aprovado em: 31.07.2019

O LEVANTAMENTO DE CONCEPÇÕES PRÉVIAS EM UMA AULA-OFICINA: A PERSPECTIVA DE HISTÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA E DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

THE SURVEY OF PREVIOUS CONCEPTIONS IN A WORKSHOP: THE PERSPECTIVE OF HISTORY FROM HISTORICAL EXPERIENCE AND CONSCIOUSNESS

Krisley Aparecida de Oliveira¹
PPGH-UFG

Resumo: É de suma importância investigarmos e elaborarmos reflexões didático-pedagógicas no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da disciplina de história, nos preocupando com o conteúdo que é realmente transmitido, com o que poderia e com o que deveria ser transmitido. Sendo assim, lançar mão da investigação da consciência histórica e tentar fazer a regulamentação didática da mesma, é um fator essencial da autoidentidade humana. A utilização de métodos educacionais diferentes em sala de aula é um recurso que o professor tem para captar o interesse dos alunos. No caso do modelo da aula-oficina, com maior abertura para diálogo entre professor e aluno, é importante a utilização de recursos e estratégias, como, por exemplo, o levantamento das concepções prévias, que ultrapassa o quesito de chamar a atenção do aluno, mas confere a ele o lugar de agente crítico e debatedor de ideias.

Palavras-chave: Consciência histórica; Aula-oficina; Didática da história

Abstract: It is extremely important to investigate and elaborate didactic-pedagogical reflections regarding the teaching and learning of the history discipline, worrying about the content that is actually transmitted, with what could and what should be transmitted. Thus, to use the investigation of historical consciousness and try to make the didactic regulation of it, is an essential factor of human self-identity. The use of different educational methods in the classroom is a resource that the teacher has to capture the interest of students. In the case of the classroom-workshop model, with greater openness for dialogue between teacher and student, it is important to use of resources and strategies, as for example, the survey of previous conceptions, that goes beyond the question of drawing the attention of the student, but gives him the place of critical agent and debater of ideas.

Keywords: Historical consciousness; Classroom-workshop; Didactics of history

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Especialista em História e Narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: krisley6@hotmail.com

*Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
(Cora Coralina)*

O presente trabalho em exposição terá como objetivo lançar mão da análise de como o levantamento das concepções prévias, no modelo de um aula-oficina, pode, para além de aferir o conhecimento dos alunos sob determinado tema, estabelecer também maior contato entre professor e aluno, rompendo, assim, com a noção do professor como ator de um espetáculo, que oferece todo o conhecimento, e o aluno enquanto uma tábula rasa, estando somente pronto para receber o conteúdo a ser ministrado.

Nossa análise aqui, partindo do que foi exposto acima, conta ainda com nossa experiência em um minicurso ministrado em forma de aula-oficina para alunos do curso de graduação em História da PUC-GO, intitulado *Memória, estética e ditadura: a construção da consciência histórica*, minicurso esse que foi elaborado e ministrado por mim e Loudinéia dos Santos Silva, outra aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sendo parte integrante da programação da Semana Científica de História da referida universidade.

A questão da Didática da História

Antes de adentrar de forma mais profunda em nosso tema é necessário que façamos uma análise do papel da didática ao longo dos últimos anos, sendo importante para fomentar essa discussão acerca da aula-oficina.

Segundo Klaus Bergmann (1989), determinada reflexão será histórico-didática na medida em que investigar seu objeto sob o ponto de vista da prática da vida real, ou seja, na medida em que, no que tange o aspecto do ensino e da aprendizagem, se preocupe com o conteúdo que é realmente transmitido, e com o que poderia e deveria ser transmitido.

Pensar acerca da História a partir da preocupação da didática da história expressa investigar o que é apreendido no Ensino da História (que diz respeito a tarefa empírica da Didática da História), o que pode ser apreendido (diz respeito a tarefa reflexiva da Didática da História) e o que deveria ser apreendido (diz

respeito a tarefa normativa da Didática da História). Assim, abordaremos esses três aspectos de forma mais ampla um pouco mais à frente.

Entendemos a Didática da História, portanto, como uma disciplina científica que, orientada por interesses práticos, pergunta sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da história. Sendo assim, segundo Jeismann (1977, apud Bergmann, 1989, p. 30), a didática deve se preocupar com a elaboração, com o conteúdo e com os resultados da consciência histórica em determinado contexto social e histórico. Ela tem como tarefa investigar, de forma descritiva e empírica, a consciência histórica e regulá-la de forma didática e normativa, porque essa consciência é um fator de fundamental importância na autoidentidade humana.

Vamos agora explicitar da melhor forma os três aspectos da didática da história mencionados anteriormente. Em primeira instância nos ocuparemos da tarefa empírica da didática da história; sob essa perspectiva, ela é a disciplina científica que investiga de forma sistemática os processos de aprendizagem e ensino na História, que são àqueles processos de formação de indivíduos, grupos e sociedades. De forma geral, é uma disciplina que irá abranger a constituição da História, bem como sua recepção, que é exatamente onde constroem-se as consciências, que se dão em um contexto social e histórico e são conduzidas por terceiros, de forma intencional ou não.

De acordo com Bergmann (1989) informações históricas são compreendidas a partir da: 1) história experimentada e vivida ao longo dos dias; 2) história que não é vivida e nem experimentada de forma imediata, logo, a história transmitida, cientificamente ou não; 3) história que é apresentada pela Ciência Histórica enquanto disciplina com suas temáticas específicas, intenções, hipóteses e pressupostos, categorias, métodos, teorias e resultados. Portanto, a tarefa empírica da Didática da História é investigar esses processos de recepção ou transmissão.

Passando agora para a tarefa reflexiva da Didática da História, temos como ponto de partida a análise do ponto anterior, tendo em vista esse viés que investiga e analisa sistematicamente os processos de aprendizagem e ensino da história. A tarefa da reflexão vem para pensar os interesses, problemas,

pressupostos e a forma de exposição desses resultados. Nesse sentido, esse aspecto tem por definição estudar a própria ciência histórica.

Em último aspecto, para fazer a junção dos dois outros aspectos, vejamos a tarefa normativa da Didática da História, que tem como base, sobretudo, se ocupar com a fundamentação da disciplina da História no ensino e na educação. Trata também da exposição da história, ou seja, como a mesma é representada em diversos meios, como a televisão, a imprensa, o rádio etc., analisando, assim, as técnicas e materiais de ensino, bem como a relação que se pode estabelecer entre a História e demais ramos do saber, como a Psicologia, Pedagogia e Ciências Sociais sistemáticas, formando, com isso, o que entendemos por interdisciplinaridade.

Sabemos que todas as especificidades do ramo da Didática da História rendem uma discussão muito maior, no entanto, entendemos que para dar continuidade ao nosso tema geral é necessário avançarmos em nossa reflexão, até porque seria tema para uma exposição muito maior todos os aspectos e a importância da análise deles no interior da Didática.

Portanto, compreendemos que, em meio de algumas das funções da Didática da História, destaca-se a sua especialidade metódica, que é voltada para a investigação das maneiras como o passado é interpretado por cada indivíduo ou grupo e como cada sociedade lhe confere sentido. A Didática da História pode constituir um recurso para aproximar a teoria da história, do ensino de história, logo, para falarmos acerca do método de aula empregado em demais modelos de aula, para além da aula tradicional, em nosso caso, adentraremos de forma mais específica no modelo da aula-oficina, sendo de suma importância localizar a questão da didática.

A perspectiva do rompimento

O que nos levou a esse tema aqui proposto foi pensar de maneira metódica no modelo de aula que é ministrado em diversas disciplinas e cursos, não apenas por nossa atuação como educadores, mas também por nossa experiência como estudantes. No que se refere ao Ensino de História, pode-se perceber que muitos professores têm uma preocupação em romper com as aulas

centralizadas em sua capacidade principal de discorrer sobre a história, mas ainda há de forma maciça o tradicionalismo. Nessa proposta de aula, que chamamos de tradicional, a aptidão de interpretar o passado e o presente torna-se em uma tarefa própria ao professor e estranha à figura do estudante.

Nesse sentido, fugimos ao preceito básico da educação ser libertadora e não opressora.² De acordo com Libâneo (2002), as noções pragmáticas concebem a educação enquanto um processo imanente ao desenvolvimento humano, cujo resultado é a adaptação do indivíduo ao seu meio natural, sendo assim, educar-se é desenvolver-se, ou seja, é uma atividade provocada pelos interesses e necessidades dos organismos, suscitados pelo ambiente ao qual estão inseridos.

Atualmente, em muitas instituições de ensino, notamos que os professores são bastante prestigiados se possuem o domínio de fala de quarenta ou cinquenta minutos de sua aula, e com a aptidão de discorrer sobre o passado. São, na maioria das vezes, considerados grandes possuidores de sabedoria e, sendo assim, preparados e capazes de transmitir de maneira fácil o conteúdo fundamental que se deve saber sobre o passado.

No entanto, apesar de não negar a importância da capacidade e aptidão para narrar, que está ligada ao arcabouço teórico do professor, que é de extrema importância. Devemos nos atentar, pelos motivos mencionados ao início do texto, que esta forma de exposição impede o contato de alguns alunos com os elementos que estimulam a construção das narrativas históricas. De um ponto de vista mais problemático, principalmente no que diz respeito ao cenário político brasileiro atual, percebemos que esse modelo de aula, diversas vezes, faz com que o estudante veja a História como uma forma de saber livre em que não há reflexões acerca de como os processos históricos se constituem e a importância de compreendê-los.

Recentemente, como é o caso dos estudos da didática aqui no Brasil, podemos perceber que as normas e regras curriculares e os especialistas nas

² Não temos aqui nenhuma intenção de colocar a figura do professor que ministra aulas de maneira tradicional como um opressor, pois acreditamos, como Paulo Freire (1986), em uma educação que sirva à liberdade em que as pessoas sejam sujeitos de si, operando e transformando o mundo.

áreas de ensino se preocupam em reavaliar esse modelo de História que está sendo ensinada. Nesse mesmo período, vimos no seio da própria historiografia que este modelo tradicional de aula vem abrindo espaço, pouco a pouco, para outras propostas e modelos.

De acordo com MacLuhan (1967, apud Nakou, 2007, p. 141), as ferramentas eletrônicas oferecem representações visuais da realidade, o que dá uma configuração visual relevante às nossas produções e formas de conhecimento. Por meio dessas tecnologias, há uma forte formação de consciência que se dá por meio da experiência, inteiramente ligada ao modo como a consciência histórica individual é formada de maneira pessoal e particular, para que, com o auxílio de um professor, possa ganhar o sentido histórico que é necessário para uma formação crítica frente a sociedade e a vida de maneira geral.

Nakou (2007), utilizando-se de Wertsch, aponta a defesa de que a utilização de ferramentas novas nas ações mediadoras reformula a organização e a estrutura existente. Nakou destaca ainda que essa discussão travada acerca desses métodos é crucial, devido a diversidade e quantidade de ferramentas culturais. Não de forma rara, esse impulso por renovação e pesquisa de novas formas de apreensão e difusão do conhecimento histórico tem como base tentar colocar o aluno como protagonista do processo de construção do conhecimento histórico.

Entre essas propostas, analisaremos a questão central de nosso trabalho que é destacar o modelo conhecido como aula-oficina, visto que esta procura romper com alguns aspectos problemáticos, substituindo os moldes desanimados e tradicionais por formas mais ricas e significativas de ensino e aprendizagem. Esse modelo é pesquisado pela historiadora Isabel Barca (1989), um de nossos principais referenciais teóricos. Nele, é possível identificar a perspectiva de privilegiar a construção de uma aula inicialmente elaborada por um eixo temático uma gama de objetivos que devem ser atingidos com o debate entre os alunos em sala de aula.

A experiência das aulas

Feitas as definições iniciais, a aula-oficina irá prosseguir com o método de questões em que o educador, por meio das respostas oferecidas, que são os conceitos prévios³ aferidos, detectam as ideias e perspectivas que seus alunos têm sobre o tema proposto. Diante do diagnóstico das informações que foram coletadas, o professor irá detectar quais as fontes e recursos mais eficientes para entrar em um diálogo com as ideias apresentadas inicialmente pelos alunos.

Segundo Barca (2004), sob essa perspectiva, o aluno será então o agente de sua formação, com ideias prévias e diversas experiências, enquanto o professor será um investigador social que organiza atividades problematizadoras.

Por meio dessa ação, cabe ao professor moldar a investigação do passado por meio das solicitações apresentadas por seus alunos. Nesse aspecto, sem dúvida, baseado em nossa experiência em sala, que descreveremos um pouco à frente, podemos perceber a capacidade que a aula-oficina tem para romper com as situações nas quais o ensino da história tende a ser distante da realidade do aluno ou centrada na imagem do professor.

Quanto aos materiais utilizados ao longo da aula, Barca destaca a importância de:

Ler fontes históricas diversas – com suportes diversos, com mensagens diversas; cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade; selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para a confirmação ou a refutação de hipóteses descritivas e explicativas. (2004, p. 133)

Depois que a investigação do tema é feita, por meio dos documentos utilizados, o professor pode terminar a experiência de construção da compreensão do passado fazendo um novo levantamento de questões. Nessa parte, o docente pode questionar os estudantes acerca de como a aula ministrada em forma de oficina (re)orientou suas ideias e percepções anteriores sobre o tema que foi tratado. Dessa maneira, acreditamos que tanto os alunos quanto os

³ Trabalhamos aqui com a noção de conceitos prévios, não necessariamente com a perspectiva de que o aluno deva apontar conceitos teóricos sobre o tema da aula. É justamente o contrário, pois trata-se do aferimento inicial sobre o que o aluno compreende por determinado tema, o que ele sabe, o que ele conhece, o que já ouviu falar, como constituiu-se sua consciência sobre isso.

professores poderão perceber os ganhos históricos e críticos oferecidos pela oficina.

Como forma de melhor explicitar nossa perspectiva acerca da importância e relevância do levantamento das concepções prévias, utilizaremos agora o exemplo de um minicurso em que colocamos em prática esse modelo de aula-oficina, bem como explicitaremos quais foram os resultados obtidos.

Foi ministrado um minicurso intitulado *Memória, estética e ditadura: a construção da consciência histórica*, por mim e outra aluna (Loudinéia) do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. O minicurso em questão fez parte da programação da Semana Científica de História da PUC-GO.⁴

O minicurso foi elaborado com intuito de estabelecer comunicação acerca do tema entre as proponentes e os ouvintes, que eram alunos de graduação do curso de História da PUC. Com isso, foi elaborado desde o início contando com uma grande quantidade de recursos didáticos, passando por imagens, depoimentos, vídeos, trechos de filmes, reportagens e músicas. E, evidentemente não foram desprezados os grandes e respeitados intelectuais que trataram os temas, e, quando apresentarmos os resultados obtidos, apresentaremos também quais foram nossas referências bibliográficas para a elaboração da aula.

Ao início do minicurso, em uma sala com cerca de 15 alunos, fizemos uma divisão do quadro em três partes; nessas três partes escrevemos as palavras: "Memória, estética e ditadura", e então foi questionado aos alunos ali presentes quais eram as suas concepções acerca de cada uma dessas palavras.

Em ordem, a primeira foi Memória. No início, os alunos demonstraram um comportamento um tanto quanto tímidos, mas, com nossa fala, chamando-os para a discussão e para que pudéssemos pensar juntos, para assim construir um diálogo sobre o assunto, o andamento da aula foi normal e muito instigante. Uma aluna começou dizendo "imaginação"; após isso, os outros alunos também interviam, e com isso o diálogo coletivo já havia sido estabelecido. As

⁴ A programação do evento em questão pode ser acessada através do seguinte link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AGtsxOWLhIEVRIs&cid=62088F2DA950A0B1&id=62088F2DA950A0B1%21471&parId=62088F2DA950A0B1%21457&o=OneUp>

concepções e palavra que usaram ainda nesse item foram: “construção”, “lembança” e “identidade”.

Indo para o segundo quesito do levantamento das questões prévias, perguntamos acerca da Estética, e as palavras sugeridas para lidar com esse conceito foram “imagem”, “arte” e “identidade”. Nesse momento, um aluno pontuou que achava que a noção de “identidade” e a formação dela era um aspecto tão importante na construção do indivíduo e de grupos, que achava que esse item entrava em todos os eixos que propomos e expomos no quadro. Todos os alunos concordaram, por conseguinte, iniciamos um pequeno debate sobre o porquê a identidade compunha esses três eixos.

Por último, fizemos o levantamento acerca de suas opiniões sobre a Ditadura, e eles levantaram as seguintes palavras: “repressão”, “identidade”, “propaganda”, “publicidade” e “tortura”.

Ao longo da elaboração do minicurso, quando foi decidido que utilizaríamos esse modelo de aula, nos recursos que buscamos para amparar nossas falas, estavam a prerrogativa, de nossa parte, do que supúnhamos que os alunos, de certa forma, fossem falar. E baseado nisso preparamos nossos slides, que conseguiram totalmente abarcar todas as concepções prévias levantadas pelos alunos. Para além do conteúdo dos slides, dispúnhamos de outros materiais separados em imagens e vídeos, que, talvez, pudessem entrar na discussão. Acreditamos que, apesar de ser muito instigante preparar uma aula-oficina, em que o professor deve imaginar de antemão quais os conceitos prováveis que os alunos vão pensar, é também um árduo trabalho para o educador. Temos que ter em mente que a consciência dos alunos não passou por um processo de significação metódica como o nosso, como algo resultante da experiência acadêmica do Ensino Superior; logo, é necessário que pensemos para além do que foi planejado para a aula e ter um material de apoio auxiliar é crucial.

No que diz respeito à importância da comunicação estabelecida entre o professor e o aluno, bem como ao planejamento dessa aula, tomamos como referência novamente a professora Isabel Barca:

Expressar a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade,

utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis. Para acompanhar a mudança conceitual dos alunos tendo como alvo o desenvolvimento destas instrumentalizações, as tarefas a realizar nas aulas têm de ser explicitadas. Imaginar a aula em concreto, a priori, é fundamental para o sucesso em termos de perspectivação das aprendizagens a promover. (2004, p. 134)

Para melhor exemplificar o resultado desse primeiro momento, expusemos o seguinte quadro-síntese e ilustrativo na lousa:

MEMÓRIA	ESTÉTICA	DITADURA
Imaginação	Imagem	Repressão
Construção	Arte	Identidade
Lembrança	Identidade	Propaganda
Identidade		Publicidade
		Tortura

Feito isso, percebemos que essa construção prévia deu norte para toda a nossa exposição de quatro hora. Em contrapartida a esses conceitos prévios levantados, achamos interessante dar conta de quais foram nossos referencias teóricos principais. Considera-se aqui algo importante fazer isso, porque, para muitas pessoas as quais a noção de aula-oficina é nova, pode-se passar a impressão de que é o aluno quem molda a aula. Afinal, ela não possui, dessa maneira, o conteúdo crítico estabelecido de maneira prévia, que é exigido para uma aula de excelência.

Sedo assim, nossos principais norteadores do debate que se refere à memória foram: Paul Ricoeur;⁵ Pierre Norra⁶ e Maurice Halbwachs;⁷ No que

⁵ Grande filósofo francês, com uma vasta e respeitada obra que, entre muitos temas, refletiu sobre a filosofia e natureza da narrativa, do viés da linguística e da poética, bem como questões culturais e históricas de uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica fomentando a discussão entre memória e memória cultura.

⁶ Historiador francês, um dos mais respeitados nos estudos contemporâneos, conhecido por suas obras sobre a identidade e memória francesa, o ofício do historiador.

⁷ Sociólogo francês que, dentre muitas coisas, teve como uma de suas principais obras o célebre estudo de memória coletiva.

refere-se à estética, Theodor Adorno e Max Horkheimer⁸ são referenciais importantes; e, no que diz respeito à ditadura, utilizamos principalmente Carlos Fico⁹ e Pinheiro Salles.¹⁰ Para além dessas questões, levamos em conta o filósofo e historiador Jorn Rüsen.¹¹

Após apontados nossos referenciais, voltamos agora a como estruturamos a aula-oficina, sempre trabalhando a relação entre os conceitos prévios e as perspectivas teóricas aos mencionados intelectuais acima.

Preparamos dois subitens para discussão da questão da memória. Neste caso, discutimos conceitualmente os termos memória coletiva e a memória individual; para dar arcabouço para a teoria Ricoeur (2007), onde é posto a fragilidade da memória pessoal, sujeita a vicissitudes do tempo e da história, e mostra que o esforço da memória depende da capacidade de narrar e das marcas que foram deixadas. E essas marcas deixada e acessadas via memória, podem ser vistas de maneira semântica ou linguística. Utilizamos imagens de pessoas que foram fotografadas no momento em que estavam reconhecendo os locais aos quais foram torturados na ditadura militar no Brasil, vídeos onde pessoas se emocionam e contam histórias de como sobreviveram aos traumas das torturas, e um vídeo acerca do movimento das Mães da Praça de Maio. Com esses recursos, conseguimos alcançar (de forma até emocional) os alunos, estimulando a construção de um caloroso debate sobre a construção da memória, as formas de constituição das lembranças e como isso ajuda a compreender a maneira como os sujeitos se constituem historicamente.

Vejamos a seguir algumas imagens utilizadas no minicurso para expor a questão da memória.

⁸ Ambos filósofos e sociólogos alemães, membros da conhecida Escola de Frankfurt, pensando principalmente na noção de Indústria Cultural criada por eles, a fim definir a situação da arte na sociedade capitalista industrial.

⁹ Um dos mais conhecidos historiadores recentes brasileiros que trata do tema da ditadura, tendo cunhado a noção de golpe civil-militar.

¹⁰ Jornalista e escritor que foi preso e torturado durante o período ditatorial.

¹¹ Um dos principais expoentes do conceito de consciência histórica.



Figura 1 - Ex-soldado Jória Dantas olhando para o interior da cela 9, no centro de custódia da base onde ficou preso, nos anos 70, logo após reconhecê-la.

Fonte: Marcelo Oliveira (ASCOM – CNV)



Figura 2 - Ex-militar Adir Figueira reconhece uma das celas em que ficou detido na Base Aérea do Galeão, nos anos 70.

Fonte: Marcelo Oliveira (ASCOM – CNV)

Por meio das palavras que eles mesmos escolheram, e que estavam explicitadas no quadro, os próprios alunos tiveram plena noção de que cada um dos aspectos estava ligado um ao outro. No final, foi possível falar sobre como os três elementos em questão comporiam a consciência histórica que era a proposta do minicurso.

No ponto subsequente, quando a discussão caminhou para o âmbito da estética, e após as primeiras considerações realizadas sobre quais eram as utilizações que arte poderia ter, um aluno voltou-se ao quadro com as

concepções elencadas e disse que duas das palavras que estavam ligadas à Ditadura poderiam ser associadas também à questão da Estética. É o caso das noções de “propaganda” e “publicidade”.

O que foi de encontro totalmente com o aspecto ao qual estruturamos essa parte do curso, ou seja, apontando o caráter da utilização da arte como propaganda nos períodos ditatoriais. Com isso, utilizamos as propagandas clássicas e discursos de grandes ditadores. Nessa parte, fizemos uma ponte com discursos atuais e como eles são utilizados pela mídia. Os alunos debateram conosco de forma muito crítica e clara.

A exemplo do que levamos para discussão, temos:



*Figura 3 - Discurso nazista com Hitler, demonstrando todo o seu triunfo.
Fonte: Jornal GGN*

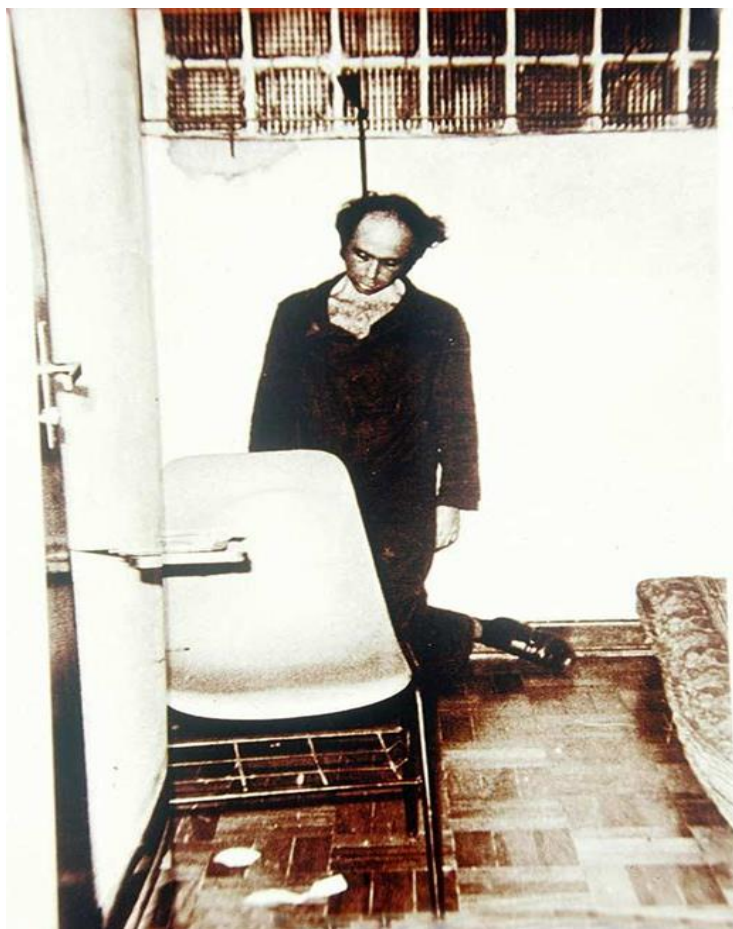


Figura 4 - Vladimir Herzog (1975), assassinado pela ditadura militar, na fotografia houve, por parte dos militares, uma tentativa de forjar seu suicídio, e foi provado posteriormente tratar-se de assassinato.

Fonte: Zonacurva

Partimos então para o último ponto, em que os recursos utilizados foram os que mais mexeram com os alunos, tendo em vista a utilização de depoimentos e imagens de pessoas que sofreram severas torturas na ditadura militar brasileira.

Um fato que nos chamou muita atenção foi o comportamento de todos os alunos ao demonstrar a importância de estudar esse período, pois, quando nos aproximamos do tema, trazendo o debate sobre como foi a Ditadura no estado de Goiás, tivemos uma surpresa por parte de uma aluna. A mesma relatou que sua família conta a história de um casal de jovens, que, na década de 1970, passou pelos arredores da fazenda de seus avós. Ela ainda nos informou que a história contada é a de que os avós ajudaram o casal, pois já era tarde da noite. Deram-lhes comida e os deixaram dormir, e logo pela manhã eles partiram. No dia seguinte, a polícia passou na fazenda perguntando pelo casal e os avós da

moça não mentiram, dizendo que eles haviam passado a noite por lá, mas que, no entanto, partiram pela manhã. A polícia teria seguido a viagem procurando o casal e os avós da aluna teriam relatado que nunca mais souberam nada sobre o assunto.

Nesse momento, nos demos conta de que o relato está inserido no livro ao qual utilizamos para fazer o minicurso, chamado *A ditadura militar em Goiás:*



Figura 5 - Lema criado em 1969/Governo de Emílio Médice

depoimentos para a História, organizado pelo jornalista e escritor Pinheiro Salles. Inclusive, este escritor foi torturado pela

Ditadura. Por essa razão, utilizamos um depoimento em vídeo do mesmo autor, já que seria um relato de alguém que viveu e viu o período em questão.

Com isso, foi claramente estabelecido um contato muito maior dos alunos com os conteúdos, indo além do que uma mera aula expositiva acerca da Ditadura em Goiás. O que aproximaria a atividade pedagógica ao que foi sugerido por Isabel Barca:

Quando o aluno procura explicações para uma situação do passado à luz da sua própria experiência revela já um esforço de compreensão histórica. Este nível de pensamento poderá ser mais elaborado do que aquele que assenta em frases estereotipadas, desprovidas de sentido humano. (BARCA, 2004, p. 137)

Após informarmos para a aluna e o grupo que o ocorrido com sua família estava relatado em um livro, ao final do minicurso ela nos procurou muito interessada em obter maiores informações acerca do livro e do autor, e de onde encontraria mais depoimentos como esses.

A exemplo de algumas imagens trabalhadas sobre o contexto da Ditadura, temos:



Figura 6 - Do livro "A ditadura militar em Goiás", de Pinheiro Salles. Livro do qual nos referimos anteriormente, onde há o depoimento dos avós de uma aluna do minicurso.

Seguindo a aula e caminhando para o final do curso, questionamos acerca de onde todos esses aspectos nos levaram em termos de aprendizagem coletiva. Perguntamos se isso poderia nos levar a uma consciência histórica. Novamente, fez-se uma discussão e os alunos se voltam ao levantamento feito ao início em relação ao conteúdo que havíamos mostrado.

Na parte final, a discussão foi trazida para os dias atuais e, muito informados, os alunos apresentaram suas experiências de vida em relação às

manifestações sociais, ao tema da política etc. Conseguiram, assim, estabelecer relações significativas entre o que havíamos apresentado e o que já vivenciaram. E isso nos ajudou a concretizar o que prendíamos com o ponto final, culminando construção de uma consciência histórica e crítica.

Rüsen (2001) faz a análise da consciência histórica como o que chama de fenômeno do mundo vital, ou seja, é uma forma de consciência humana que está inter-relacionada com os atos da vida humana na prática. É isso que se entende por consciência histórica: a síntese das operações mentais que os homens e mulheres utilizam para interpretar as experiências da dinâmica temporal do mundo que o cerca e de si mesmo, de maneira que isso possa orientá-lo de forma prática e o mais intencional possível.

O entendimento de tudo o que discutimos veio por meio de um recurso que utilizamos de comparação entre o passado e o presente. Utilizamos a música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, que se caracterizou como um hino contra a ditadura militar. Ela foi cantada por muitos nas diversas manifestações contra o governo militar nas décadas de 1960 e 1970 e posterior a ela. Com isso, de forma complementar, apresentamos um vídeo, de março de 2017, onde as pessoas foram a uma manifestação, na cidade de Goiânia-GO, e vestidas de verde e amarelo. Na ocasião, elas marcharam ao som dessa mesma música, pedindo a intervenção militar. Nesse momento, os alunos reagiram entre risos e caras de aborrecimento, e alguns afirmaram que, para esses sujeitos históricos que ali marchavam, não houve a construção crítica da consciência histórica. Portanto, os alunos perceberam criticamente as dinâmicas e contradições dessa construção, apontando que pode haver uma consciência histórica de determinado fato e, todavia, essa construção não passar por um processo de transformação crítico.

O que nos leva diretamente a noção apresentada anteriormente de consciência histórica e seguindo na esteira do pensamento elaborado por Rüsen (2001), ao afirmar que, conforme o pensamento histórico vai sendo fundamentado racionalmente, abre-se a possibilidade para uma crítica racional daquilo que o homem vivencia.

Salientando a necessidade da consciência histórica crítica, foi utilizada a seguinte imagem, contrapondo-a uma frase dita pelo então Deputado Federal e pré-candidato a Presidente da República e, hoje, Presidente eleito Jair Bolsonaro: *"Ou as minorias se adequam, ou desaparecem"!*

Sendo assim, sob a perspectiva do que se propõe uma aula-oficina, e os resultados que podemos obter por meio dela, a importância de se levantar e trabalhar de forma diferente as ideias iniciais as quais os alunos fazem tacitamente são de extrema importância. Também é fundamental propor questões problematizadoras e orientadoras, que devam constituir em certo sentido os desafios cognitivos aos alunos, e não somente passar por assuntos que sejam sem significado para eles.

Portanto, conforme percebemos ao longo dessa explanação nosso esforço em demonstrar que por meio da dinamização das aulas, e a descentralização da figura do professor, podemos chegar ao resultado obtido em nossa

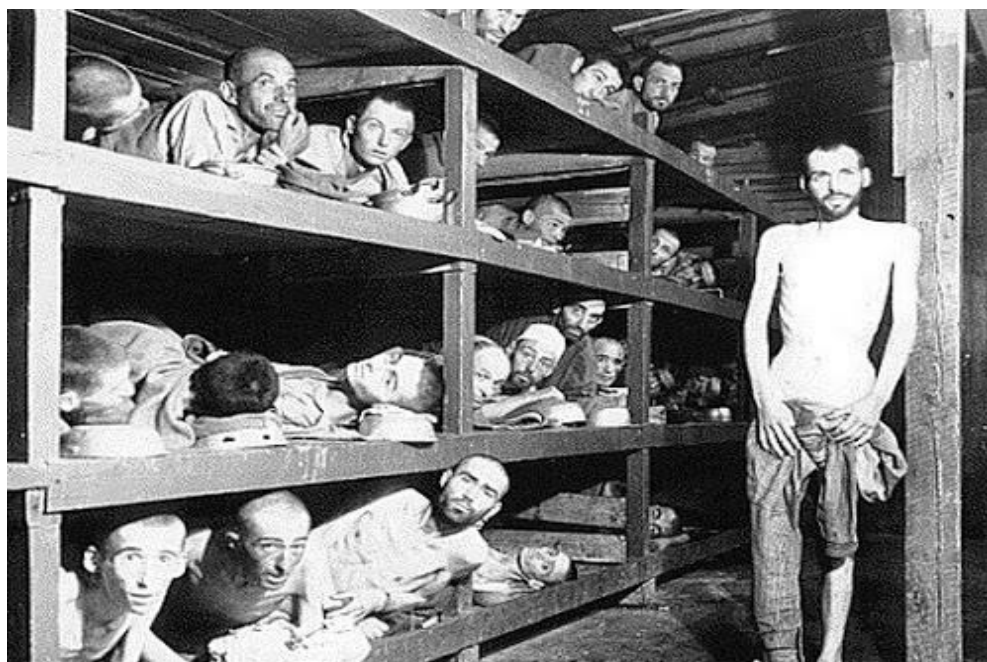


Figura 7 - Imagem de um campo de concentração nazista. Foi usada em contraposição a uma frase dita no ano de 2017, por Jair Bolsonaro, político brasileiro comumente ligado à ideia da defesa da tortura e ataques às minorias, que dizia: "Ou as minorias se adequam, ou desaparecem"!

exemplificação do minicurso, onde pôde-se verificar a importância desse levantamento de concepções prévias, possibilitando que os jovens entendam e percebam a História de uma maneira genuína, de acordo com a elaboração do

que se trata, os exemplos concretos e as tarefas tiverem ligação e significado para e com o seu mundo.

Nenhum conceito histórico está dado. Isso se aplica não só para os historiadores, como também para os alunos. Os conceitos, noções e categorias são compreendidos de forma gradual a partir da relação que sujeitos de conhecimento fazem com os conceitos de senso comum de acordo com suas experiências. Conforme ficou claro nos exemplos práticos apresentados, as mídias e o contexto cultural são fontes de conhecimento que devem ser explorados e levados em conta, sobretudo como o ponto de partida para o processo de aprendizagem histórica.

O desenvolvimento da inteligência histórica não se dá de forma invariante, mas sim por meio de oscilações, sendo assim, diferentes alunos poderão pensar de uma forma mais bem elaborada em algumas questões e de maneira mais simplista em outras. Dessa maneira, compreender e interpretar o passado não deve significar compreender apenas uma versão acabada da história, que geralmente é narrada de forma tradicional e unilateral pela figura do professor. A interpretação de outras fontes e modalidades de saber ajudam a compor a construção do conhecimento histórico de maneira mais clara aos alunos. Sendo assim, nossa intenção com essa exposição não foi o de fazer uma caça às bruxas ou desqualificar o modelo de aula tradicional, mas abrir espaço para o debate. O intuito maior foi pensarmos outros modelos dinâmicos e flexíveis, embora críticos e consistentes, uma vez que os tempos e a percepção deles mudam constantemente.

Referências

BARCA, Isabel. Aula oficina: do Projeto à avaliação. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, p. 131-144, 2004.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, p. 15-25, 2005.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 29-42, 1989.

DA CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. Papirus Editora, 1989.

DE CASTRO, Michele Guedes Bredel. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010.

GOMES, Rita de Cássia Medeiros. A formação dos professores no contexto atual. **Revista de Educação**. V.14, n 18, p.103-125, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?**. 5ª. Ed. – São Paulo, Cortez, 2002.

NAKOU, Irene. O uso de ferramentas culturais relacionadas com a diversidade de experiências e atitudes dos estudantes. **Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 137-159, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Unicamp, 2007.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; DE SOUZA, Vanilton Camilo (Ed.). **Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. DP & A, 2002.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07–16, jul./dez. 2006.

_____, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da razão histórica** - Trad. Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2012.

SALLES, Antônio Pinheiro. **A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história**. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

SCHMIDT, M. A. Concepções de Aprendizagem Histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 203-213, jan./jun. 2009.

SCHMIDT, M. A. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ano/vol. 24, número 048. Associação Nacional de História, pp. 189-211, 2004.

Recebido em: 13.07.2019

Aprovado em: 1.08.2019

O ANTIGERMANISMO NO PERÍODO DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1945)

ANTIGERMANISM IN THE PERIOD OF THE NEW STATE NATIONALIZATION CAMPAIGN (1937-1945)

Melissa Probst¹

Instituto Federal Catarinense

Raquel Ficht²

Centro Universitário Uninter

Resumo: O presente texto é resultante de estudo teórico que teve como tema o antigermanismo no período da campanha de nacionalização e seus impactos nas comunidades teuto-brasileiras instaladas no sul do Brasil, com maior destaque para estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se investigar quais os efeitos imediatos a campanha de nacionalização instaurada durante o período do Estado Novo (1937-1945) sobre as populações dos teuto-brasileiros instalados na região sul, bem como refletir sobre as consequências de tal campanha em longo prazo. O estudo mostra que as consequências podem ser sentidas até o tempo presente.

Abstract: The present text is the result of a theoretical study that had as its theme the antigermanism in the period of the nationalization campaign and its impacts on the Brazilian-Brazilian communities installed in the south of Brazil, with a greater emphasis on the state of Rio Grande do Sul. It is necessary to investigate the immediate effects of the nationalization campaign established during the period of Estado Novo (1937-1945) on the populations of Teuto-Brazilians living in the South, as well as to reflect on the consequences of such a campaign in the long run. The study shows that the consequences can be felt until the present time.

Palavras-chave: Cultura. Germanidade. Nacionalização

Keywords: Culture. Germanity. Nationalization

¹ Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau pela Universidade Regional de Blumenau e em História (licenciatura) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Acadêmica do Bacharelado em História pelo Centro Universitário UNINTER. Docente no Instituto Federal Catarinense (campus Araquari). E-mail: mel.probst@gmail.com

² Atua na Educação Básica do município de Montenegro, Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Acadêmica formanda da Licenciatura em História pelo Centro Universitário UNINTER. E-mail: raquelficht@yahoo.com.br

Introdução

Como parte do projeto de colonização do Brasil, os territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram habitados por imigrantes, com destaque para os alemães, italianos, poloneses. Conforme Seyferth (2014), o modelo de colonização pautado na pequena propriedade familiar e baseado na vinda de imigrantes europeus, algo que foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX, no Brasil.

Nesse contexto, colonização e povoamento acabaram sendo sinônimos, no sul, pela própria localização dos primeiros núcleos coloniais, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1824 e 1829, que, conforme Seyferth (2014), estavam em pontos estratégicos, próximos aos caminhos que uniam o extremo Sul à São Paulo. Esses núcleos de imigrantes, entretanto, acabaram por tornarem-se colônias 'étnicas', nas quais a reprodução cultural e das tradições de origem desses imigrantes era fato inegável.

Mais tarde, em meio ao projeto político que previa o estabelecimento do ideal de Estado-Nação, no Brasil, a diversidade étnico-cultural passou a ser vista com um entrave. Esse "entrave" pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, sendo a primeira delas cultural, na medida em que se precisava erradicar os elementos da cultura "estrangeira" para o fortalecimento de uma identidade cultural "brasileira". O segundo aspecto é o político, que abarca a identificação étnica dos imigrantes e descendentes (fidelidade ao Brasil ou aos países de origem) no contexto da eclosão da 2ª Guerra Mundial.

Assim sendo, o presente texto toma como objeto de estudo a Campanha de Nacionalização empreendida no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas. Busca-se investigar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, os efeitos imediatos e tal Campanha de Nacionalização, mais especificamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no que concerne à identificação étnico-cultural dos habitantes do Sul do Brasil, bem como sobre as consequências de tal (con)formação em longo prazo. Parte-se do pressuposto de que os imigrantes/colonos de origem germânica e luterana foram os mais afetados, e opta-se por analisar mais detalhadamente os aspectos educacionais e religiosos.

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica que, segundo Beltrão e Nogueira (2011), permite o aprofundamento sobre os objetos de estudo, contribuindo para a realização de inferências e conclusões em pesquisas. De acordo com Lüdke e André (1986), a produção bibliográfica pode ser fonte de pesquisa na medida em que permitem acesso às evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Assim sendo, o presente texto está ancorado nos escritos de Willems (1980), Gertz (1987) e Seyferth (1981, 1993, 1994, 1997, 2003, 2014), entre outros não menos importantes para as investigação e reflexões propostas.

Estruturalmente o texto aborda as questões relacionadas à imigração, ou seja, dos fatores que permitiram a colonização do território brasileiro por europeus, mais especificamente alemães, bem como sobre a sua alocação em colônias que se caracterizaram pela homogeneidade cultural e permitiram a (re)produção de uma identidade étnica e cultural fundamentada no *Deutschtum* (sentimento de germanidade).

Após apresentados esses elementos iniciais, são apresentadas questões da prática cultural teuto-brasileira, passando por aspectos religiosos e educacionais bem como os meandros que transformam esses imigrantes e seus descendentes em elementos “perigosos” à sociedade brasileira (Perigo Alemão). Por fim são apresentados os aspectos relacionados ao Estado Novo (1937-1945) e do projeto de nacionalização compulsória dos alemães e teuto-brasileiros, considerando as consequências desse processo.

Dos meandros da imigração

O Brasil se caracteriza como um país constituído, histórica e socialmente, pela perspectiva da imigração; e os motivos que levam os povos a migrar foram e são diversos. Em relação aos imigrantes “alemães”, especificamente, destacamos que estes eram oriundos de regiões diversas, visto que na ocasião da sua vinda, em 1824, o território alemão ainda não havia sido unificado. Desse modo, o que nos permite tratá-los na perspectiva de unidade, como alemães, é o uso da língua alemã.

Sobre os fatores que os levaram a emigrar, não podemos afirmar individualmente os seus motivos, entretanto, conforme menciona Fouquet (1974), estes foram influenciados por fatores de ordem econômica, política, religiosa, entre outros. Para os que conviviam com as constantes guerras ocorridas no continente europeu, bem como com as crises da economia, a imigração e as possibilidades de iniciar uma nova vida em outro lugar poderia lhes parecer uma boa alternativa.

Willems (1980, p. 33) afirma que “entre aqueles que podiam escolher entre a vida de um trabalhador rural ou industrial e a emigração para um país onde as terras eram baratas e férteis, muitos se decidiam pela emigração”. E, nesse contexto, o Brasil era apenas uma das possibilidades, pois quase todos os novos países acabaram por acolher imigrantes de diversas procedências.

No que concerne ao Brasil, até o começo do século XIX, o movimento imigratório era um tanto complexo, dada a ausência de legislação ou políticas específicas. Essa realidade muda a partir do ano de 1820, quando, por intermédio do Decreto sobre Colonização (*apud* FOUQUET, 1974, p. 96), “[...] O Rei concede terras, por doação, aos colonos, a cada família cabendo 16.000 braças quadradas (75 hectares), além de um terreno para a comunidade e área para edificação de uma cidade [...]”, dando início à instalação de colônias estrangeiras em terras brasileiras.

Entretanto, O fluxo imigratório para o Brasil se tornou mais intenso apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando foi implementada a Lei nº 601, de 1850, que permitia, segundo Seyferth (2003, p. 22), “[...] a implantação de um sistema fundiário de pequenas propriedades, baseado na venda de terras públicas. [...]”.

Dos motivos pelos quais ocorreu o incentivo para a instalação do imigrante europeu no Brasil, podemos mencionar principalmente os concernentes às motivações econômicas e geopolíticas: “[...] o imigrante pretendido devia ser agricultor, um trabalhador produtivo, útil, civilizado, sendo necessário importar gente "vigorosa", "sedentária", "morigerada", com "espírito empreendedor", "submissa às autoridades", para promover o progresso do Brasil”. (SEYFERTH, 2014, p. 6) Ou seja, pretendia-se o incentivo à instalação de

imigrantes no país, desde que estes tivessem as características do imigrante ideal.

Ainda sobre os motivos, Dreher (2014) aponta para a necessidade de produzir alimentos para o mercado interno, principalmente a partir de mão de obra livre e assalariada, bem como de reforçar o contingente de soldados para lutar na Guerra do Paraguai e na Revolução Farroupilha. O Brasil precisava ainda de artesãos, como sapateiros, para produzir coturnos e selaria para o exército. Isso sem mencionar as questões de raça envolvidas no processo, visto que a população brasileira estava se tornando, de acordo com Dreher (2014), mestiça, e, por isso, se fazia necessária a instauração de políticas de branqueamento da população. E, nesse contexto, a "cultura faz parte da identidade étnica de um grupo, e tal identidade transcende os aspectos culturais deste, porque é influenciado por aspectos que estão fora da dimensão do grupo [...]". (LUVIZOTTO, 2009, p. 32)

Segundo Oliveira (2002), a teoria do branqueamento previa um processo seletivo de miscigenação, ao longo de duas ou três gerações, o que faria surgir uma sociedade branca, como uma possibilidade de melhoria de uma população que estava se tornando mestiça. Destaca-se que a ideia de branqueamento remete ao ideal de civilização, ou seja, do europeu. Sobre isso, Seyferth (2014, p. 6) assevera que "[a] imigração europeia estava diretamente vinculada à ideia de civilização, portanto, a colonização era imaginada como um processo civilizador de ocupação do território [...]".

Da cultura 'teuto-brasileira'

O núcleo pioneiro da imigração europeia foi a colônia Nova Friburgo (no Rio de Janeiro), fundada em 1818. Entretanto, "o povoamento sistemático do Brasil meridional com imigrantes germânicos iniciou-se em 1824". (WILLEMS, 1980, p. 28) E dentre estes imigrantes, alocados no Sul, boa parte é composta por "cidadinhos", como destaca Willems (1980). Ou seja, não são apenas agricultores, mas também proletários, burgueses, representantes da burguesia intelectual e liberal, bem como artífices e operários (carpinteiros, serralheiros, costureiras, ex-militares etc.).

No que diz respeito à colonização do Sul, no Rio Grande do Sul, os imigrantes seguiram o curso dos rios costeiros e penetrando os vales. Pouco a pouco a área cultivável no entorno do sistema fluvial foi sendo ocupada. Em Santa Catarina a colonização teve início no litoral, e depois seguiu o curso dos rios mais importantes. E, assim, foram sendo alocados em colônias, que se constituíram, em sua maioria, como núcleos (quase³) etnicamente homogêneos. Por *etnia* compreendemos o conjunto de elementos utilizados para referenciar determinadas características culturais, tais como a língua, a religião, os costumes, as tradições, bem como referência ao sentimento de pertencimento a determinado lugar. (HALL, 2003)

Essa organização/alocação dos imigrantes em núcleos homogêneos está, em grande medida, associada à atuação das Companhias de Imigração, empresas privadas, responsáveis pela venda de terras para os imigrantes. Conforme Willems (1980), essas instituições atuavam vendendo terras e adotando o sistema de colonização mais adequado a seus desígnios econômicos. Assim, a fim de introduzir o maior número possível de imigrantes e buscando evitar choques culturais entre imigrantes de nacionalidades diversas ou entre imigrantes e nativos, acabavam por alocar os imigrantes em núcleos que fossem culturalmente homogêneos.

E foi assim que, nos núcleos coloniais constituídos (quase) etnicamente homogêneos, os imigrantes acabaram por reproduzir, em grande medida, a cultura de origem. A cultura tem como base as relações produzidas no cotidiano dos grupos, seja nas relações de classe, de gênero, comerciais, religiosas etc., combinando signos simbólicos materiais e imateriais. Essa combinação de signos produz o que Geertz (1978) denominou de "teia de significados", e que é formadora dos indivíduos, enquanto parte do grupo que compartilha dos mesmos signos simbólicos, das mesmas crenças e ideologias.

As comunidades de imigrantes foram organizadas em torno justamente dos elementos culturais, sendo que estes elementos remetiam ao germanismo.

³ Optamos pelo uso da expressão 'quase', pois mesmo entre os grupos que fossem considerados homogêneos havia a inegável diversidade, seja ela de dialeto (povos advindos de diferentes regiões de um território não unificado), por questões de fé (católicos e luteranos), ou ainda por questões identitárias.

Essa identificação cultural em torno do germanismo era expresso com o uso do alemão como primeira língua, bem como na organização escolar aos moldes das escolas alemãs (na ausência de escolas públicas), instalação de locais para celebração do culto (luteranismo), clubes e associações recreativas bem como na culinária, vestimentas, arquitetura, decoração, e outros aspectos do cotidiano, e, mesmo que com assimilação de elementos brasileiros (ou portugueses), tal organização deu base para o estabelecimento de uma cultura diferente.

É partir dessa base diferente que se constitui a cultura teuto-brasileira. Sem abandonar o *Deutschtum* (sentimento de germanidade), e o criar raízes no Brasil remete também às questões de assumir a brasilidade. Conforme destaca Seyferth (1994), o rompimento com a pátria alemã ao assumirem para si mesmos uma nova pátria (visto que muitos não pretendiam retornar à Alemanha) é, em grande medida, simbólico, e, nesse caso, caracterizado por uma complexa trama que envolve questões identitárias atreladas à noção de "herança de sangue", que denota um fator biológico de pertencimento (*jus sanguinis*).

A expressão "criar raízes", no contexto pioneiro, remete à questão da cidadania brasileira, reivindicada através do ato de naturalização. Mas a cidadania por si mesma não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão [...]. A categoria *Deutschbrasilianer* aparece [...] para definir o duplo pertencimento - à etnia alemã e ao Estado brasileiro na qualidade de cidadão. (SEYFERTH, 1994, p. 15)

Segundo Gertz (1991), o germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*, usada para designar simplesmente o conjunto da população alemã e seus descendentes, mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum*, uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. Assim um alemão será sempre um alemão, não importando onde nasceu, mas sim sua condição de pertencimento a "raça" alemã.

O elo que liga um povo e sua nação é o que os alemães chamam de *Volksgemeinschaft* e *Deutschtum*, o que quer dizer, uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua

comuns – referenciadas como a consciência nacional alemã [...] *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela. Mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e racial do povo alemão. (SEYFERTH, 1981, p. 45-46)

Assim sendo, os referenciais que ligavam os “alemães” estavam articulados, conforme afirma Moraes (2007) pelos conceitos de hereditariedade (sangue) e de cultura, implicando assim em uma demarcação étnica (identitária e cultural) que não pode ser confundida com limites geográficos.

A cultura teuto-brasileira posta em prática

Entre os elementos culturais considerados de vital importância para os imigrantes alemães estava a fé, expressa por intermédio da religião. Havia, dentre os imigrantes, adeptos do catolicismo e do luteranismo, mas o Brasil era, naquele momento, um país oficialmente católico, conforme rege o 5º artigo da Constituição Política do Império do Brasil (1824). Desse modo, professar a fé foi, para os luteranos, um desafio.

De acordo com Dreher (1984, p.114), “num país oficialmente católico o imigrante não católico era cidadão de segunda categoria”. A opção por se manterem fiéis ao luteranismo teve como consequência relacionadas aos aspectos legais, pois estes não poderiam oficializar os casamentos - direito só reservado aos católicos. Os seus mortos também não poderiam ser enterrados nos cemitérios públicos. Ademais, os luteranos também não poderiam construir suas igrejas, pois as religiões não-católicas eram permitidas apenas em culto doméstico ou particular, podendo ocorrer em casas para isso destinadas, mas que não tivessem forma exterior de Templo.

Criou-se um clima de hostilidade e muitas dificuldades para exercerem o direito de culto, pois pela lei teriam que celebrar seus ritos em casas ou prédios que não tivessem forma de templo, correndo muitas vezes o risco de pagar pesadas multas. Mas os ritos religiosos eram de suma importância para este povo:

Ao estabelecerem no Sul do Brasil, estes protestantes luteranos, passaram a reconstruir seu universo religioso com a finalidade de se sentirem atendidos espiritualmente. Era necessário batizar

crianças, confirmar os adolescentes, casar, formando novas famílias e sepultar os mortos. “Como não havia pastores suficientes para dar conta de tantas colônias que surgiram, as comunidades por conta própria, passaram a eleger seus guias sem uma formação específica, os chamados pastores-leigos”. (LIA; RADÜNZ, 2014 p. 43)

O luteranismo corroborou para manter a ideologia do germanismo, pois era de vital importância para as colônias alemãs, a devoção e a religiosidade. Os luteranos por sua vez professavam sua fé e realizavam rituais litúrgicos exclusivamente em alemão, diferentemente dos católicos que usavam também o latim e a língua portuguesa. Sobre isso, Grützmann (2008, p. 2) assevera que “A veiculação do germanismo, no Rio Grande do Sul, constitui um trabalho intencional e estratégico que pretende assegurar a sobrevivência de interesses econômicos, de prestígio social e de poder de comando, especialmente no campo cultural e religioso [...]”.

O luteranismo foi, portanto, fomentador do sentimento de germanidade. Os cultos eram realizados exclusivamente na língua alemã desde o início da imigração e com o passar do tempo assim continuaram, pois conforme Magalhães (1998 *apud* MARLOW, 2011, p.8) “a Igreja assim entendia: *Luthertum ist Deuschtum* - Luteranismo é Germanidade”.

O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja Evangélica, que com razão foi designada de fruto da união do Evangelho com o germanismo. [...] Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente deixa de ser alemão e vice-versa; quem nega a língua e a índole alemã, também se perderá para a Igreja. (DREHER, 1984, p.92-93)

A associação entre o germanismo e o luteranismo encontra raízes na tradução da Bíblia, por Martinho Lutero (fundador da Igreja Luterana) e a sua impressão por Guttemberg. Tal fato acabou por formalizar o idioma de um povo que até então se comunicava por uma grande gama de dialetos. Assim, o idioma alemão tornou-se conhecido por todos, independentemente da região geográfica ou do dialeto utilizado no cotidiano. Tem-se assim, pela língua, a caracterização do povo “alemão”, antes mesmo da unificação do território no ano de 1871, formalizada por Bismarck, conforme menciona Probst (2017). Desse modo, pode-se afirmar que o alemão se tornou a língua oficial dos

luteranos, do mesmo modo que o Latim era a língua oficial da Igreja Católica Apostólica Romana.

Assim percebemos o clamor de uma espécie de "orgulho alemão" sendo incentivado pela Igreja. O resultado deste sentimento exacerbado foi a união dos luteranos e o distanciamento cada vez maior com os não luteranos, neste caso, além de luso-brasileiros, os teuto-brasileiros católicos.

Ademais, conforme iam se organizando, os colonos (católicos e luteranos) reivindicavam ao Estado, escolas públicas, atendimento médico, assistência religiosa, abertura de estradas para escoar a produção agrícola, mas na maioria das vezes não eram ouvidos, e assim os colonos foram se organizando de forma solidária e autônoma em assuntos que deveriam ser de responsabilidade do poder público.

E com a falta de incentivo e apoio financeiro por parte do Estado, os colonos passaram a organizar-se entre eles e assim buscaram os meios necessários para estabelecer, para além da cultura religiosa, as demais instituições consideradas necessárias para a vida em sociedade. Obviamente que no momento inicial, em tais instituições, buscaram a reprodução da cultura que lhes era a mais conhecida. E assim instalaram as associações recreativas, culturais e assistenciais, bem como as escolas.

De acordo com Vogt (2002), uma das preocupações dos colonos dizia respeito ao aprendizado escolar dos filhos. A alfabetização era importante não somente para que os evangélicos pudessem interpretar livremente a Bíblia, mas era buscada também pelos católicos, visto que de modo geral os alemães haviam trazido consigo a tradição de enviar seus filhos à instituição escolar. Como aponta Santos:

No movimento de colonização, a escola pode ser entendida como instituição necessária ao progresso do empreendimento comercial. Mas, ao mesmo tempo, também vinha atender a uma função social explícita pela necessidade de escola para os filhos dos imigrantes alemães, que tinha raízes culturais no continente europeu e que foi transplantada. (SANTOS, 2012, p. 544)

Aos poucos foram surgindo escolas comunitárias, étnicas, por toda a colônia. Se inicialmente as aulas eram ministradas nas casas dos colonos e

muitas vezes quem fazia o papel de professor era o pastor da comunidade ou algum pai ou mãe que tinha mais facilidade com as letras, aos poucos foi criada uma rede de escolas étnicas, chamadas mais tarde de escolas teuto-brasileiras em quase todas as colônias instaladas no Sul. Para Kreutz:

A valorização e a promoção do ensino elementar não foi exclusividade dos imigrantes teuto-católicos, mas um traço dos imigrantes teutos em geral. Deve-se assinalar que o número de escolas paroquiais evangélicas criadas até 1930 é superior ao católico, apesar de o total de alunos nas escolas de ambas as confissões ser praticamente o mesmo. A situação escolar nas colônias teutas em 1930 era o seguinte: 374 escolas católicas, com 16.731 alunos; 449 escolas evangélicas, com 16.735 alunos. Havia ainda 114 escolas mistas, contabilizando 3.467 alunos. (KREUTZ, 1991, p.149)

Essas escolas atenderam as necessidades do grupo que as promoveu, e estavam embasadas por um conjunto de práticas educativas que evocava a germanidade embora mesclassem aspectos culturais brasileiros. O uso da língua alemã, adotado como primeira língua nessas escolas, é um dos seus indicadores étnicos. Talvez, na prática, essas escolas não tenham surgido com objetivo específico de assegurar a identidade étnica da comunidade, porém, na prática, serviram, junto com outras instituições a essa finalidade (SEYFERTH, 1993).

Segundo Renk e Cruz (2014, p. 183), "a língua alemã era a língua materna deste grupo, elemento fundamental para a manutenção da identidade étnica, era aprendida em casa, falada na igreja, na escola, na comunidade e lida nos jornais". O uso da língua, portanto, era fator de identificação, mas também um modo de transmissão dos valores e de diferenciação do grupo em relação à sociedade brasileira, reforçando o sentimento de identificação com a Alemanha, como "pátria de origem".

Uma das características das regiões de colonização alemã, de acordo com Vogt (2001, p.11), "foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo". Sobre isso, Kreutz (1994) afirma que este grupo cultivava a germanidade, mas o faziam de modo a separar etnia e nacionalidade, pois acreditavam que mantinham a língua e a cultura alemã

como um elo de identificação, porém, sem vinculação política com Alemanha. Diziam-se e se consideravam cidadãos brasileiros.

Teuto-brasileiro ou perigo alemão?

O “perigo alemão”, muito citado na historiografia da imigração, nos remete, de modo geral, à ideia de presunção de uma intenção separatista, que poderia resultar numa divisão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como “beneplácito” do Estado Alemão, conforme destaca Gertz (1991). O “perigo alemão”, portanto, dizia respeito à organização da chamada Liga Pangermânica, ou seja, de um grupo com interesses intelectuais e políticos que defendia o expansionismo alemão.

Entre os objetivos do pangermanismo estavam a propagação dos planos expansionistas alemães, campanhas em favor da manutenção da germanidade (*Deutschtum*) no exterior, legitimando assim o nacionalismo alemão nas comunidades teutas instaladas fora da Alemanha. Para Seyferth:

A principal evidência do "perigo alemão" (basicamente, o risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha, ou mesmo num Estado independente com apoio alemão) para aqueles brasileiros preocupados com as secessão do sul, estava na dificuldade de assimilar, abraçar, caldear, uma população enquistada, com a mentalidade diversa e que se recusava a falar o idioma nacional. As discussões sobre o "perigo alemão" atravessaram as duas primeiras décadas do século XX, inclusive no Congresso Nacional, alimentadas por vários incidentes, sobretudo durante a primeira guerra mundial (quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha) (SEYFERTH, 1993, s/p.)

No contexto da 1ª Guerra Mundial, o navio brasileiro “Paraná” foi torpedeado, e o Brasil se posiciona contra a Alemanha. Essa situação faz com que tantos os alemães residentes no Brasil quanto os teuto-brasileiros passem a ser visto como muito perigosos, e, qualquer um, pela sua etnicidade passa a ser alvo de perseguições e sanções.

Nesse período, por interferência do governo, em todos os estados brasileiros onde residiam imigrantes alemães (nacionalizados ou não) e seus descendentes, foi proibido o uso da língua alemã, e as instituições étnicas

(igrejas, associações, escolas, clubes) foram proibidas de funcionar. Entretanto, ao final da Guerra (da qual os alemães saíram derrotados), no ano de 1918, as proibições e decretos foram revogados. Com isso, os teuto-brasileiros voltaram a utilizar a língua alemão, bem como as escolas, igrejas e demais instituições voltaram à funcionar, agora com mais influências da cultura brasileira, entretanto sem negar o sentimento de germanidade.

Do estado novo – a nacionalização compulsória

No ano de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, ainda na condição de governo provisório, se depara, portanto, com uma realidade cultural, política e econômica muito diversificada, e, de modo geral, uma sociedade “em crise”. Na medida em que, na década de 1930, o governo procurava superar a crise econômica a partir da implantação de políticas de renegociação da dívida externa e nacionalização do sistema financeiro, entre outras medidas, ia se colocando em prática uma política baseada no positivismo, a partir da qual o Estado deveria coordenar a anarquia de mercado e garantir a coesão social.

Assim sendo, “Getúlio Vargas, em seus dois governos, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, compreendeu que o Brasil precisava constituir-se como verdadeira Nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento [...]”. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7) E nesse contexto a formação da nação passava pela ideologia de nacionalização, de unir todo o povo em torno de uma mesma identidade coletiva. Esse processo foi, portanto, compreendido como mecanismo capaz de gerar, na população, a aquisição de uma suposta brasilidade, que vai além do status da legislação, mas que passa pela identidade cultural.

A questão que se coloca, nesse contexto, é a pluralidade cultural que até então foi a base constituinte da sociedade, em detrimento de uma sociedade que deveria se construir como “brasileira”. O nacionalismo desencadeava um movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica, e qualquer coisa que fuja a tal ideal passa ser considerada uma ameaça ao ideal de nação.

Não é possível desconsiderar acontece a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder na Alemanha, no ano de 1933, fato que acaba por interferir política e economicamente em diversos países, inclusive no Brasil. No início, o governo brasileiro, de acordo com Gertz (1987), além de tolerá-lo, admirava e fomentava o movimento nazista no país. Como exemplo, é possível mencionar que na ocasião o governo gaúcho decretou feriado o dia 25 de julho, e foi óbvio que aconteceram comemorações e manifestações de germanidade.⁴

A aceitação do Partido Nazista no Brasil por Getúlio Vargas estava relacionada ao fato de que o nazismo muitas vezes era visto mais como uma forma de germanidade do que uma intenção partidária e foi incorporada às sociedades germânicas como um feito social. Seitenfus (1985) relata que nas escolas alemãs das colônias, além do ensino ser ministrado em língua alemã, também eram entoados hinos patrióticos para o povo alemão e a partir de 1933, também foi possível ver bandeiras nazistas e fotos de Hitler nas paredes.

Segundo Gertz (1987, p. 63) “[...] até 1938, quando foram tomadas a nível nacional as primeiras medidas contra teuto-brasileiros e contra as atividades do grupo nacional-socialista, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista”. Essa aceitação ocorreu até o ano de 1938, aproximadamente. E, em grande medida, Vargas se inspirou justamente no nacionalismo alemão para construir seu projeto de brasilidade.

Entretanto, a presença nazista não pode ser ignorada, pois de fato ocorreram manifestações de apreço ao nazismo em instituições de renome em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Gertz (1991) cita como exemplo o Ginásio Teuto-brasileiro Farroupilha, umas das três escolas “alemãs” do Brasil e única do Rio Grande do Sul, que formalmente foi equiparada às escolas secundárias alemãs. Ali houve grande empenho do Dr. Hans Neubert para organizar a Juventude Teuto-Brasileira (*Deutsch-Brasilianscher Jugendring*), ou seja, uma juventude hitlerista.

⁴ O dia 25 de julho marca a chegada dos imigrantes alemães no estado do Rio Grande do Sul (na Província de São Pedro do Rio Grande, Colônia de São Leopoldo). As festividades frente à passagem da data do 25 de Julho, em virtude do Centenário da Imigração, proliferavam em várias regiões do estado, e puderam ser entendidas como atividade social, simbólica e ritual.

Quem folheou algum livro sobre a presença nazista no Rio Grande do Sul terá visto fotografias em que aparecem centenas de pessoas, fontes nazistas falam em três mil pessoas e em uma oportunidade até seis mil, reunidas em Porto Alegre em determinadas ocasiões. As fotografias não são falsas e as fontes nazistas não mentem. Só há alguns detalhes que os historiadores em geral não levam em conta quando avaliam estes elementos, mas que são fundamentais: as fotografias retratam festas realizadas antes da implantação do Estado Novo, prestigiadas com a presença do primeiro escalão do seu governo, com a presença do Comandante Regional do Exército Brasileiro representando Getúlio Vargas. (GERTZ, 1991, p. 54)

Neste período de flerte com Hitler, Vargas teria, conforme Luvizotto (2009), criado institutos germano-brasileiros de preservação da língua e cultura no país, o que demonstra a influência dos teutos na vida econômica, social e política nacional. Ainda segundo Luvizotto (2009), se houve adesão por parte dos teuto-brasileiros ao partido nazista foi justamente, por estarem, ainda, as comunidades teutas fortalecidas em torno do sentimento de germanidade, de se compreenderem como pertencentes à pátria alemã e comungarem dos mesmos ideais.

Entretanto, tal realidade também pode ser questionada, pois, mesmo que alguns dados apontem que cerca de 80% da população teuto-brasileira do Sul era nazista, Gertz (1987) afirma que número de afiliados ao partido era ínfimo, não atingindo o número de 3.000 filiados em todo o Brasil. Esse número de adesão era baixo, e talvez o fosse assim devido a toda a burocracia envolvida no processo, já que a afiliação era permitida apenas à alemães natos.

Gertz (1987) afirma ainda que o germanismo seria a melhor expressão para definir orgulho dos teuto-brasileiros durante a ascensão do partido nazista na Alemanha. Os imigrantes que aqui viviam não almejavam a ideia de (re)criar uma Alemanha, mas admiravam o caráter étnico do nazismo, o entusiasmo da raça alemã, a preservação da identidade cultural dos alemães. Mas acima de tudo os teuto-brasileiros, além do orgulho de sua germanidade, eram brasileiros e assim se sentiam.

Entretanto, em clima de 2ª Guerra Mundial, e do acirramento das relações entre Brasil e Alemanha, quando Getúlio Vargas se posiciona contra este país, se intensificou a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas,

iniciada em 1937, que pretendia integrar a nação. E, nesse contexto, conforme destaca Seyferth (2014), o alarido do enquistamento étnico ou do chamado “perigo alemão”, surgido ainda em 1889, toma novos contornos quando, durante o Estado Novo (1937-1945), Vargas instituiu a campanha de nacionalização como um processo de assimilação forçada com intervenção direta na organização comunitária dos diferentes grupos de imigrantes.

Assim, foram se estabelecendo medidas restritivas em relação às instituições tidas como estrangeiras (étnicas, por manter a cultura dos imigrantes e seus descendentes). Essas restrições foram sendo colocadas em prática gradualmente, entretanto, encontram o seu auge no ano de 1937, quando os imigrantes e seus descendentes passaram a ser caracterizados como “alienígenas” por sua cultura “estranha”⁵.

A categoria “alienígena” - preponderante no jargão oficial - englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como guerra para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o “espírito nacional” aos patricios que formavam “quistos étnicos” erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

O Nacionalismo tomou uma força desmedida em 1938, conforme nos diz Seitenfus (1985, p.178), uma vez que, “com a chegada de Osvaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938, reforça a tendência nacionalista e antitotalitárias do novo governo”. A partir desse momento, várias medidas legais são adotadas visando a assimilação imediata das minorias estrangeiras e principalmente dos descendentes germânicos.

Entre as medidas adotadas para que houvesse esta assimilação observamos tais como: proibição de falar a língua alemã em público, inclusive em ritos religiosos, fechamento de diversas instituições de convívio social (clubes de bolão, ginástica, corais, tiro etc...), as repressões por parte do

⁵ De acordo com Seyferth (1997), a expressão “alienígena”, utilizada no jargão oficial da época, englobava tanto os imigrantes quanto seus descendentes, classificados como não assimilados em relação à cultura brasileira, portanto, eram considerados portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.

governo foram ficando cada vez mais violentas, ao ponto de haver prisões de pessoas que não falassem o português, o fechamento de escolas alemãs, jornais e revistas proibidos de circular. Neste momento da história brasileira grande parte da memória dos imigrantes foi destruída (livros, fotos, documentos e objetos).

A perseguição teve seu ápice em 31 de agosto de 1942, assim que Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha, voltando à tona o já experimentado sentimento de hostilidade enfrentado por este grupo étnico na ocasião da 1ª Guerra mundial, momento que os imigrantes alemães foram chamados de "Perigo Alemão", (GERTZ, 1991, p. 6). Como afirma Dreher (1984, p.46), "a política de cultivar a germanidade não trouxe benefícios aos descendentes de alemães, pois o preço a pagar foi muito alto". Os nacionalistas em geral (população e governo) se voltavam contra tudo o que fosse "estrangeiro" e não se enquadrassem na tradição luso-afro-indígena. (GERTZ, 1991, p.63)

Considerados como "Quinta-Coluna", (Vogt, 2001) os descendentes de imigrantes passaram a ser estigmatizados como traidores reais ou potenciais da pátria, conseqüentemente viveram tempos de incertezas e de discriminação. De acordo com Fachel (2002, p.174), "os germânicos deveriam provar a sua brasilidade, sendo a língua alemã proibida em locais públicos, os imigrantes obrigatoriamente deveriam se comunicar em português, e ainda deveriam ser católicos. Na condição de marginalizados, os teuto-brasileiros luteranos sofreram importantes conseqüências no período do estado Novo. Várias medidas atingiram este grupo, especialmente quanto à liberdade de culto, resultando em uma forte vigilância para com os pastores luteranos e toda comunidade evangélica:

[...] desde 1939, o idioma alemão foi também progressivamente sendo eliminado do culto. O decreto nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, determinou no artigo 16, que os sermões deveriam ser proferidos em língua portuguesa. [...] em 1941, o ensino confirmatório em língua alemã foi proibido. Os pastores [...] não podiam se deslocar de uma localidade para outra sem autorização da autoridade policial. Assim o atendimento das congregações foi sobremaneira dificultado. Além dos cultos, todas as demais reuniões comunitárias foram impossibilitadas,

por dificuldades de comunicação e por medo ao desrespeito de alguma ordem policial, eventualmente desconhecida. [...] nos anos de 1942 e 1943 muitos pastores seriam internados em campos de concentração. (DREHER, 1994 *apud* MARLOW, 2017, p. 73)

A liberdade de ensino que até então havia sido concedida para as escolas étnicas foi definitivamente revogada, pois a posição nacionalista unívoca de Getúlio Vargas não pretendia mais fazer concessões ao pluralismo étnico até então existente no Brasil. Com Getúlio Vargas e seu modelo de centralização política, a temática da educação assumiu o *status* de 'prioridade nacional', conforme destaca Schwartzmann (2005), com a formação do Ministério da Educação e Cultura:

Existe muita literatura sobre as idéias e a obra desses pioneiros e sobre o que o governo de Getúlio Vargas e seus ministros, Francisco Campos e Gustavo Capanema, conquistaram ou deixaram de conquistar no âmbito da educação. Os proponentes da reforma educacional se dividiam profundamente, com base em princípios ideológicos e doutrinários, indo desde os fascistas autoritários (Francisco Campos) e os católicos ultramontanos (Alceu Amoroso Lima) até os pragmatistas do tipo americano (Anísio Teixeira) e os que acreditavam nos poderes científicos da nova pedagogia (Lourenço Filho e Fernando de Azevedo), chegando aos marxistas (Paschoal Lemme). Uma parte dos conflitos em questão estava ligada ao pacto assinado entre Vargas e a Igreja Católica conservadora, segundo o qual o ensino brasileiro seria reorganizado sob a supervisão e direção da Igreja [...] (SCHWARTZMANN, 2005, p. 23)

Instituições como a Igreja e as escolas étnicas foram, entre outras, alvos do Governo, pois estas, por seus projetos educativos para fins mais amplos. Pelo ensino ministrado em língua alemã (portanto de acordo com os ideais de manutenção da germanidade pela igreja luterana) entre outros motivos, a escola "alemã" foi considerada como espaço de resistência às práticas homogeneizadoras que o Estado brasileiro propunha. E, justamente por isso, a campanha de nacionalização do ensino pretendia, em primeiro lugar, a extinção do uso da língua alemã nessas escolas. Desse modo, com o projeto compulsório de nacionalização então implementado:

atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras” a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”; as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas (SEYFERTH, 1997, p. 97)

Depois disso, outras medidas foram tomadas, a fim de garantir a manutenção de uma identidade e unidade nacional. Conforme destaca Kreutz (2015), a partir do ano de 1938 todo o material didático utilizado nas escolas deveria obrigatoriamente estar em língua portuguesa, bem como seriam admitidos apenas professores e diretores escolares que fossem brasileiros natos. O currículo escolar também sofreu novas alterações, de modo que as disciplinas de História e Geografia estivessem adequadas ao Brasil. Ainda a bandeira do Brasil deveria ser hasteada em local de destaque e em dias festivos deveriam ser realizadas homenagens a ela. Conforme destaca Schwarztman (2005, p. 24), durante o Estado Novo foram muitas e até polêmicas:

[...] as iniciativas de mobilização dos jovens e a doutrinação dos ideais patrióticos nacionalistas através da educação religiosa, dos hinos cantados em grandes corais (um projeto caro a Heitor Villa Lobos) e, mais tarde, a política de fechar as escolas de imigrantes e prender aqueles que davam aulas para as crianças em sua língua materna.

De acordo com Seyferth (1997, p. 100), até mesmo “O Exército assumiu o papel de nacionalizador em 1939 [...] para garantir a coesão de todos os brasileiros na totalidade representada pelo Estado-nação”, atuando junto às escolas.

É importante ressaltar Spirandelli (2001), que a Igreja Católica e seus membros teutos rapidamente aderiram às campanhas de nacionalização. Nas escolas teuto-brasileiras católicas já aprendiam o português, diferentemente das crianças luteranas que falavam alemão em casa, pois seus pais não eram “misturados” aos brasileiros. Sobre isso Lia e Radünz (2015) afirmam que os “alemães” passaram a ser apontados como potencialmente perigosos, ou seja, inimigos da nação brasileira, fato que acabou por justificar as muitas manifestações de opressão aos teuto-brasileiros.

Em Santa Catarina, conforme ressalta Fáveri (2002), policiais cometiam todo o tipo de excessos, inclusive adentrando as casas, onde passavam a revirar

cômodos, confiscar objetos, rasgar livros escritos em alemão, e na maioria das vezes, destruir ou queimar tudo o que considerava suspeito. Nem mesmo os panos de parede que ornavam as cozinhas com bordados coloridos e dizeres em alemão eram poupados. Fáveri (2002) comenta ainda que soldados iam aos pastos, roubavam galinhas, porcos, leite e ninguém poderia reclamar. Os que fizessem reclamações possivelmente acabariam presos. Até mesmo nos cemitérios, foram proibidas inscrições estrangeiras nos túmulos⁶, sendo que dos túmulos já existentes ocorria, muitas vezes, a destruição das lápides.

Fatos semelhantes aconteciam por todo o Sul do país. Conforme Kipper (1994, p.127), as "atitudes mais grosseiras e arbitrarias não são, no entanto atribuídas aos delegados e sim a alguns inspetores e escrivães de polícia, que foram responsáveis pelas ações repressivas em sociedades e residências". No Rio Grande do Sul, a coação infringida aos teutos também foi dura, houve muitas intrigas, delações, extorsões, e é interessante destacar que, ainda de acordo com Kipper (1994), a atitude de alguns intendentes e prefeitos a fim de tentar impedir a população de falar a língua alemã, na maioria das vezes, eram essas pessoas de origem alemã, e que talvez, fossem excessivamente rigorosos, justamente para demonstrar sua brasilidade.

Conforme Dreher (1994, p.214) até mesmo "os pastores foram acusados de serem inimigos do Brasil e sabotadores que sob o manto do ensino confessional difundem ideias estranhas, contrárias ao bem-estar do Brasil". Em grande medida tais ações estão pautadas no projeto de manutenção da identidade ética e cultural baseada no *Deutschtum*, que foi concebido "[...] por uma elite intelectual e cultural, formada preponderantemente de profissionais liberais, comerciantes, industriais, editores, dirigentes de instituições e de associações, jornalistas, escritores e pastores da Igreja Evangélica (hoje, IECLB⁷)", conforme destaca Grützmann (2008, p. 1-2).

Com intensa investigação e perseguições, os pastores eram levados presos. E, de acordo com Cristiane Fortes Lia e Radünz (2015), as comunidades imigrantes no período da nacionalização eram classificadas de acordo com seus

⁶ Decreto n. 119, de 24 de fevereiro de 1939. Mauro Ramos, Prefeito Municipal (*apud* FÁVERI, 2002).

⁷ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

potenciais de assimilação de brasilidade. Este *ranking* não era pautado pela experiência do grupo no Brasil, mas pelas expectativas nutridas para ele de acordo com suas características étnicas, tais como idioma, religião, cor pele. Traços físicos específicos, entre outros. Assim, os alemães eram indesejáveis e menos desejados ainda se fossem luteranos.

Considerações finais

O presente estudo veio confirmar que o multiculturalismo existente atualmente no país não é fruto apenas da miscigenação entre os colonizadores portugueses, indígenas e negros, mas reflexo de um intenso processo político de incentivo à imigração, dentre outros fatores. Esse fluxo de imigrantes foi mais intenso durante alguns momentos, e menos intenso em outros, entretanto, o modo como foram alocados os imigrantes no território brasileiro favoreceu a preservação da cultura dos países de origem dos imigrantes e a manutenção desta por parte dos seus descendentes.

É preciso considerar ainda que a alocação dos estrangeiros ao longo do território nacional os colocou, muitas vezes, em colônias (quase) etnicamente homogêneas, quando não em situação de isolamento em relação aos núcleos já habitados. Outro fato que se destaca é que nas colônias de imigrantes quase não havia escolas oficiais mantidas pelo Estado brasileiro, e pouco investimento foi realizado nesse sentido.

O estudo aponta ainda as intervenções de Getúlio Vargas na Campanha de Nacionalização foram relevantes e importantes para a construção do ideal de Nação, entretanto, as medidas tomadas pelo governo contra os imigrantes e teuto-brasileiros foram legítimas no intuito de "abrasileirar" os grupos étnicos foram excessivas.

Se antes os imigrantes eram admirados pelo trabalho e disciplina, no Estado Novo este perfil deu lugar à desconfiança e hostilidades. Em pouco tempo essas pessoas, de isoladas e esquecidas pelo governo, agora eram vistas como inassimiláveis, e tinham como dever se abrasileirar a qualquer custo, sendo forçadas a assumir uma identidade 'nacional', que muitas vezes lhes era estranha. A comunidade teuto-brasileira inegavelmente foi duramente atingida,

na época. A Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas (1937-1945) buscou, a partir do enrijecimento das leis, formar uma unidade nacional harmônica.

Permanecem, no entanto, até a atualidade, os resquícios dessa cultura, que nenhuma campanha de nacionalização conseguiu exterminar. Ainda é possível ouvir dialetos e expressões, mas raramente ocorre um diálogo inteiro na língua alemã. Os pastores da IECLB mantêm a prática de ministrar cultos em língua alemã nos domingos pela manhã, lembrando que “Na construção desta identidade especular, cabe à canção em língua alemã a tarefa de restaurar e conservar a germanidade”. (GRÜTZMANN, 2008, p. 6)

Além disso, algumas pessoas, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina ainda realizam leituras em língua alemã, mas a maioria das pessoas, mesmo que descendente dos imigrantes alemães, escrevem apenas em língua portuguesa. Por outro lado, a inclusão, das atuais “políticas linguísticas” buscam alterar essa situação na medida em que reinserem a língua alemã (além do inglês e do espanhol) como desejável para a população em geral, no que diz respeito ao conhecimento de um idioma estrangeira.

Referências

BELTRÃO, R. E. V.; NOGUEIRA, F. A. A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil. In: **XXXV ENCONTRO DA ANPAD**, 2011. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. pp. 1-17.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil: promulgada em de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio **Vargas**: o estadista, a nação e a democracia. Texto para discussão. jul. 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2663/TD%20191%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2018.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Editora Sinodal / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DREHER, Martin N. **190 Anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

FACHEL, J. P. **As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 2002.

FAVERI, M. **Memória de uma (outra) Guerra. Cotidiano e medo durante a 2ª Guerra em Santa Catarina.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808–1824– 1974.** São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERTZ, René E. **O fascismo no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.

GRÜTZMANN, Imgart. A mágica flor azul: canções, romantismo, nostalgia e continuidade no germanismo. **Escritas – Revista do Curso de História de Araguaína,** v1, 2008. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1132>>. Acesso em 20 mai. 2017.

KIPPER, M. H. A nacionalização de Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo L. (Org.) **Nacionalização e imigração alemã.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã.** Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul: Ed. da UFRGS/ Ed. da UFSC/ EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo L. (Org.) **Nacionalização e imigração alemã.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 15, p. 159- 176, set-dez 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2015.

LIA, Cristiane Fortes; RADÜNZ, Roberto O Brasil Católico e o Conflito de Identidade Religiosa dos Imigrantes Alemães. **Revista Del Cesla,** nº 18, 2015, Uniwersytet Warszawski, Varsóvia, Polónia. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/26>>. Acesso em 20/02/2019.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUVIZOTTO, Caroline Krauss. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul.** [e-book] São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/kkf5v>> Acesso em 02 fev. 2019.

MARLOW, S. L. "Os Suditos do Eixo" O Luteranismo na visão das autoridades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**- ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imigrantes em construção: o uso de conceitos de identidade nacional na pesquisa sobre imigrantes "alemães" no Brasil. p. 313- 336. In.: SEYFERTH, Giralda et al. **Mundos em movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PROBST, Melissa. **A Neue Deutsche Schule de Blumenau**: cultura escolar e identidade étnica (1889-1938). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti, Curitiba-PR.

RENK, Valquíria Elita; CRUZ, Fabio Henrique Oliveira da. A escola menonita de Curitiba: manutenção da identidade étnica e religião. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 178-197, maio./ago. 2014. pp.178-197. Disponível em <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2374/pdf_250>. Acesso em 03 jan 2017

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146 p. 538-561, maio/ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/12.pdf>. Acesso em 06 set. 2018.

SCHWARTZMANN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In.: BROCK, Colin; SCHWARTZMANN, Simon (orgs). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. pp.9-52.

SEINTEFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Nacional (Brasília): INL Fundação Pró-Memória, 1985.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania a imigração alemã e o estado brasileiro**. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08 . Acesso em 06 jul 2016.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. p. 11-28. In.: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **MANA**, vol. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf>>. Acesso em 12 set 2016.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnificade teuto-brasileira. p. 21-62. In.: FIORI, Neide Almeida (org.). **Etnia e educação**: a

escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC / Tubarão: Editora Unisul, 2003. pp. 21-62.

SEYFERTH, Giralda. **O problema da imigração no Brasil:** continuidades e mudanças. 2014. Disponível em <https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_CO M0038.pdf>. Acesso em 28 ago. 2018.

SPIRANDELLI, C.C. **Luteranos de Londrina e Germanidade:** interpretações sociológicas sobre a composição religiosa brasileira do início do século XXI Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/mudanca%20claudinei.pdf>>. Acesso: 10 fev. 2019.

VOGT, O. P. Repressão e medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS In: **Anais do IV e do V Seminário Nacional de Pesquisadores de História das Comunidades Teuto-Brasileiras**, 2000, Lajeado RS; Gráfica Garten Sul, 2002.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Recebido em: 14.07.2019
Aprovado em: 28.07.2019

HISTÓRIA E LITERATURA: UM DESTAQUE NA OBRA AUTOBIOGRÁFICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

*HISTORY AND LITERATURE: A
HIGHLIGHT IN THE AUTOBIOGRAPHIC WORK OF
CAROLINA MARIA DE JESUS*

Romildo Rodrigues Neves Júnior¹
Universidade Federal de Catalão (UFCat)

Resumo: O presente artigo tem por objetivo problematizar algumas considerações acerca do campo da Literatura e da História. Para realizar o estudo, levamos em consideração a obra autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita* (1986) à qual é possível realizar uma análise da conjuntura histórica na primeira metade do século XX. Tendo como referência os literatos e historiadores que abordaram esses campos, foi possível obter resultados dos quais destacamos a importância que se faz do entrelaçamento da Literatura e História para uma leitura sensível do passado.

Abstract: This article has as objective to problematize some considerations on the Field of Literature and History. To carry out the study, we take into account the autobiographical work of Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita* (1986), to which it is possible to carry out an analysis of the historical conjuncture in the first half of the twentieth century. With reference to the writers and historians who approached these fields, it was possible to obtain results of which we emphasize the importance that is made of the interweaving of Literature and History for a sensitive reading of the past.

Palavras-chave: História;
Literatura; Autobiografia

Keywords: History; Literature;
Autobiography

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC) e mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História, Cultura e Formação de Professores da Universidade Federal de Catalão (UFCat), sob orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (PPGH-MP). E-mail: romildoufg@hotmail.com.

Os estudos entre História e Literatura passam a ser um rico campo de pesquisa para essas duas áreas, sobretudo no Brasil a partir dos anos de 1990 e foi ganhando forças e se desenvolvendo até os dias atuais. Nas décadas de 1980 e 1990, a aplicação e os entendimentos da Nova História Cultural começaram a alargar suas fronteiras, e sua visão de representações de mundo ganham espaço, graças à interdisciplinaridade de áreas como Antropologia, Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas, Linguagens (Literatura) com a História.

Assim, em especial a literatura assume um novo papel dentro da historiografia. Agora estando como suporte para mostrar as análises acerca das diversas facetas que o mundo apresenta, não somente concreto, mas com pitadas de subjetividades dos homens que também fazem parte desse tempo e espaço da mesma literatura.

Entender esse processo dentro da Literatura e da História é permitir-se, pois, na medida em que essas duas áreas se envolvem, elas nos possibilitam analisar o mundo à nossa volta, portanto, aproveitar desses diálogos é ampliar as fronteiras do conhecimento. Enclausurar-se já não é mais a questão dentro das vertentes do saber, na medida em que usamos da História como teoria e da Literatura enquanto ficção para expor um fato. Estamos propondo dar continuidade à articulação entre os ofícios de historiador e literato.

O presente artigo tem por objetivo desenvolver e problematizar algumas considerações acerca do campo da Literatura, em especial a literatura autobiográfica destacando elementos essenciais da obra póstuma de Carolina Maria de Jesus² na sua obra *Diário de Bitita* (1982) e da História enquanto teoria e disciplina.

² Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, Minas Gerais. Foi criada por sua mãe, lavadeira, com mais sete irmãos. Com o apoio de uma das freguesas de sua mãe, é matriculada aos sete anos no colégio espírita Alan Kardec, onde desenvolve interesse pela leitura e pela escrita. Durante a infância e a adolescência, Carolina vive em diversas cidades do interior de Minas e São Paulo, quase sempre trabalhando como lavradora. Em 1937, Carolina se muda para a cidade de São Paulo e vai morar na favela do Canindé, na zona norte da capital paulista. Trabalha como catadora de papel e, nas horas vagas, registrava o cotidiano da favela em cadernos que encontrava no material que recolhia. Em 1960, o livro autobiográfico "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada", com edição de Audálio Dantas, é publicado com uma tiragem de dez mil exemplares. Com o sucesso das vendas, Carolina, recebe homenagens da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. Nos anos seguintes, publica "Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-favelada" (1961); "Pedacões da Fome" (1963) e "Provérbios" (1965). Apesar do sucesso

A historiadora, escritora e poeta Sandra Jatahy Pesavento destaca que os homens “[...] desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música”. (2006, p. 2) O que para os historiadores do século XIX parecia inimaginável, com a Nova História Cultural, os estudos de História passaram a levar em consideração todas essas produções e expressões do ser humano para se entender o processo histórico, e com essas ações os homens e mulheres inseridos(as) na sociedade produzindo cultura.

Para Clifford Geertz (2012, p. 24), o conceito de cultura está para além de “[...] um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível [...].” Cultura, que segundo esse autor, é um sistema de signos interpretáveis, de símbolos com significados que os próprios seres humanos teceram os quais são entrelaçados como em uma teia. Assim, ele assume a Cultura como sendo essas teias que tem seus significados decifrados por meio de um procedimento interpretativo. (GEERTZ, 2012, p. 15).

Uma das formas de expressão e representação da cultura de um povo é através da arte, em especial da Literatura, pois é através dessa que a língua, como instrumento de comunicação e produtor de identidades, realiza algumas de suas funções sociais, se fazendo conhecida e tornando-se possível a sua manifestação. Além do mais, percebemos uma estreita relação entre a História e a Literatura que são formas diferentes de observar, dizer e descrever o mundo. Para Pesavento (2012, p. 81- 82), a História e a Literatura são capazes de:

editorial inicial, aos poucos a escritora retorna à condição de catadora de papel e é praticamente esquecida. No dia 13 de fevereiro de 1977, Carolina Maria de Jesus falece em São Paulo. Outras seis obras foram publicadas após sua morte, compiladas a partir dos cadernos e materiais deixados por ela. Em 2017, sua história foi registrada por Tom Farias em “Carolina – Uma Biografia”, publicada pela editora Malê. Dentre essas obras póstumas, está o livro do qual usaremos nesse artigo para estudo e análise, intitulado “Diário de Bitita” (1986). Concentraremos especialmente em algumas considerações teóricas e depois sobre o tema da Revolução de 30, assim como a questão das desigualdades étnico-raciais geradas pela escravidão.

[...] explicar o presente, inventar o passado e imaginar o futuro. São ambas as formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor. A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos [...]. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário.

Através da literatura é possível ao homem lidar com suas necessidades, anseios, expectativas, sonhos e sublimar os seus desejos e fantasias, além de se reconhecer enquanto sujeito no mundo em que está. Sem falar na possibilidade de reencontro das épocas passadas com a contemporaneidade que ela proporciona e o contato com as gerações passadas. Por conseguinte, acessar um texto literário, seja ele uma figuração do tempo atual ou passado é poder acessar relações sociais e culturais que naquele estão ancoradas e resguardadas de cair no esquecimento.

O sociólogo e crítico literário Antonio Candido (2004) aponta que a literatura tem uma função humanizadora e transformadora, devido a sua complexidade enquanto forma de representação não só da cultura, mas das emoções de quem escreve e de quem lê, bem como é conhecimento no sentido amplo da palavra. Walter Benjamin (1996 apud BARONE, 2007, p. 116) destaca outra característica da Literatura, que está baseada na “[...] ideia da função terapêutica da narrativa, na medida em que narrar permite a transmissão de ‘experiências’ humanas e ao narrar é possível organizar experiências traumáticas, caóticas, díspares, abrindo espaço para a construção ou reconstrução da identidade e do mundo do leitor.”

Na medida em que entendemos que a Literatura é formadora de identidades culturais, podemos perceber o quanto de nós há na Literatura, pois começamos a identificarmo-nos com os momentos históricos vividos, figurados e compartilhados entre nós e o social. Como vimos, essa identificação vai se dando através do imaginário veiculado e experimentado em comum entre os sujeitos sociais. Na esfera ampla da produção literária, um gênero literário que consegue nos envolver e desvelar o mundo da representação, o campo do

imaginário, é o estilo de escrita autobiográfica, uma das formas de narrativas de si.

Leonardo dos Santos Neves e Helder de Moraes L. Pinto (2013, p. 9) destacam que o “[...] gênero (auto)biográfico tem sido objeto de estudos por historiadores, em especial micro-historiadores, na medida em que coloca no centro da atividade de pesquisa dois problemas nucleares e pouco resolvidos para a História: a memória e a relação entre indivíduo e meio social.” Narrar sobre si, portanto, narrar sobre a história de si é permitir-se entrar no mundo onde articular lembranças e vivências passa a ser o ponto central da escrita na qual impera a experiência.

Quando narramos estamos publicizando uma história e em se tratando de construção escrita o processo pode ser doloroso, pois, como afirma o sociólogo Michel Pollak (1992, p. 213), “[...] uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si”.

Mas porque dizer de nos parece ser algo tão difícil de fazer? Acreditamos que ao tentarmos construir essa fala, muitas coisas ocorridas são revistas e buscamos acessar o significado delas. Além do mais, garimpar a nossa memória é fazer o que passou ou está acontecendo reviver. No entanto, por mais simples que pareça, essa atividade pode se apresentar marcada por nostalgia para uns e realizadora para outros: enquanto nostalgia, lembrar é viver; enquanto realização, lembrar é se conhecer. Porém, sabemos que por meio da História, como conhecimento, não podemos reviver o ocorrido, mas apenas reconstruir dimensões do acontecido por meio dos vestígios do passado a que temos acesso, pois se a memória é a vida e sempre carregada por grupos vivos, como já foi dito, a História, por sua vez, é problematizante e conceitual. Conforme ressaltou o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 9), “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, figurando como “uma representação do passado” por meio de uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise, interpretação e discurso crítico, e “só conhece o relativo”.

Candido (2004, p. 55) ratifica o supradito acerca da Literatura ao apontar que:

[...] a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada. Mas isto só se torna possível graças a uma redução ao gratuito, ao teoricamente incondicionado, que dá ingresso ao mundo da ilusão e se transforma dialeticamente em algo empenhado, na medida em que suscita uma visão do mundo.

De modo sucinto, o historiador Valdeci Rezende Borges (2010) expõe que a História tem se apresentado como uma disciplina e como um processo social, enquanto a Literatura vem até nós como documento em forma de arte que traz em seu bojo uma historicidade própria. Historicidade pela qual podemos ler o tempo em que se passou a escrita, os personagens, o autor, a época.

Destarte, de acordo com Valdeci RezendeBorges (2010, p. 98):

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste.

A Literatura é, portanto, uma fonte, um campo, um lugar, privilegiado para o historiador/pesquisador, pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceriam. (MARTINS, 2015, p. 8)

Tanto a narração literária quanto a historiográfica pressupõe um processo e estratégias de organização da realidade, uma procura de uma coerência imaginada baseada na descoberta de laços e nexos, de relações e conexões entre os dados fornecidos pelo passado. Essa coerência – imaginada, fictícia – depende claro, parcialmente, dos próprios dados, mas também da

plausibilidade de uma significação possível, imaginada pelo escritor/historiador de tal maneira que o leitor possa reconstruí-la (LEMARIE, 2000, p.9-10, apud SANTOS, 2007, p. 121).

Em se tratando de Literatura, merece seu devido destaque o papel exercido pela representação que cada gênero literário quer nos mostrar. Nesse sentido, as representações através do discurso literário vão traçando lugares que colocam o seu leitor a par de uma identidade social. Quando o leitor se identifica com seu personagem, conseqüentemente ele está denunciando uma memória coletiva que é exercida sobre si.

Conforme destaca o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990, p. 98),

Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem o meu passado. Cada um de nós pertence ao mesmo tempo a muitos grupos, ou mais ou menos amplos.

Podemos também afirmar que a Literatura se vale como testemunha de lembranças e memórias que momentos ou outros tendem a cair no esquecimento, porém são resgatados pela escrita e se firma através do coletivo. De acordo com Halbwachs (1990, p. 62), nossas lembranças são a todo instante recordadas por outros, a história universal não é de um homem só. Toda memória individual é coletiva. Qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva.

Quando discutimos acerca da literatura seja ela brasileira ou estrangeira devemos nos atentar para o discurso reproduzido dos personagens. Por isso, se faz necessário essas análises assumidas por pesquisadores do campo da História para descobrir os impactos que a Literatura x ou y causa na sociedade ou ao público ao qual ela está sendo dirigida.

Como acontece com a personagem Carolina, o que presenciamos ao entrar em contato com seu livro autobiográfico está de acordo com a visão de mundo que a autora nos apresenta. Passamos, portanto, a enxergar na ótica

dela, principalmente sob sua fotografia do social das décadas de 30 e 40 do século passado. Assim, a Literatura não deixa de ser uma instituição social viva, como salienta Luis Felipe Ribeiro (2000, p. 97), que por nós deve ser vista como “[...] histórico, político e filosófico; semiótico e linguístico; individual e social, a um só tempo. Sua realidade transcende o texto para assumir o discurso, que conta, minimamente, com as dimensões do enunciador, do enunciado e do enunciatário”.

Embora “[...] um livro de ficção não retrate personagens que existiram, o que se observa muitas vezes são livros que trazem situações que foram muito comuns à época em que o livro se passa, ou ainda personagens baseados em uma ou várias pessoas que de fato viveram”. (MARTINS, 2015, p. 4). Tendo em vista os apontamentos de Giovana Maria Carvalho Martins (2015), podemos considerar que Carolina enquanto menina residente em Sacramento presenciou um desdobramento da então nomeada Revolução de 30, ou Golpe de 1930, e mais tarde a escritora narra em seu livro as suas impressões acerca da movimentação que houvera na cidade mineira e em seu entorno.

De acordo com Lucia Lippi de Oliveira (1993, p.1), a Revolução pode ser definida como um:

Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.

Considera ainda que, é possível encontrar na literatura alguns autores que definiu o movimento como político e social. É possível observar que “[...] o grupo de políticos que preparou a Revolução, e principalmente sua liderança — Vargas e Antônio Carlos —, representa nada mais que a própria oligarquia contra quem lutam.” (OLIVEIRA, 1993, p. 102).

Para o historiador Noé Freire Sandes, (2009, p. 131), a Revolução representou, em dado aspecto, a vontade de conduzir o projeto político de uma nova organização da política brasileira. Esse levante surge estrategicamente como uma possibilidade de redefinição e continuidade do governo varguista e das “práticas políticas precedentes”.

Fausto (1972 apud, SANDES, 2003, p. 148) seleciona abordagens historiográficas das quais ele coloca em ultimato a relação do movimento com as classes sociais e organiza “um modelo interpretativo em que o Estado se coloca como mediador dos interesses em conflito.” De acordo com esse mesmo autor (1972), a denominada classe média e a operária não tiveram força suficiente a ponto de batizar a Revolução de 1930 como sendo burguesa. Por outro lado, quando Sandes (2003) aponta a reflexão que Barbosa Lima Sobrinho faz a cerca do mesmo movimento, nos deparamos com uma visão contrária à apontada por Boris Fausto, uma vez que “a revolução é analisada como movimento popular que empolgou a população e alcançou notável grau de radicalismo em algumas regiões do país.” (SANDES, 2003, p. 150)

Nas palavras de Carolina, “um dia amanheceu confuso, com as ruas cheias de soldados. Era a revolução. Eu conhecia só a revolução das formigas quando se locomovem. Mas a revolução dos homens é trágica. E uns matando os outros” (JESUS, 2014, p. 155). Longe de ser algo consuetudinário para Carolina, a Revolução se mostrou como algo violento e trágico, pois envolvia diretamente a vida das pessoas, a rotina da cidade e um alvoroço entre os moradores.

Entre os cidadãos de Sacramento era possível ouvir comentários a respeito da Revolução e da pessoa de Getúlio Vargas como destaca a autora: “Agora o Brasil vai ficar aos cuidados de um Homem! Este vai dar um impulso ao país. Somos um povo sem líder. Temos que despertar. O país não pode continuar deitado eternamente em berço esplêndido. O nosso país é muito atrasado.” (JESUS, 2014, p. 155). Além do mais Carolina ouvia comentários que o povo tecia ressaltando que o governo de Getúlio Vargas seria diferente, pois ele era considerado o fundador do Partido Trabalhista (PT), portanto haveria mais emprego para os brasileiros.

Entre as mulheres de Sacramento, a autora nos relata que podia-se ouvir alguns burburinhos a respeito daquele momento histórico que o país estava presenciando, fazendo exaltações e consagrando que se o “Brasil fosse sempre assim, isto aqui seria um paraíso.” (JESUS, 2014, p. 156). Embora o início tenha se apresentado dessa forma. Logo a população de Sacramento observou que a ordem e a disciplina que se percebia entre os militares já não se mostravam tão estabelecida assim, além da ideia falsa de mudança que outrora se apresentou evidente para o povo, agora estava explícito uma estratégia econômica e política mais a nível interno do governo do que popular.

Para os pobres, aquela Revolução era considerada a época das “vacas gordas”. (JESUS, 2014, p.157). Ou seja, para os alistados no exército haveria, por parte do governo, uma bonificação que permitiria o servidor ter algo depois que tudo se acalmasse, acreditando poder deixar algo para os filhos e familiares. Percebemos, portanto que uma cidade onde havia muitas pessoas pobres e desempregadas não enxerga a Revolução de 1930 como um golpe perpetrado por Getúlio Vargas à Júlio Prestes, mas como uma forma de melhorar irrisoriamente sua condição financeira através do bônus militar.

Embora o irmão de Carolina, Jerônimo Pereira, ao contrário dos outros jovens de Sacramento, não quis participar do alistamento para se juntar às forças que lutavam em prol da Revolução, pois alegava ter medo, no entanto, ele estava curioso para ver os soldados que se movimentavam pelas ruas. Como modo de ludibriar as forças armadas e ir assistir os militares, sem correr o risco de ser recrutado contra a vontade, o irmão de Carolina achou um meio para também poder sair às ruas sem ser notado enquanto homem. Ele toma emprestado da irmã um vestido, faz maquiagem, passa batom, coloca alguns colares e um lenço sobre a cabeça e sai na esperança de ver o que estava acontecendo lá fora.

Depois de um tempo, o irmão entra em casa correndo e todo esbaforido tentando se livrar das roupas femininas e procurando os seus trajes. O motivo era que uns soldados estavam procurando uma “mulata bonita” que havia passado por eles; a mãe de Carolina sabendo que a mulata na verdade era seu filho, logo deu um jeito de despistar os soldados dizendo que por ali não havia

passado ninguém com aquelas características ditadas por eles. Os soldados foram embora dizendo: "Que mulata bonita! Nunca vi coisa igual! Será que ela já é casada? Mulheres bonitas arranjam dono logo. Eu queria apenas olhar para ela, porque nós não podemos molestar as mulheres. A revolução não permite." (JESUS, 2014, p. 157).

De acordo com o jornalista, escritor e biógrafo Tom Farias, Carolina, talvez em função do que viu e presenciou na época da Revolução, se tornaria uma vigorosa e valente getulista. Conforme Farias (2017), um de seus primeiros textos conhecidos, estes já escritos quando morava em São Paulo, será sobre sua admiração no que tange à pessoa de Getúlio Vargas.

Em meio ao cotidiano urbano, Carolina ouvia-se dizer que na Europa corria boatos que o negro no Brasil, por ter sido escravo, trabalhava de graça em troca de pinga e comida. (JESUS, 2014, cit., p.161). A visão do mundo exterior para com a população negra que residia no país distorcia a realidade local, pois pressupunha a existência uma de mão de obra barata que trocava sua força de trabalho por um salário baixo e mesquinho.

A lei Áurea ao contrário do que pensava a autora, (JESUS, 2014, p.81) não agraciou os pretos com a liberdade. A construção de ranchos na beira das estradas, justamente porque essas pertenciam ao governo e ninguém falavam-lhes nada, que levou-os a procurar um lugar para morar. O olhar de Bitita (apelido de infância de Carolina Maria de Jesus) acerca desse fator nos mostra a sua percepção ingênua provocada pelos defensores da limpeza étnico racial, instalada no país no período da "libertação dos escravos".

Conforme destaca a cientista social e historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo (1987, p. 21):

[...] o ex- escravo e seus descendentes saíram espoliados da escravidão e despreparados para o trabalho livre, incapazes, enfim, de se adequar aos novos padrões contratuais e esquemas racionalizadores e modernizantes da grande produção agrícola e industrial, tornando-se doravante marginais por força da lógica inevitável do progresso capitalista.

Certa feita quando a menina Bitita foi acusada de roubar umas mangas do quintal de Dona Faustina, sua vizinha, ela não titubeou em responder à vizinha que “Os brancos também são ladrões porque roubaram os negros da África”. (JESUS, 2014, p. 58). Entretanto, poucas pessoas tinham essa consciência histórica e social que Carolina demonstrava ter sobre a escravidão. Nas palavras de sua bisavó, dona Maria Abadia, os brancos de agora já estão ficando melhor para os pretos. Agora, por exemplo, eles atiram para amedrontar, antigamente atiravam para matá-los. (JESUS, 2014, p. 58).

“Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para o outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala”. (JESUS, 2014, p. 58). Portanto, os policiais que deveriam cumprir o papel de manter a segurança de todos e todas sem discriminação alguma, busca pelo contrário, perseguir e eliminar o negro da nossa sociedade.

Ao fim de suas observações acerca dos negros de Sacramento, Bitita conclui que, ao falarem que os negros agora estavam livres, ela logo pensava em que liberdade era aquela vivida por eles, onde a todo instante eles estavam correndo das autoridades como se fossem culpados de algo que nem mesmo ideia faziam, levando em consideração nos assassinatos sem explicação que a própria polícia perpetrava contra os negros. Carolina arremata: “Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro e branco para o branco!” (JESUS, 2014, p. 59).

Destarte concluímos que a linha que separa a Literatura e a História tem se apresentado cada vez mais tênue. Uma se entrelaça na outra e já não sinaliza repúdio ou desavenças dentro desses dois campos do saber como outrora se apresentou. As fronteiras da Literatura e da História já se entrecruzam, e esperemos que nesse entrecruzar muito conhecimento possa ser produzido e compartilhado. De outra forma caímos na possibilidade de reproduzir áreas sem diálogo, sem debate ou crítica, o que poderia contribuir para entrarmos em total anacronismo na leitura da sociedade e do mundo. Camilotti; Naxara (2009, p.16) apontam que:

Há questões incontornáveis quando se trata de refletir sobre as relações entre história e literatura na modernidade, tendo em

vista a fluidez das fronteiras que, mais do que separá-las, as aproxima. Ambas abordam temas comuns sob diferentes perspectivas, utilizam formas aproximadas para se concretizarem – a escrita em suas variadas dimensões.

Assim, os estudos que procuram na Literatura elementos históricos tendem a tornarem-se cada vez mais frequentes, pois possibilita refletir através de escritos e do exposto o universo literário. Podemos ver como Carolina em seu diário torna aquilo que era a princípio individual em algo universal, através da vivência de mundo da escritora, os que estão a sua volta também passam pelo crivo da análise e complementam suas memórias infanto-juvenis.

Referências

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites-século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**. Goiânia: Ano 1, n. 3, pp.94-109, junho/2010.

BARONE, Leda Maria Codeço. Literatura e construção da identidade. **Revista Psicopedagogia**. v. 24, nº74, 2007, pp.110-6.

CAMILOTTI, V; NAXARA, Márcia Regina Capelari. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 50, pp.15-49, jan/jun 2009.

CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a Cidade**. Editora Ouro Sobre Azul. Rio de Janeiro, 2004.

CANDIDO, Antonio O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades/Ouro sobre Azul; 2004. p.169-91.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRAZÃO, Dilva. **Carolina Maria de Jesus**. Escritora brasileira.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 2012.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 6, nº 11, 2014, pp. 39-53.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; Cainelli, Marlene Rosa. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história**. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>> Acesso em 13 de junho de 2018.

NEVES, Leonardo dos Santos; PINTO, Helder de Moraes L. **Narrativas autobiográficas como fonte de pesquisa para a história da educação em minas**. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/NARRATIVAS%20AUTOBIOGRAFICAS%20COMO%20FONTE%20DE%20PESQUISA.pdf>> Acesso em: 23 de junho de 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, pp. 07-28, dezembro.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de **.Revolução de 1930**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>> Acesso em: 17 de junho de 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Luis Filipe. Literatura e história: uma relação muito suspeita. **Geometrias do Imaginário**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2000

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a memória e a história. **História Revista**, v. 8, n.1/2, 2003, p. 143 - 158.

_____. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 43, 2009, p. 125 – 140.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. História e literatura: uma relação possível. **Revista científica /FAP**, Curitiba, v.2, 2007, p. 117-126, janeiro/dezembro.

Recebido em: 17.07.2019

Aprovado em: 1.08.2019



O CRIME DO *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1979)

THE CRIME OF LAMPIÃO DA ESQUINA
(1978-1979)

Thasio Fernandes Sobral¹

Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA)

Resumo: Esta produção objetiva analisar a perseguição política sofrida pelo jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) com base na *Lei da Imprensa* (1967). Para isso, foram analisadas as páginas do periódico, utilizando-se dos elementos teórico-metodológicos equivalentes para inquire-lo. A análise buscou mapear quais ideais e mecanismos jurídicos foram ativados quando o periódico contrariou o programa censório da Ditadura Militar. Debateu-se como o governo militar se valeu de censuras e silenciamentos para impor seu poder. Investigou o processo instruído contra o periódico exibindo a incoerência daquelas práticas repressivas. E, tratou de examinar quais elementos fazem do *Lampião* uma resistência em defesa das comunidades homossexuais de sua época.

Palavras-chave: Homossexualidade; Ditadura Militar; Censura

Abstract: This production aims to analyze the political persecution suffered by the *Lampião da Esquina* newspaper (1978-1981) based on the *Lei da Imprensa* (1967). For this, the pages of the journal were analyzed, using the equivalent theoretical and methodological elements to inquire about it. The analysis sought to map which ideals and legal mechanisms were activated when the journal ran counter to the military dictatorship's censorship program. It was debated how the military government used censorship and silencing to impose its power. It investigated the lawsuit filed against the journal showing the inconsistency of those repressive practices. And, it tried to examine which elements make *Lampião* a resistance in defense of the homosexual communities of his time.

Keywords: Homosexuality; Military dictatorship; Censorship

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: thasio.sobral@gmail.com

1. Introdução

“Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de certa liberalização do quadro eleitoral”, dizia a página dois da edição experimental do *Lampião da Esquina*, publicada em abril de 1978. Até aquele ano certa comoção atingia as conjunturas nacional e internacional. Falava-se de distensão política, novas eleições, reivindicações por arrojadas formas de moralidade e na organização política de setores da sociedade – elementos que contextualizariam a fabricação de um jornal de quintessência política. O *Lampião da Esquina* foi o primeiro periódico organizado exclusivamente por homossexuais distribuído em todo o território nacional. Em suas 38 edições, um seleto grupo de onze homens articularam-se em torno de uma proposta ousada. Produzido no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o jornal incorporou os principais debates a respeito de grupos dissidentes da época, marcando seu nome na história.

Pouco antes do surgimento do mensário, em 1974, o Brasil já estava sob o comando de Ernesto Geisel (1974-1979). O militar havia tentado se construir como um perfil moderado, devido a sua intenção de reabrir o país politicamente em um “processo de lenta, gradual e segura distensão”.² Essa escolha gerou animosidade e controvérsias em diferentes agrupamentos, mantendo a instabilidade entre o governo, suas oposições e os militares insatisfeitos com a reabertura. Decidir pela distensão só reforçava, para Geisel, a necessidade de um controle político que evitasse a fuga do planejado. Em seu mandato, o chefe do Executivo conservou políticas repressivas como a *Lei de Segurança Nacional* (1969),³ e, até 1978, perpetuou o *Ato Institucional nº 5* (1968).⁴ Além de garantir

² Essa frase é referente a um discurso de Geisel, em 1974, proferido aos líderes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), expondo qual seria a marca de seu governo. Nele, um governo militar disse, pela primeira vez, a palavra “distensão” (RESENDE, 2014, p. 37)

³ Também conhecido como *Decreto-lei nº 989*, a *Lei de Segurança Nacional*, de 29 de setembro de 1969, definia “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. A lei atribuía a responsabilidade de segurança para toda a sociedade contra uma suposta “guerra revolucionária”, definida pelo seu Art.3, §3 como “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contrôlo progressivo da Nação” [sic]. (BRASIL, 1969). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁴ O *Ato Institucional nº 5*, de 13 de dezembro de 1968, definia que “o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 1968), considerado um marco

que práticas criminosas de tortura, sequestros e assassinatos fossem mantidas pelas suas polícias de segurança. (RESENDE, 2014, p. 37) Muito havia mudado e, pouco havia mudado.

A iniciativa do presidente em gerenciar uma abertura política provocou querelas dentro das Forças Armadas. De um lado, setores acreditavam que os militares deveriam sair do poder, pois a responsabilidade em governar colocava em risco a integridade da própria Forças Armadas enquanto instituição. (MARINHO; OLIVEIRA, 2015, p. 81) Do outro, havia aqueles que viam Geisel como traidor dos “princípios revolucionários de 1964”, e a sua proposta como uma “inflexão das ideias da ‘revolução’ e uma ameaça à sua permanência no poder”. (RESENDE, 2014, p. 37)

Ainda em 1974, os militares perderam as eleições legislativas para a oposição que se organizava no partido MDB. O ocorrido acabava servindo como uma avaliação da população sobre os sucessivos governos militares dos últimos dez anos, o que gerava certo otimismo. Contudo, naquele mesmo ano, registravam-se 54 desaparecidos políticos, pois, ainda que os indicadores refletissem a má recepção sobre a chefia militar, a máquina de repressão continuava a moer. Posteriormente, em julho de 1976, a *Lei Falcão* censurava e definia que as campanhas políticas em meios de comunicação deveriam ser restritas à exibição dos nomes e imagens dos candidatos, sem as presenças de áudios ou discursos políticos. Em 1977, o governo editava um complexo de reformas institucionais – conhecido como Pacote de Abril – que buscava barrar o avanço do MDB, em uma tentativa de garantir a vitória de seu partido, ARENA. (RESENDE, 2014, p. 38-39) Era nítida a intenção do governo em retardar o fim do controle militar e evitar os ocorridos das eleições de 1974. Todavia, isso não impediu a mobilização de diferentes formas de oposição, o que anuncia o propósito desse artigo.

para o recrudescimento da repressão política na Ditadura Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Esta produção, que é um desdobramento de uma pesquisa de Mestrado,⁵ objetiva analisar a perseguição política sofrida pelo *Lampião da Esquina* com base na *Lei da Imprensa* (1967). Para isso, foram analisadas as páginas do periódico, utilizando-se dos elementos teórico-metodológicos equivalentes para inquiri-lo enquanto fonte histórica. Debateu-se, assim, como o governo militar se valeu de censuras e silenciamentos para impor seu poder. Este trabalho expõe que não eram apenas a represália à oposição política e a caça de direitos civis que estavam no centro da organização daquele Estado. Revela-se que estratos da esfera privada também foram perseguidos como tentativa de conter práticas e sujeitos considerados subversivos. Na investigação foram expostas as estruturas físicas do jornal, dimensionando suas principais premissas políticas. Buscou-se mapear quais ideais e mecanismos jurídicos foram ativados quando o periódico contrariou o programa censório da Ditadura Militar.⁶ E, por último, investigou-se o processo instruído contra o *Lampião*, com base em suas edições, exibindo a incoerência daquelas práticas repressivas. Dessa forma, tratou de examinar quais elementos fazem do *Lampião* uma resistência em defesa das comunidades dissidentes de sua época.

*

No estudo do jornal como fonte histórica, Tânia Regina de Luca (2008, p. 131) alerta sobre a necessidade de avaliar materialmente o periódico. A autora indica que os marcadores temáticos, em conjunto com a inquérito material de

⁵ Ver SOBRAL, Thasio Fernandes. **Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina** (1978-1981). 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

⁶ A escolha do termo "Ditadura Militar" é baseada no argumento de Carlos Fico (2004, p. 52) que diz: "se a preparação do golpe foi de fato 'civil-militar', no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Por certo (...) importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar".

suas páginas, são aspectos centrais da análise e devem ser levados como parte da investigação. Além disso, há a necessidade de se localizar a ligação dos jornais com os anúncios e propagandas publicadas em seu interior (LUCA, 2008, p. 123). No caso do *Lampião da Esquina*, as capas elaboradas manualmente, através de colagens bem ilustradas e irreverentes, são entendidas como indícios do baixo orçamento de um periódico que necessitava das assinaturas dos leitores para sua sobrevivência. Entende-se, também, a apresentação de uma linguagem distante da grande mídia, como uma estratégia de seus produtores para destacarem o *Lampião* nas bancas de revista.

Apesar de existirem anunciantes – em sua maioria de espaços de sociabilidade homossexual – o *Lampião* constantemente enfrentava problemas financeiros. O que ajuda a pressupor que a relação do jornal, com os patrocinadores, acontecia em dinâmica diferente dos grandes veículos de mídia. Pois, esses, ao contrário do mensário, recebiam elevados recursos empresariais interessados na veiculação de seus produtos. Não se pode ignorar que a ausência de anunciantes pode refletir a complexidade da discussão de pautas relacionadas a comunidade homossexual no período. Sendo provável que os anunciantes temessem seus serviços associados a um periódico engajado em pautas correlacionadas a sexualidades⁷ consideradas fora da norma. Porém, apesar das dificuldades materiais para sua produção, *Lampião da Esquina* não deixou de existir.

“A ideia de publicar um jornal, que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera ‘não prioritários’, surgiu em novembro do ano passado, e provocou uma série de reuniões, na principal delas, realizada em São Paulo” – foi com essa citação que *Lampião da Esquina* apresentava sua história na edição experimental. “Onze pessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamaria de ‘compromisso histórico’: estava criado o LAMPIÃO” (LAMPIÃO, 1978, p. 2), continuava ele, expondo a bravura de um grupo de homossexuais em assumir-se, munidos, também, da coragem para conceber um periódico de viés político, que conquistaria grande imponência.

⁷ Entende-se “sexualidade” como “uma estratégia de controle social que regula o desejo erótico, uma vez que esta é perigosa para a ordem social”, sendo, portanto, “produto daqueles que regulam o desejo erótico”. (ANDREU; VERAS; VALENCIA; 2014, p. 42)

Um dos acontecimentos que possibilitaram o surgimento do mensário paladino foi uma entrevista com Winston Leyland, editor de uma publicação homossexual chamada *Gay Sunshine*. Na época, essa era uma influente produção de mídia com destaques em tópicos da cultura, cotidiano e política gay nos Estados Unidos e no mundo. João Antônio Mascarenhas, pioneiro na luta pelos direitos dos homossexuais e um dos membros fundadores do *Lampião*, trabalhava no *O Pasquim* e disponibilizou uma de suas casas para hospedá-lo. Leyland tinha vindo ao Brasil com o intuito de organizar uma antologia de literatura homoerótica latino-americana, o que mobilizou um grupo de homossexuais a encontrá-lo. A conversa que funcionaria como um catalisador, ocorreu no apartamento de Darcy Penteado, outro membro fundador do *Lampião*. Conta-se que, devido a empolgação proporcionada pelo encontro, jornalistas e artistas brasileiros desejaram organizar um periódico que tratasse apropriadamente de assuntos relacionados aos homossexuais. Reunidos pelas suas vontades e competências profissionais, começaram uma articulação para financiar a iniciativa. Parte do dinheiro foi arrecadado de cartas enviadas a doze mil amigos e outras pessoas indicadas; a outra parcela veio do conselho editorial, que conseguiu organizar uma editora de capital fixo. Devido à boa recepção, o dinheiro foi utilizado para iniciar o jornal possibilitando a fabricação de seus dois primeiros números. (SIMÕES JR., 2006, p. 28; TREVISAN, 2018, p. 316)

Quando começou a ser publicado regularmente, o *Lampião da Esquina* tinha uma tiragem entre 10 a 20 mil exemplares por mês. O número de suas páginas ficava entre de dezesseis a vinte a cada edição. O jornal organizava-se em um aglomerado de seções mais ou menos estáveis. Algumas sumiam e ressurgiam ao longo de sua trajetória, como a seção *Opinião*, desaparecida a partir de março de 1979, com retorno, a partir de janeiro de 1980, e, finalmente, cerrada em novembro do mesmo ano. A seção servia como local destinado para expor as ideias dos editores a respeito da homossexualidade, da reprodução de artigos de outras publicações, e de temas relacionados a outros grupos sociais dissidentes. A seção *Bixórdia* era um espaço tematicamente em aberto, elaborado por diferentes editores. Sua principal característica eram os comentários ácidos

da colunista fictícia do jornal, Rafaela Mambaba. Havia a *Troca-Troca*, que era o local destinado para troca de correspondências com interesses afetivo-sexuais.

A seção *Cartas na Mesa* destinava-se à publicação das missivas dos leitores. Em seus últimos números abria o jornal, a partir de dezembro de 1980. Outra seção era a *Ativismo* dedicada a abordar e publicizar notícias, eventos e documentos dos incipientes movimentos homossexuais no Brasil. O paladino mensário ainda era composto pela *Esquina*, com matérias e autores produzindo sobre temas diversos e mais contemporâneos ao período da edição; diferente da seção *Reportagem*, onde diferentes jornalistas publicavam sobre tema parecidos. Nessa última, poderiam conter entrevistas com ilustres pessoas do período. A *Tendências*, concentrava um pequeno aglomerado de matérias com resenhas críticas, apresentava debates culturais, dentre eles, sobre obras literárias, teatro, cinema e música, além de espaços de sociabilidade homossexual. Havia a *Ensaio*, que costumava ser assinada normalmente por apenas um jornalista ou colaborador, e era um espaço direcionado para uma discussão temática mais específica. A *Literatura* dedicava-se, em muitas edições, a expor produções poéticas elaboradas pelos próprios leitores. E, por fim, as seções intermitentes: *Verão*, *Festim* e *Violência*.

Onze homens compunham o *Lampião da Esquina*: majoritariamente brancos, letrados, de classe média e profissionais liberais. Esses, à época, já eram considerados ilustres e trabalhavam (in)diretamente com a promoção de conhecimentos, devido a suas experiências políticas, acadêmicas, jornalísticas e dedicação à vida artística. Esses elementos contribuíram de modo significativo para a garantia de suas importâncias na história dos movimentos homossexuais no Brasil. Entre os autointitulados "Senhores do Conselho" e suas subseqüentes profissões temos: Jean-Claude Bernardet, crítico e pesquisador de cinema do país; Aguinaldo Silva, escritor e repórter policial; Antonio Chrysóstomo, crítico de música popular; Darcy Penteado, artista plástico de São Paulo; Gasparino Damata, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, ex-diplomata, escritor, jornalista; João Antônio Mascarenhas, advogado, ex-funcionário de alto patamar no Ministério da Educação. João Silvério Trevisan, escritor paulista; além de Peter Fry,

pesquisador da área de antropologia social. Completavam o Conselho os jornalistas Francisco Bittencourt, Clóvis Marques e Adão Acosta.

O grupo que residia entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo produziu reportagens no *Lampião da Esquina* que ultrapassaram os limites dos debates sobre às homossexualidades. A proposta do jornal acabava por questionar direta e indiretamente a abordagem normativa dada as temáticas relacionadas às sexualidades, e, conseqüentemente, da moral relacionada a elas. Sua atenção a esses debates se contrapôs aos discursos moralistas da época, justamente, pela centralidade que os temas ganhavam em muitos de seus editoriais. O conteúdo crítico e cultural do periódico abordava assuntos políticos recorrentes, e, incentivava à criação de espaços para sociabilidade homossexual. Além disso, buscou visibilizar as organizações de outros grupos, tais como negros, mulheres, indígenas e travestis. Todos esses elementos ajudaram a marcar seu nome na história por seu protagonismo, não sendo perdoados pela política censória de seu período.

*

Embora a discriminação aos homossexuais preceda o golpe de 1964, foi durante esse momento que diferentes mecanismos de perseguição foram aperfeiçoados e (re)elaborados com o objetivo de solapar organizações que buscassem a discussão ou a livre vivência de sujeitos homoafetivos. Nesse período, os governos militares potencializaram ferramentas de controle, sobretudo através de códigos jurídicos, repressão policial e censura dos veículos de mídia. A agenda moralista dos governos militares pode ser entendida, de grosso modo, como uma maneira excessiva de preservar os supostos “moral e bons costumes”. Para efetivar essa ânsia, direitos civis foram extraídos da população e conferidos aos militares que estavam no poder. O termo “subversão” serviu como justificativa para quaisquer convicções e práticas sociais contrárias àquelas governamentais vigentes, e utilizado como motivação para repressão as condutas homoafetivas. Ainda que essas não tivessem sido nominalmente criminalizadas durante a Ditadura, havia uma sobreposição de ideologias anti-

homossexuais que se articulavam materialmente com as ferramentas de repressão política. (COWAN, 2014, p. 30)

Já em 1968, as incipientes manifestações contraculturais pelo mundo propuseram novos modos de vida, questionando padrões sociais normativos e temas relacionados à moralidade sexual. Além disso, adotaram discursos sobre preservação ambiental, concepções étnicas e estéticas, e pretendiam fazer uma revolução através de transformações culturais. (KAMINSKI, 2016, p. 469) Essas movimentações e expressões artístico-culturais incidiram no Brasil, ainda que seguindo contextos específicos, e foram reverberadas em produções de cinema marginal, teatro, poesia, música e na imprensa alternativa. Por estarem em uma posição distinta das normas prescritas pelos militares, logo, foram utilizadas como pretexto para coerção. Resultando, assim, em uma conveniente inclusão das relações homoeróticas como práticas subversivas.

Um dos feitos das movimentações contraculturais implicava em uma maior receptividade sobre o tema das sexualidades, e o desenrolar desse, prontamente reacendeu os princípios e as práticas anti-homossexualidades da Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi criada em 1949 e estava ligada ao Ministério da Defesa. Após o sequestro da democracia, instituiu-se como centro de fabricação para combate das ameaças do suposto projeto revolucionário de 1964. Entre os participantes dos cursos da ESG foram incentivados modos de relacionar práticas homoeróticas ao comunismo,⁸ e serviu como linhas políticas para as agências de segurança e de espionagem dos governos, tais como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Sistema Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operação de Defesa Interna (CODI). (GREEN; CÉSPEDES; QUINALHA; 2014)

Além disso, havia uma força motriz ideológica com a finalidade de perpetuar ideais anti-homossexuais e normativos dentro das instituições militares, sendo muitas vezes utilizados como um modo de aperfeiçoar as

⁸ Benjamin Cowan (2014, p. 30) afirma que já na década de 1930 havia literaturas que associavam homossexualidade a subversão. Produziu-se um arsenal argumentativo para criação desse vínculo, como no caso do livro *Machiavel e o Brasil* de Octávio Farias. Outro exemplo, ainda segundo Cowan, é de 1937, o livro do líder integralista Gustavo Barroso, intitulado *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, que entendia a "homossexualidade masculina como corolário de revolução comunista e dissolução nacional". (COWAN apud BARROSO, 2014, p. 30)

ferramentas de censura e fortalecimento de uma visão discriminatória sobre os sujeitos homoafetivos. Um desses mecanismos era o *Manual Básico* (1978), utilizado como método de formação na ESG, desenvolvido pelo o General Golbery de Couto e Silva.⁹ A versão analisada foi assinada pelo Coordenador da ESG, General do Exército Ayrton Pereira Tourinho, e distribuído para formação nos cursos oferecidos. O material veiculava concepções normatizadoras e baseadas em diretrizes de gênero,¹⁰ entendidas como táticas para combater os comportamentos de homens e mulheres considerados como inadequados.

Os militares acreditavam que parte do domínio social e da preservação de seu poder estava, de acordo com o *Manual* (1978), no controle da “Expressão Psicossocial”, que, segundo ele, é “caracterizada por fenômenos e fatos preponderantemente psicológicos e sociais [e] ocupa-se, principalmente, com a realização da pessoa humana e com sua participação na vida em sociedade” (p. 165). Dessa forma, essa abrangeria um “universo de fenômenos e fatos (...) sobre perspectivas que demandam interpretações filosóficas e acurado estudo de dados empíricos e científicos (...) objetivo das ciências do comportamento” (p. 166). Nesse sentido, acreditava-se que era necessário travar uma guerra psicológica contra as instituições e comportamentos que pudessem reverberar-se em ações supostamente subversivas. Não se tratava apenas de um conflito armado, pois impunha uma estratégia de cunho psicológico e simbólico, ampliando seu leque de atuação repressiva.

A “Família”, segundo o *Manual* (1978), também era vista como um dos órgãos de Expressão do Poder Psicossocial e definida como “uma instituição social básica que compreende um grupo constituído geralmente por marido, mulher e descendência” e que deveriam possuir “padrões culturais que

⁹ Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico no Brasil responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional aos moldes do país. Entre 1964-1967 foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Entre 1967 e 1969 foi ministro do Tribunal de Contas da União, e, entre 1974 e 1981, foi Chefe do Gabinete Civil do presidente da República. Devido a seu papel de articulação para o processo de distensão, no governo Ernesto Geisel, alguns setores das Forças Armadas o consideraram um traidor dos princípios da suposta revolução de 1964. (FERNANDES, 2009, p. 852; RESENDE, 2014, p. 37)

¹⁰ Entende-se que o conceito de “gênero” busca expor os aspectos relacionais das definições normativas destes papéis sociais, compreendendo-se como “uma forma primária de dar significado as relações de poder”, as compreendendo como um processo histórico-social e não definição baseada em genitálias ou determinismos biológicos. (SCOTT, 1990, p. 86)

regularizam as relações entre os cônjuges”. Contendo ainda atribuições “procriativa, que garante sua perpetuação” (p. 178), e “educativa, que proporciona à prole condições necessárias à realização pessoal e à participação na vida social, bem como transmite a cultura e os valores de grupos às novas gerações” (p. 178).

Nesse caso, a família nuclear era entendida como um princípio moral alicerçado pela procriação, o que, por associação, transformava-a em uma instituição exclusiva para casais heterossexuais. Ainda que a homossexualidade não fosse explicitamente citada, sabe-se que a concepção da não-reprodutividade paira(va) sobre casais homossexuais, sendo um dos estigmas edificadas para contestar a legitimidade das relações sexo-afetivas dessa comunidade. Essa concepção normativa se tornava, então, um componente-base para o controle da sexualidade e a responsável pela perpetuação de valores e de comportamentos morais. Excluindo-se, assim, outras configurações de família como mãe solo, pais divorciados, ou, simplesmente, casais que não quisessem procriar.

Além disso, não seria equivocado pensar que essa concepção surgisse como uma resposta às modificações histórico-sociais que a sociedade brasileira atravessava. Entre as décadas 1960 e 1970, as relações e identidades de gênero, concebidas como tradicionais, enfrentaram questionamentos, reflexos em processos de relativa modernização de setores da sociedade brasileira como: a entrada das mulheres no mercado de trabalho; a disseminação da pílula anticoncepcional; a influência dos meios de comunicação; e a emergência dos movimentos sociais de contestação, como os feminismos. (DUARTE, 2013, p. 3) Portanto, pode-se avaliar que as discussões presentes no *Manual* tinham o intuito de (re)normalizar os corpos e as emergentes manifestações de metamorfose social, cultural e política. Não sendo, no entanto, a única forma de tentar impedir esse processo.

Na prática, seus intuitos revelavam um aprofundamento de seu aparelho ideológico. Estrategicamente buscava ressonância em um variado número de instituições e expunha uma igual tentativa silenciar mecanismos de combate. Na verdade, o órgão buscava avocar uma visão única e autoritária para a sociedade,

pois não eram apenas as práxis supostamente subversivas que incomodavam a ESG. Para esta instituição, isso justificava a necessidade de implementar um controle robusto sobre as organizações que pudessem propagar ideais antagônicos. Ainda mais aquelas poderiam ter alcance nacional, se tornando impossível, para os militares, ignorar, provavelmente, a maior delas: a mídia.

A comunicação em massa também foi vista um dos fatores da Expressão Psicossocial. No *Manual* (1978), os meios midiáticos “não só influenciam a ordem política, econômica, social e militar em que atuam, como também são influenciados por ela” (p. 175). E para tornar essas premissas mais compatíveis com o seu projeto em curso, os governos militares logo elaboraram mecanismos jurídicos para os controles da mídia e dos direitos individuais. Entre os principais deles para a investigação proposta encontram-se: a *Lei nº 5250*,¹¹ a *Lei de Imprensa* (1967), responsável por regulamentar a difusão de pensamentos nos veículos de mídia; e o *Código de Telecomunicações Brasileiro* (1962),¹² reeditado para servir aos interesses dos militares no poder.

Em de 9 de fevereiro de 1967, a *Lei nº 5250, Lei da Imprensa*, surgia como reguladora da liberdade da manifestação do pensamento e de informação. Após pouco menos de vinte dias, em 28 de fevereiro, entra em vigor o *Decreto-lei nº 236* (1967), que complementava e modificava a *Lei nº 4117* – conhecida como o *Código de Telecomunicações Brasileiro* de 1962. Ambas as leis constituíram novas práticas punitivas e forneceram aos militares instrumentos de regulação e controle dos veículos de comunicação. A partir de então, a *Lei nº 5250* se tornava um dispositivo jurídico para controle do fluxo de informações dentro do Brasil, buscando evitar o afloramento de possíveis antagonismos. Quando se analisa a lei, é possível perceber uma exacerbada preocupação em enquadrar e tipificar crimes para órgãos que “subvertessem” a ordem ou os “bons costumes”. Essas ações eram compreendidas como “abuso” no exercício da liberdade de pensamento.

¹¹ BRASIL. **Lei nº 5250.** 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 15 mar. 2030.

¹² BRASIL. **Decreto-Lei nº 236.** 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-236-28-fevereiro-1967-376046-normaatualizada-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Nesse trilho moralizador, os meios de comunicação ganharam contornos onde mesclavam discursos aparentemente liberais e democráticos com posturas verdadeiramente autoritárias e centralizadoras. Por exemplo, no Art. 1º da Lei destacava que “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos têrmos da lei, pelos abusos que cometer” [sic]. Soando como uma conduta democrática, até que, no §1º afirmava-se: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de *subversão* da ordem política e social” (Grifo nosso). No artigo Art. 2º, definia-se que é “livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, *salvo se clandestinos* (art. 11) ou quando atentem *contra a moral e os bons costumes*” (Grifo nosso); e o Art. 17 corroborava que “ofender a *moral pública e os bons costumes*” era algo passível de pena de “detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região”. Além disso, colocava os órgãos infratores sujeitos à apreensão dos materiais impressos que “ofenderem a *moral pública e os bons costumes*”, essa prevista pelo Art. 61 (Grifos nossos).

Ressalta-se, contudo, que no Brasil não existiu uma única forma de censura nos governos militares, mas sim, duas. Uma refletia-se na censura da imprensa, focada na manutenção dos princípios alegadamente revolucionários dos militares, e direcionava-se ao controle de temáticas propriamente políticas. Essa era feita disfarçadamente através de telefonemas ou bilhetinhos que as redações recebiam. A segunda era herança da tradição de códigos jurídicos, que remontavam os idos de 1945, e focava-se na defesa da moral e dos bons costumes, sendo executada especificamente por censores. (FICO, 2004, p. 37)

A estruturação da censura à imprensa deu-se em três mecanismos distintos: pela presença de um censor na redação do veículo de imprensa; no envio de materiais para análise da polícia federal da publicação, em Delegacias Regionais ou Brasília; e através de ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas ou telefonemas informando temas que não poderiam ser divulgados. (CARVALHO, 2014, p. 84) A presença de um censor no ambiente da redação poderia viabilizar, ou, dificultar os processos de censura, visto que a convivência

poderia descomplicar a dispensa de determinados assuntos. Todavia, quando enviadas para as Delegacias Regionais ou em Brasília, um atraso para sua publicação era possível, tendo em vista a auditoria feitas pelos encarregados até liberação de sua publicação. O uso de bilhetinhos de (des)autorização para publicação, recorrentemente eram escritos à mão, e não possuíam uma indicação de nenhum dirigente responsável. Essa lógica fazia com que muitas das liberações fossem seletivas, onde alguns veículos eram mais acometidos pela censura que outros. (CARVALHO, 2014, p. 85)

Aquele tempo foi, em definitivo, um período complicado para livre circulação de ideias. Pois, como diria Daniel Trevisan Samways (2008, p. 162-163), o conflito social era “potencializado por uma produção ideológica que visa interiorizar nos indivíduos uma forma de comportamento perante o diferente”. O período era reflexo de um acirramento ideológico, marcado pelas disputas políticas em torno dos modos de vida e de pensar. E, ao ter em vista esse processo histórico-social, os militares não se coibiram em mobilizar-se com o intuito de invalidar ideologias dissidentes a suas. (SAMWAYS, 2008, 162-163) A censura tornava apenas um dos reflexos desses instrumentos dos governos militares que se articulavam para minar qualquer tentativa de oposição ideológica, moral ou política. E com o *Lampião da Esquina* não seria diferente.

*

Em agosto de 1978, o jornal *Lampião da Esquina* sofreu um inquérito policial que se baseou na *Lei de Imprensa*. Dois de abril de 1979 foi quando cinco dos editores haviam comparecido à Polícia Federal do Rio de Janeiro. O mesmo tinha acontecido com os editores de São Paulo no segundo semestre. Ambos os grupos estavam lá para responderem um processo instaurado contra o jornal já em sua edição experimental, devido a sua matéria em defesa ao jornalista Celso Curi, que, à época, havia sido demitido do jornal *Última Hora*.

Em seu número zero, *Lampião* apresentaria Celso Curi como “colunista mais lido da Última Hora de São Paulo responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal”. (TREVISAN, 1978, p. 6) O comentarista mantinha uma

coluna chamada *Coluna do Meio*, dirigida ao público homossexual, que, em seu *Correio Elegante*, recebia entre 30 a 40 cartas diárias onde alguns gays direcionavam missivas em busca de encontros. Ao ser interpretado como um atentado a moralidade, Celso Curi perde seu emprego e, já em sua edição experimental, o *Lampião* lançava-se em defesa ao jornalista. O paladino questionava em sua primeira capa: "Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?" (LAMPIÃO, 1978) O posicionamento do mensário o relegou ao desagrado dos militares que instalaram um processo jurídico com o intuito de silenciá-lo. A capa do número zero, utilizada para instruir o processo, revela algumas escolhas políticas do jornal que poderiam ter incomodado os militares. Ela possuía uma foto do próprio Celso Curi, segurando seu cinto com as duas mãos, enquanto mantinha um cigarro em seus lábios. Ele estava vestido com um paletó, posicionado em uma singela postura sensualmente limítrofe. Esta provocação custou alguns meses de pressão sobre o *Lampião*, fazendo seus editores documentarem regularmente informações sobre o ocorrido.



FIGURA 1. Capa da edição experimental do Lampião.
Fonte: **LAMPIÃO**. Rio de Janeiro, edição experimental, n. 0, abr. 1978.

Em sua nona edição, o jornal organizou em um conjunto de matérias dispostas em três páginas na seção *Reportagem*, intitulado *A difícil batalha dos censores contra a realidade*, que continha a opinião de diversos membros do Corpo Editorial e da sociedade civil sobre a temática, reunindo indivíduos do meio artístico – e, até mesmo, de um senador – em um total de vinte e quatro nomes, que expressaram comentários sobre o que viria a ser “moral” e “bons costumes”.

Pois, na visão do Departamento de Censura e Diversões Públicas, eram esses os itens transgredidos pelo jornal. Aguinaldo Silva e Darcy Penteado, membros fundadores do *Lampião*, expressam mais claramente o posicionamento do jornal sobre o processo. Em seu texto *Para o Brasil do ano 2.000. os “bons costumes” do século XIX*, Aguinaldo Silva comenta o seguinte:

Nos últimos dias de dezembro o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunca, concedeu uma entrevista ao Globo, na qual disse que a legislação a ser cumprida pela censura ‘impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que **o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade**’. (...) Não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo – discriminado sexualmente – **para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos de segunda classe**. (SILVA, 1979, p. 5, Grifos nossos)

Darcy Penteado também deu sua opinião sobre o ocorrido, destacando o que considera “mau costume” no texto *Ma che cosa é questa?*:

Esta indagação sobre “moral e bons costumes” decorre de um fato que está acontecendo nos salões da Polícia Federal e do qual LAMPIÃO é o **pivot**. (...) Não existe contra nós nenhum processo formado. É um inquérito policial baseado numa denúncia feita sabe-se lá por quem, mas que deve ser alguém muito complicado para querer encontrar em LAMPIÃO algo que **seja ou pareça imoral**, a menos que se considere imoralidade **defender a ecologia, tentar conscientizar homossexuais do seu papel atuante na sociedade ou reconhecer os direitos das mulheres e dos índios**. (PENTEADO, 1979, p. 6, Grifo do autor)

O *Lampião* continuou a informar seus leitores sobre os desdobramentos do ocorrido durante o ano todo. Na edição nº 13, de junho de 1979, Aguinaldo Silva tece na seção *Esquina*, em *Estamos aqui, plantados, sempre à espera da chamada 'abertura'*, uma crítica ao processo de "abertura" política do Brasil:

(...) porque, **apesar da crescente liberação de temas até há pouco proibidos**, o inquérito contra LAMPIÃO continua a circular pelos canais competentes. Agora mesmo, enviado à Justiça Federal com pedido de baixa, ele retornou ao DPF 'para novas diligências'. Enquanto isso, **o assunto cuja veiculação motivou o inquérito – o homossexualismo – deixou de ser tabu, para se enquadrar entre os mais discutíveis da atualidade.** (SILVA, 1979, p. 2 Grifos nossos)

A matéria ainda criticava a seletividade da perseguição sofrida pelo jornal ao alegar que o tema do "homossexualismo" era livremente abordado em outros veículos de mídia, pois durante três domingos seguidos foi exibido em um programa de televisão em que "pessoas sérias e competentes falaram de homossexualismo concluindo que os homossexuais têm toda razão ao lutar pelo direito de ser o que são, sem que tenham que ser reprimidos por isso". (SILVA, 1979, p. 2)

Desse modo, para os dois fundadores, tratava-se de uma realidade posta e contraposta que os censores não poderiam ignorar. Uma luta legítima para circular, estar e existir em espaços na sociedade. Um apelo para que se quebrassem as hierarquias, horizontalizando as pessoas, sem tornar os homossexuais "cidadãos de segunda classe". Um reconhecimento de que esses sujeitos existiam publicamente, apesar da busca de constantes apagamentos e estigmatizações sociais. Tratava-se de uma guerra aos bodes expiatórios do preconceito, às associações moralistas, mas, sobretudo, uma ode à legitimação dos movimentos sociais. Para esse discurso, a movimentação homossexual tinha tanta legitimidade quanto os movimentos indígenas e feministas. Ao assumir uma identidade intrínseca entre homossexuais, mulheres e índios, o jornal não diluía as diferenças entre eles, mas reconhecia que havia algo comum, algo que suturava e que legitimava a reação às contundentes formas discriminação e exclusão social.

Essa corrente de união reverberou positivamente em um apoio ao jornal durante o período de perseguição da censura, fazendo com que diferentes agrupamentos sociais se mobilizaram em proteção ao mensário. A conjuntura política imposta pela Ditadura Militar, que perseguia qualquer forma de oposição, atiçou novas práticas políticas, fazendo com que até as formas mais tradicionais de organização, como setores partidários, incorporassem diversos debates. Tal aspecto impõe-se na construção, em certo modo, de um ecossistema de solidariedade entre os grupos de homossexuais, das esquerdas, de feministas e de negros (ARAÚJO, 2000, p. 17-19) James Green, pesquisador e historiador, traz pessoalmente sua visão sobre a mobilização pela proteção do paladino jornalístico, expondo a defesa dele, de integrantes de sua organização, a *Convergência Socialista*,¹³ e a de outros agentes sociais. O autor conta que à época pediram:

(...) um posicionamento de outros jornais da 'imprensa alternativa', que em geral eram ligados a grupos de esquerda, e circulamos um abaixo-assinado que os editores de alguns destes jornais, artistas, intelectuais e outras personalidades assinaram. No começo da campanha, os membros do grupo que nunca haviam tido uma atividade política anterior manifestaram receios sobre as possibilidades de se conseguir apoio, e foram surpreendidos com a reação positiva de solicitação de solidariedade. (GREEN, 2014, p. 193)

Naquele ano de 1979, podem ser destacados ainda dois textos da edição nº 15 na seção *Esquina (Pra que tanto medo?)*, um escrito por Aguinaldo Silva e outro escrito por João Silvério Trevisan que apresentam uma nova etapa do processo judicial. Em *De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco*, Silva afirma que uma nova solicitação do delegado responsável pelo IPL 25/78-DOPS, enviada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), pede a entrega da "contabilidade relativa à movimentação do jornal Lampião, munido das respectivas escriturações balancetes relativos aos meses de janeiro a maio de 1979". (SILVA, 1979, p. 5)

¹³ Organização política de orientação socialista trotskysta criada em São Paulo no dia 28 de janeiro de 1978. Foi umas das correntes que atuaram no Partido dos Trabalhadores (PT) de fundação em 1980 até 1992. Em 1994, deixou de existir, pois seus membros passaram a integrar uma nova organização, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). (COUTO, 2020)

O jornal conta que, até então, o Conselho Editorial não tinha certeza do motivo da solicitação. Até que o diretor do DPF, Coronel Moacir Coelho, afirmou que a Polícia Federal tinha o interesse de provar que o mensário “não tinha condições de sobreviver como empresa”. (SILVA, 1979, p. 5) O argumento institucional, material ou econômico claramente escondia e complementava o motivo efetivo do processo: eram as pautas homossexuais e morais que incomodavam, mas, dado a relativa abertura cultural, era necessário criar lenitivos para suprimir as atividades do jornal. E foi sobre este tema que Trevisan publica um texto intitulado *Pintou a solidariedade*, que atesta o apoio que o *Lampião* teve de diferentes colaboradores que se organizaram para arrecadar donativos para o jornal, além de criticar a postura da Polícia Federal. Trevisan comenta:

O que a polícia tem a ver com as finanças do LAMPIÃO é o que não sabemos. Mas o que se depreende daí é uma firme determinação de cercear o jornal por todos os lados, para evitar que continue circulando. Há pouco mais de um mês atrás, a equipe paulista do LAMPIÃO foi interrogada e fichada em São Paulo, como parte do inquérito policial que estamos sofrendo há já um ano. Por que será que incomodamos tanto a certa gente? (TREVISAN, 1979, p. 5, Grifos nossos)

O processo durou por 12 meses e somente em novembro de 1979 que o fim dessa saga foi divulgado na edição de novembro de 1979. A capa do número nº 18 do *Lampião* retrucava “*Povo gay já pode falar?*”, alardeando que a justiça havia arquivado o inquérito. Em *Somos todos inocentes*, na seção *Esquina*, Aguinaldo Silva afirmou que:

Foram doze meses de choro, ranger de dentes e defecções, desde aquele dia, no mês de agosto de 1978, em que chegou uma primeira intimação, em nome de Francisco Bittencourt: tratava-se, como se pode ver – agora que tudo terminou e nós, finalmente, temos acesso ao inquérito – de uma firme determinação do Departamento de Polícia Federal de não apenas fechar o LAMPIÃO, como também punir os responsáveis por ele (...).

Com o arquivamento do inquérito, o que ficou decidido claramente foi o seguinte: a polícia, ao suspeitar de nós, não tinha razão; nós, ao rechaçarmos a acusação, estávamos certos; ao DPF cabe aceitar o conselho dado pelo Procurador em seu parecer: **‘Ademais disso, não retiro de autoridade o dever de**

censurar as publicações nos estritos limites da lei, sujeitando-se, se for acaso, aos abusos que venha a cometer'. É, foi um abuso, sim, este rumoroso caso de perseguição ao LAMPIÃO e seus editores; mas nós nos mantivemos firmes diante dele, e agora tudo terminou. (SILVA, 1979, p. 2, Grifos nossos)

O que parecia o fim de um ciclo para o mensário evidenciava como as estruturas judiciais eram utilizadas para bem ou maldizer perspectivas contrárias. Na verdade, a improcedente "legalidade", em síntese, revelava a superficialidade do processo e expunha a falta de argumentos reais para a perseguição. Ao que tudo indica, a única intenção da polícia era fazer com que o *Lampião* deixasse de funcionar, utilizando-se da *Lei da Imprensa* para atingi-lo. Seu verdadeiro intuito era que o mensário fosse o bode expiatório de toda uma comunidade. O propósito era calar um dos poucos porta-vozes do grupo homossexual. A persistência do *Lampião da Esquina*, nesse caso, torna-se uma luta pela memória dos setores homossexuais e dissidentes na história, transformando-se em um exemplo material do significado de resistir para existir (ou vice-versa).

*

Ainda que se possa considerar que as análises acima se baseiam em uma perspectiva exclusiva apresentada pelo mensário, todavia, o acontecimento que existe é: o jornal explicitamente afirmativo sobre a homossexualidade foi processado com base na *Lei da Imprensa*. Mesmo que não haja acesso ao inquérito instituído, é possível concluir que, aos olhos dos militares, o *Lampião* não estava de acordo com a visão de homossexualidade que esses acreditavam ser a correta. E, dada a seletividade da repressão afirmada pelo jornal, o mensário não correspondia às normas estabelecidas pelos censores do *status quo*.

Todavia, o que se revela é uma narrativa político-jurídica criada pelos militares, manetadora de uma ideia irreal de moralidade, ligada a uma tentativa de dissolução do surgimento de movimentações políticas. No caso do *Lampião*, sua posição sobre o silenciamento do Celso Curi – por ter afinidade e sensibilidade com os seus leitores homoafetivos – foi o pretexto utilizado para um enalço deliberado. O processo de enfrentamento a uma série de códigos

jurídicos e burocráticos coloca o paladino jornalístico em um horizonte de combate à moral vigente. De diferentes maneiras, o *Lampião da Esquina* estava personificando a ideia do que seria um homossexual, expondo-a, colocando-a na rua, ou melhor, nas bancas de revistas. Esse era o incômodo gerado. A plausibilidade desse argumento encontra-se na articulação de parte do aparato repressor dos governos militares para tentar silenciá-lo. O que se conclui é que *Lampião da Esquina* lutou para que a comunidade homossexual fosse livre. E ele daria a sua vida por isso.

Fontes

Jornal Lampião da Esquina:

Edição Experimental: Número zero. Abril de 1978.

Ano I: Do nº 1. 25 de Maio de 1978 ao nº 12. Maio de 1979.

Ano II: Do nº 13. Junho de 1979 ao nº 24. Maio de 1980.

Ano III: Do nº 25. Junho de 1980 ao nº 37. Junho de 1981.

Referências

ANDREU, Oscar Guasch; VERAS, Elias Ferreira; VALENCIA, Maria Fernanda Vásquez. Por uma perspectiva social e política de gênero e sexualidade. **Bagoas**, -, v. 11, n. -, p.39-50, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 118.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1977-1978

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Ai-5**

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. **Código de Telecomunicações Brasileiro**.

BRASIL. Decreto-lei nº 989, de 29 de setembro de 1969. **Lei de Segurança Nacional**.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. **Código de Telecomunicações Brasileiro**.

BRASIL. Lei nº 5250, de 09 de fevereiro de 1967. **Lei de Imprensa**.

CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na Ditadura Militar:: fundamentos e controvérsias. **Revista Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, n. 1, p.79-100, 2014.

COUTO, André. Convergência Socialista. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no Regime Militar. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 27-53.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura: uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p.1-12, jul. 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, [s.l.], v. 2, n. 4, p.831-856, jul. 2009.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, jul. 2004.

GREEN, James N.. O grupo Somos, a esquerda e a resistência a Ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 177-199.

GREEN, James N.; CÉSPEDES, Carlos Manuel de; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**. Brasil: -, 2014.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p.467-493, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINKSY, Carla (Org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha; OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro de. O GOVERNO GEISEL (1974-1979): DISPUTA PELO PODER ENTRE 'DUROS' E 'MODERADOS' E SUA EXPRESSÃO MEMORIALISTA ENTRE OS MILITARES. **Antíteses**, [s.l.], v. 8, n. 15, p.74-100, nov. 2015.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.36-46, 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. História Política e Ditadura Militar. **Revista Territórios e Fronteiras**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.154-166, mar. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 12, n. 2, p.71-99, jul. 1990.

SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. **'...E havia um lampião na esquina'**: Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOBRAL, Thasio Fernandes. **Movimentos homossexuais no jornal Lampion da Esquina (1978-1981)**. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2018. 726 p.

Recebido em: 09.04.2019

Aprovado em: 20.04.2019



LA FICCIONALIDAD EN EL OFICIO HISTÓRICO

Reseña de: JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica. 2016, 348 p.

Fabián Andrés Torres Chacón¹

Estudiante de Doctorado del Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Estadual de Campinas

Ivan Jablonka es un historiador francés que escribió *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales* en el año de 2014. El autor divide su obra en tres grandes partes. En la primera de ella titulada *La gran separación* va a explorar las tensiones que vivió la historia en su relación con la literatura desde sus inicios hasta entrado el siglo XIX con la llegada de la profesionalización del oficio del historiador y su definitiva consolidación en el campo científico. En la segunda parte Jablonka discutirá cuales son las formas y procedimientos del *razonamiento histórico*, partiendo de la pregunta ¿Qué es la historia? Nos va a mostrar cómo la historia ha sido tratada y pensada a lo largo del tiempo y cuál sería el sentido de escribirla en la actualidad. En la tercera y última parte el autor examinará el estado actual del debate de la relación de la literatura y las ciencias sociales y lo necesario que es para estas últimas retomar y revitalizar su aspecto narrativo para tener una mayor difusión e impacto en la sociedad del siglo XXI.

Ivan Jablonka comienza el largo recorrido que hace en su libro sobre la conflictiva relación de la literatura y las ciencias sociales principalmente con la historia, haciendo un análisis de las tres formas iniciales de *escribir la historia* y como

¹ Correo electrónico para contacto: ftorreschacon@gmail.com

desde ahí se comenzaba a vislumbrar las diferencias entre la historiografía y sus *orillas literarias*. Estos tres tipos de historia serían, la *Historia tragedia*, *historia elocuencia*, *Historia Panegírico*. Para el autor desde la antigüedad, la historia se intentó separar de esas tres expresiones literarias las cuales son fáciles de confundir, pero que en realidad son diferentes entre sí, la *Historia tragedia* y sus puestas en escenas con efectos dramáticos, la *Historia elocuencia* preocupada por el estilo y la moral y la *Historia panegírico* que privilegia y da lugar a las diversas pasiones del historiador. Sobre estos tres tipos de géneros *históricos* y *literarios* se comenzará a forjar la conflictiva relación entre la historia y sus efectos narrativos y literarios; serán estos tres géneros los que intentará conjurar la historia-ciencia del siglo XIX.

Entre los siglos XVII e inicios del XIX aparecerá la novela, la cual, según Jablonka, producirá una revolución en el campo historiográfico principalmente con François Rene Chateaubriand y su *Epopéya Histórica* y Walter Scott y la *Novela Histórica*. En el primer caso Jablonka señala que Chateaubriand caminó entre la difusa división de la época de Heródoto, Tucídides y Polibio, como historiadores poetas y oradores. Jablonka resalta que en su obra cumbre *Los mártires* de 1809 Chateaubriand intenta reunir a los grandes hombres de la iglesia en un solo libro, donde a pesar de ser una obra cargada de inverosimilitudes y anacronismos no se puede desconocer la erudición del autor al tener una detallada descripción y dramatización de sus personajes lo que daría la sensación de un pasado vivo y que despertará el interés de los historiadores de la época. La *Historia epopeya* de Chateaubriand será vista como más verdadera y menos ficticia que la propia historia. Por otro lado, para Jablonka, a pesar de que Walter Scott puede ser considerado menos historiador que Chateaubriand, por no ser testigo de su tiempo ni historiador de las revoluciones, tiene la característica no menos importante de apoyarse en una rica y variada documentación como fondo de sus novelas y adaptar los procedimientos de los cronistas medievales franceses.

Jablonka concluye que el aporte del género de la epopeya realizado por Chateaubriand, y de la novela histórica de Walter Scott provocará una revolución en el campo historiográfico en varias direcciones. Una de ellas es respecto a los objetos

y temas escogidos, otra serán los nuevos problemas que se plantearán los historiadores de la época, y por último el campo de investigación y la demostración. En suma, tanto la epopeya como la novela histórica le brindaran a la historia insumos literarios para que poco a poco vaya adquiriendo un determinado grado de cientificidad.

La fama y boom de la novela histórica producirá a inicios del XIX el nacimiento de los nuevos *escritores historiadores e historiadores escritores*, y este proceso llevará a que tanto historiadores como escritores se disputen el campo de la verdad y la creación. El historiador además de la verdad también reclamará para sí su posibilidad de crear y de darle vida a los sujetos por medio de sus relatos. Sin embargo, este tipo de historia-ciencia de la era romántica la cual no definiría su frontera con la creación y el relato literario, terminará por rechazar el tipo de historia realizada en este contexto, al considerarla demasiado lírica, narrativa y partidista, lo que conllevaría que a partir de la segunda mitad del XIX se estableciera una nueva línea divisoria entre historiadores y poetas.

El surgimiento de la historia ciencia tendrá lugar en el siglo XIX. Para Jablonka el impulso de este nuevo cientificismo histórico estará influenciado por la creación de revistas de divulgación científico-histórica. Los pilares sobre los que descansará la historia ciencia de finales del XIX serán el ideal de objetividad, la fuente documental y el medio profesional. La premisa de esta nueva era del quehacer histórico será que "el historiador estudia hechos" cuyo trabajo se basará en el proceder científico. Este tipo de historiador además no aconsejará ni hará especulaciones, solo se limitará a decir lo que "realmente sucedió"; en base a ello, el historiador hará uso de un acervo de fuentes que estará compuestos de archivos, monedas y vestigios los cuales analizará con ayuda de algunas "ciencias auxiliares" como la numismática, paleografía y la epigrafía entre otras. Es así como finalmente la historia ya no estará bajo la sombra ni dominio de nada, se volverá una profesión y una disciplina científica autónoma, preocupada por sus métodos y por enunciar discursos de verdad respaldados científicamente.

De esta forma, al interior de la práctica historiográfica con ayuda de la erudición alemana bajo el modelo rankeano y la institucionalización de la disciplina en Francia, nace el modo objetivo de la historia. Este modo objetivo o cientificismo estará compuesto de cuatro elementos que se volverán regla al interior de todo el que pretenda hacer historia de forma "científica". El primero de ellos, la *imparcialidad del sabio* o sea no es más que el ideal de objetividad y serenidad por parte del investigador el cual tiene que estar librado y desposeído de todo tipo de pasiones y tomar la distancia que sea necesaria para generar la imparcialidad exigida frente a sus objetos de investigación. En segundo lugar, tenemos la *expulsión del yo*, donde el punto de vista de quien habla y produce el discurso histórico tiene que ser anulado; la práctica histórica tendría que limitar lo máximo posible la mediación humana para asegurar el mayor rigor científico posible. En tercer lugar tenemos el *punto de vista universal* que es sino el distanciamiento que deberá tener todo historiador para tener una visión panorámica y general de todo; el historiador sería un ser omnipresente que estará presente en todos los lugares, requisito exigido por el tipo de historia metódica. Por último, tenemos el *sueño de la transparencia*. Según expone Jablonka dicho sueño de transparencia sería la convicción que tendrá el historiador metódico de tener un acceso directo a los hechos, de revivir y asistir al pasado en el presente de forma limpia y objetiva sin intermediaciones ni deformaciones.

Finalmente, según dice Jablonka, la historia, la historia literaria y la sociología como campos disciplinares y que se profesionalizan a fines del XIX quedan presos al interior de la nación y de las facultades universitarias. Estos nuevos campos científicos tendrán que oponerse de forma tajante a la creación e "imaginación" literaria, cuyo distanciamiento será el precio que tendrá que pagar la historia para entrar al templo del saber y ganar prestigio y reconocimiento científico, por ende, es así que la *historia-ciencia* se opone a la *literatura-arte*.

Como consecuencia de esta nueva dicotomía y división entre la historia metódica-científica y el mero relato literario, nace según Jablonka el *No-Texto* en el oficio del historiador. Esta nueva forma de escribir y concebir la escritura de la

historia tendrá la copiosa necesidad de deshacerse de todos los “microbios literarios”. En este aspecto la crítica de Jablonka va hacia que debido al desprecio de los metódicos por el estilo y la literariedad y por sus constantes elogios hacia lo neutro y el contenido, se olvidaron de que la historia también representa una forma y una narratividad. Esa obsesión por expulsar lo literario al interior del relato histórico fue el precio que tuvo pagar la historia por salir del área de las bellas letras e ingresar al mundo de la ciencia. Esto último llevaría a que el conocimiento histórico se produjera en una especie de *No-texto*. En este sentido el historiador se libraría y “purgaría” a la historia del compromiso del *yo* como investigador y de la compleja puesta en escena de la intriga histórica. El placer del lector fue sacrificado en pro de la autonomía institucional e intelectual.

El hilo conductor de Jablonka nos lleva a la transición de la disciplina histórica entre los siglos XIX y XX a lo que él llama *el retorno de lo reprimido literario*. Pasando por el marxismo inglés, la cliometría norteamericana y la tradición de los *Annales* en Francia y ante el agotamiento de estos modelos que también era fieles portadores de la llamada historia-ciencia. Este tipo de práctica historiográfica será interrumpida por el retorno del relato y la importancia del poder narrativo. Esto llevará a que el historiador de la época redescubra nuevos territorios fértiles para el análisis e investigación histórica como la biografía, el sexo, las mentalidades, el amor, lo íntimo, las emociones y la familia. Más exactamente Jablonka enmarca este nuevo punto de inflexión en el oficio histórico hacia el año de 1980 con los trabajos de historiadores como Georges Duby, Natalie Zemon Davis y Robert Darton.

El retorno o *escándalo de lo narrativista* en las décadas finales del siglo XX trajo de nuevo al centro del debate la vieja dicotomía entre lo científico y lo literario. El arte de contar volverá a expresarse de forma paralela al desprestigio que sufrirá la historia estadística y demográfica de las grandes series económicas, vuelve a tomar importancia la descripción y la fuerza del relato por encima del análisis. Es así como vuelven a florecer las tensiones entre el poder narrativo de la historia y su nivel de científicidad. Para ejemplificar ese contexto Jablonka cita historiadores que intentaron mediar en este nuevo fuego cruzado, entre ellos cita la obra de Paul

Ricoeur para quien el conocimiento histórico procederá de la comprensión narrativa, y la competencia y capacidad que tiene el historiador para contar y poder explicar los procesos históricos; sin embargo, para esta nueva generación de historiadores, la reivindicación del carácter narrativo de la historia no tendrá nada que ver con una defensa del tipo historia-relato tradicional de la antigüedad.

Ahora bien, para Jablonka a partir ahí se llega a la conclusión de que efectivamente la historia sí se escribe y que la construcción narrativa como la conducción del relato hacen parte del conocimiento histórico. El problema de estas nuevas tendencias es que son contemporáneas al famoso *Lingüístico turn* una corriente que consideraba a la historia nada más que una mera construcción discursiva. Uno de sus máximos exponentes será el célebre Hayden White quien reducirá el conocimiento histórico a un simple relato literario, incapacitado de decir algo verdadero; en ese sentido a la historia le será negada su capacidad de emitir enunciados de verdad científicamente probados, para ahora ser parte de la clásica concepción de ficción. La historia en su condición de artefacto literario solo producirá discursos *ficcionales*. Ante esto, Jablonka resalta que la saga de los narrativistas como Certeau y Ricoeur a pesar de volver a revivir la importancia de la capacidad narrativa de la historia no cayeron en el extremismo de ese relativismo escéptico de White.

La tendencia del *Lingüístico turn* obligará a los historiadores incluso a los que habían defendido el poder narrativo de la historia, a posicionarse en contra de la literatura. Es así como esta nueva tendencia fue vista como un peligro y por lo mismo el gremio de los historiadores comenzaron a combatirla, entre ellos tendríamos a Arnaldo Momigliano, Carlo Ginzburg y Roger Chartier, quienes pondrían el énfasis en que el historiador tendría como misión y objetivo principal la búsqueda de la verdad, un saber que sería verificable por medio de las diversas fuentes sobre las cuales el historiador produce sus enunciados.

El autor concluye esta primera parte explicando que la historia se ha automutilado al expulsar de sí a la literatura, convirtiéndose en una *no-escritura* en un *no-texto*. Eso solo ha provocado que la historia pierda una herramienta que haga

comprensible la producción de su conocimiento, pues la literatura es la "musa" que la aporta a la historia la emoción, la sensibilidad y la intuición. Jablonka propone que para poder afrontar este problema es necesario hacer flexible o apartarse por completo de la división disciplinar que coloca en lugares diferente al historiador, al escritor y al literato, para ello es necesario buscar los fundamentos y razones que hacen de la historia una ciencia social y cuál es la base de su razonamiento, tema central en la segunda parte de su libro.

En la segunda parte del libro en cuestión, Ivan Jablonka buscará responder al cuestionamiento sobre qué es la historia y cuál sería su razonamiento histórico, dando pistas y arrojando luz sobre porque la historia no puede separarse de la literatura así como no puede dejar de reconocer su estatus de ciencia. Para el autor, la historia no solo cuenta lo real sino que además lo explica, busca que ese enunciado real sea comprensible. No basta solo con presentar lo real dada su insignificación, hay que volverlo algo verdadero por medio de una determinada operación intelectual que le dé inteligibilidad, esa es la tarea de las ciencias sociales emitir enunciados de verdad.

Pero en sí ¿cuál es el papel, o razón de ser de la historia? Jablonka comienza a responder esta pregunta explicando las varias acepciones que han sido dadas a la historia a lo largo del tiempo; una narración de cosas continuas y verdaderas, grandes y públicas, lo que sucedió entre los hombres, el relato de los hechos tomados por verdaderos, la realidad pasada, los asuntos humanos del pasado, la ciencia de las sociedades humanas, la "ciencia" de los hombres en el tiempo. A todo este grupo de definiciones Jablonka propone una nueva, la cual entiende a la historia como una ciencia social que *intenta comprender los que hacen los hombres*. Esta nueva definición argumenta Jablonka será de naturaleza interdisciplinar y trae nuevas implicaciones a saber: 1- un método para comprender, 2- un proceder más que un contenido, 3- una ética capabilista.

Esta nueva definición de la historia junto con las implicancias que ella misma produce, tendrá como objeto de estudio la humanidad en general, por lo tanto el hombre será el punto de partida y de llegada del conocimiento histórico. La historia

como disciplina engloba una serie de operaciones intelectuales que trata de comprender y explicar lo que los hombres hacen de verdad. Todo esto será movilizadado a través del razonamiento histórico el cual deberá adoptar los instrumentos necesarios para comprender a los hombres, dicho razonamiento deberá ser divididamente examinado, probado, comprendido, explicado, vinculado y comparado.

Finalmente, Jablonka concluye su reflexión sobre lo que para él debería ser la práctica histórica diciendo que la historia es, al *tratar de comprender lo que hacen los hombres* una ciencia social, un instrumento de comprensión - explicación y discurso con método, que le introduce inteligibilidad a la vida de los hombres, el historiador a partir de las huellas del pasado tiene la tarea no solo de relatar el pasado sino también de organizarlo y hacerlo comprensible por medio de un razonamiento histórico el cual tendrá que pasar por unas operaciones de verificación.

Las operaciones de *veridicción*² o verificación serán el sustento del razonamiento que deben tener todas las ciencias sociales, estas serían: *distanciamiento, investigación, comparación, formulación y refutación*, gracias a estos elementos será posible garantizar que las ciencias sociales no hablen solo de lo real sino que emitan enunciados y discursos verdaderos, para ello la historia tendrá que tratar con determinadas *ficciones de método*.

Para reflexionar acerca de las *ficciones del método*, Jablonka recurre en un primer momento a hablar un poco sobre cómo ha sido tratada la ficción en el mundo de las letras y la ciencia y sobre cuál ha sido su estatus al interior de la construcción del conocimiento, siendo relacionada a lo no real a la mentira y posteriormente a la imaginación. Para el autor, la ficción no puede ser determinada entre si es verdadera o falsa, está no haría parte ni de la verdad o la falsedad, simplemente pertenece a otra forma de acercarse al mundo, lo único real de la ficción sería ella misma. De esa

² Término escogido por el autor en el libro.

forma, concluye Jablonka, la ficción puede ser adoptada como herramienta cognitiva que ayuda a construir un saber sobre el mundo.

Pero ¿cómo encajan las ficciones del método al interior de la construcción del conocimiento histórico? Para Jablonka dichas ficciones de método, en cuanto hacen parte de la imaginación del historiador, sirven para encontrar las fuentes, construir teorías, establecer una secuencia de hechos, entre otras cosas. Sin embargo, estas ficciones de método van más allá de la simple imaginación, ellas cumplen una función más conceptual que se diferencia de la ficción novelesca, porque a diferencia de esta última las ficciones en la historia estarán comandadas por un razonamiento. Bajo esta premisa, las ficciones deberán cumplir cuatro funciones conceptuales para la práctica histórica, *extrañamiento*, *plausibilidad*, *conceptualización* y *procedimiento narrativo*.

Sobre el *extrañamiento*, Jablonka nos dice que es necesario para el historiador descomponer la evidencia histórica, reconocer que no tiene nada de evidente, despojarse de lo que nos parezca familiar, es necesario crear un ambiente de extrañeza ante el objeto de estudio. Sobre la *plausibilidad* dice que debe ser usada para llenar los vacíos que nos dejan las fuentes, esclarecer las situaciones en que dichas fuentes no nos dicen nada; la *plausibilidad* nos permitirá identificar las posibilidades más sólidas, las hipótesis que mejor han resistido a las incógnitas y lagunas de la investigación. En definitiva, el historiador no solo dice lo que sucedió sino lo que pudo suceder y lo que probablemente sucedió. La *conceptualización* o las teorías y conceptos serían un tipo de *ficciones de método* por el simple hecho de alejarse de la realidad y crear conceptos y teorías sobre dicha realidad precisamente para poder aprehenderla y explicarla. Para dicho efecto el historiador se valdrá de metáforas o algunos anacronismos que deben ser debidamente controlados para poder traducir una realidad distante a los más diversos lectores del presente.

Por último, tenemos los *procedimientos narrativos*. Dichos procedimientos representarían un tipo de ficción en cuanto usan el presente para hacer una personificación del pasado, trae el pasado al presente del lector. Esto se hará por

medio de una narración que usará diversos símbolos los cuales encapsularan un fenómeno, un periodo y un acontecimiento en un objeto o un individuo específico considerados representativos. Colocar estos fenómenos al interior de un relato provoca un efecto de dramatización de la historia; es así como la historia a lo largo del tiempo adoptó diversos caminos narrativos como el romance, la comedia o la sátira. En suma, establecer los hechos, acercarlos, entrelazarlos o conectarlos hace parte de un método de ficción narrativo para hacer comprensible el discurso histórico.

Jablonka concluye su exposición sobre los métodos de ficción manifestando que estos son indispensables para la producción de conocimientos, los cuales sirven para formular preguntas, plantear hipótesis, movilizar conceptos y teorías, así como transmitir un saber. Para el autor, la historia necesita de los métodos de ficción, pues esta es ante todo una manera de pensar, una aventura intelectual la cual necesita de forma inevitable una imaginación y audacia narrativa. Sin embargo, no todas las ficciones son útiles para la historia, la ficción histórica y de las ciencias sociales se diferencian porque son un tipo de ficción captada por un razonamiento con la capacidad producir enunciados de verdad de forma más viva y entendible. Por lo mismo, para Jablonka, es un error negar la ficcionalidad metodológica que puede adoptar la historia y las ciencias sociales en general.

La tercera y última parte de la obra de Jablonka tendrá como objetivo colocar de nuevo en el centro del debate la importancia que tiene la literatura en la construcción del conocimiento, de la historia y las ciencias sociales. Para dicho propósito hace un balance de cómo han sido definida históricamente la ficción y la no ficción, los relatos ficcionales y los no ficcionales. En otras palabras, el autor conducirá su reflexión hacia el problema de dividir la historia y la literatura entre relato factico y ficcional respectivamente.

Sobre la ficción aclara Jablonka que le han sido dadas características privativas, que en realidad también podrían ser parte de la narración histórica, como la multiplicidad de voces al interior del relato, así como el recurrir a diálogos y descripciones y escenas de varias temporalidades a la vez. Para el primer caso se

colocan los ejemplos de los diversos autores que puede citar el historiador en sus escritos, las notas al pie y las citas textuales serían parte de esas otras voces, esos otros narradores a los que el historiador da lugar en su texto. En el segundo caso Jablonka nos dice que el historiador a veces tiene que recurrir a la alternancia de temporalidades, acercar pasados, distanciarlos, acelerar el tiempo o hacerlo más corto dependiendo de su necesidad.

Por otro lado, también afirma el autor, tampoco se puede reducir el texto histórico y de las ciencias sociales a un simple relato factico pues este solamente cumpliría una función informativa y descriptiva algo que escapa por completo a la investigación en ciencias sociales, pues esta es activada por un razonamiento y un proceso cognitivo. La historia no solo presenta hechos, sino que intenta comprenderlos, explicarlos, buscarles una causalidad mediante la formulación de un problema y de una serie de hipótesis. En otras palabras, el texto factico es transformado en un razonamiento histórico por medio de las ficciones de método. Otro de los conceptos que discutirá Jablonka además del de ficción y *texto factico* será propiamente el de literatura.

Para el autor la literatura ha estado en oposición a las ciencias sociales por considerárselas incompatibles, la literatura ha estado asociada a la creación y las ciencias sociales no. Sin embargo, Jablonka defiende la posición sobre que sí existe un alto grado de compatibilidad entre la literatura y las ciencias sociales. Para él es necesario evitar o contrarrestar la premisa de que la literatura solo pertenece al campo de la ficcionalidad, y se debe por lo mismo acercarla al campo de la historia pensando en que ambas deben producir una emoción en el investigador y el lector, además de que ambas deben tener en común un razonamiento histórico que obedece a un método y que tiene como resultado la construcción de una narración, una composición de hechos o como el mismo Jablonka cita la elaboración de una *intriga*, un concepto que toma prestado de Paulo Ricoeur a lo largo de su texto.

Para Jablonka, el historiador al igual que el literato también tiene que crear, inventar, imaginar, combinar los hechos, periodos o procesos históricos en cadenas explicativas. La historia es una posibilidad de experimentación literaria, un texto que

a la vez puede ser íntegramente literatura e íntegramente ciencias sociales, que construya su razonamiento histórico aportando unas pruebas de verificación a través de un relato, movilizado por un cierto grado de narratividad. En otras palabras, la historia sería una literatura bajo coacción, regida por un estilo y sometida a determinadas reglas que la legitimen como un discurso verdadero por medio de un *texto-investigación* donde se cuente el camino de las investigaciones, se reconozca el punto de vista y lugar de enunciación del historiador o cientista social, donde se reconozca que las ficciones de método adoptadas no hacen menos científico el oficio histórico.

La obra de Ivan Jablonka trata de un espinoso problema en el seno de los historiadores y de los científicos sociales en general, como lo es su tensa relación con la literatura a lo largo del tiempo. Desde mi punto de vista, la obra de Jablonka es un libro bastante pertinente y de lectura obligatoria para quienes se preocupan por las formas narrativas y discursivas en que deben ser concebidas y elaboradas las producciones científicas de la disciplina histórica y de las ciencias sociales.

El autor francés hace un extenso recorrido de como la búsqueda desesperada por una rigurosidad y legitimidad científica llevó a que la ciencia histórica y demás ciencias sociales se apartaran y opusieran de la literatura y su supuesta *ficcionalidad*. En ese sentido, los historiadores y científicos sociales habrían olvidado a sus lectores al no llevar en cuenta el poder narrativo que podrían tener sus producciones intelectuales.

Por ello, creo que el libro de Ivan Jablonka tiene que ser una referencia de primera mano para todos aquellos intelectuales que estén preocupados en el alcance que puedan y deban tener sus obras por medio de la creación de un *texto-investigación* para usar un concepto del propio autor, en donde se reconozcan el punto del vista del investigador y las necesidades que este tiene de poder crear, imaginar y construir una narrativa que no dejaría de estar sometida a unas determinadas reglas de verificación científica, pero que pese a ello no deja de reconocer las ficciones de método a las que tienen que acudir.

Sin más, tengo que reconocer que esta obra que acaba de ser reseñada merece estar presente en todas las investigaciones que pretendan como bien dice Jablonka rehabilitar al lector de las ciencias sociales, donde dichas producciones intelectuales encuentren en su poder narrativo la forma de romper los muros del mundo académico y que tengan una amplia y mayor circulación e impacto social.

Recibido em: 13.07.2019

Aprovado em: 27.07.2019

UM PANORAMA DO ESTADO ATUAL DAS PESQUISAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA A PARTIR DA OBRA “LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ENTRE POLÍTICAS E NARRATIVAS”

Resenha de ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. 288 p.

Rafael Fiedoruk Quinzani¹

Universidade Federal de Santa Maria

José Iran Ribeiro²

Universidade Federal de Santa Maria

O livro didático de História é um material complexo, com muitos vieses possíveis para sua análise. De livros didáticos que, no período militar, precisavam corresponder a um determinado eixo ideológico, e que, por vezes, veiculavam preconceitos e erros históricos, passamos a dispor de livros de perspectivas diversas e com qualidade considerável. Porém, na conjuntura atual, os livros didáticos não se encontram livres de problemas. Nesse sentido, Helenice Rocha, coordenadora do projeto de pesquisa “Narrativas nos livros didáticos de história: diálogos e tensões” convida especialistas consagrados em suas áreas para refletir sobre a situação atual das pesquisas sobre o livro didático, tanto nas questões sobre as políticas públicas que o circundam, bem como sobre as narrativas que estão presentes neste material, para que, através dos resultados da pesquisa que efetuariam e das suas experiências enquanto pesquisadores do tema, formassem a obra que analisaremos.

¹ Graduando do curso de História- Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisa temas ligados ao Ensino de História, especialmente sobre Livros Didáticos de História.

² José Iran Ribeiro é professor do Departamento de Metodologia do Ensino. É licenciado em História (UFES), Mestre em História (PUCRS) e Doutor em História Social (UFRJ)

Como afirma Flávia Eloísa Caimi, na obra analisada:

(..) a ampliação e a diversificação das pesquisas acerca do livro didático e do PNLD são importantes estratégias para que lancemos luz sobre temas e problemas relevantes da história escolar e das políticas educacionais públicas, que contribuem tanto para identificar as conquistas já efetivadas quanto para mapear as limitações e fragilidades que nos impedem de promover as necessárias e desejadas mudanças nos modos de ensinar e aprender história. (CAIMI, 2017. p. 51)

Neste sentido, o livro é uma importante contribuição para perceber o panorama atual das discussões acerca de Livros Didáticos de História, além de ser bastante proveitoso ao apontar os novos desafios na pesquisa, seleção ou produção deste material.

Além da apresentação e introdução, a obra conta com 13 capítulos e finaliza com a seção *Sobre os Autores*, a qual traz algumas informações básicas dos escritores da obra. Os 13 capítulos estão divididos em duas partes. A primeira parte, com seis capítulos, aborda as *Políticas públicas para o livro didático de história*. Nesse sentido, é abordado o PNLD 2011, mas também há um olhar retrospectivo para alguns momentos marcantes das políticas públicas sobre os livros escolares. A segunda parte, com sete capítulos ao todo, analisa as *Narrativas nos livros didáticos de história*, havendo reflexões sobre: Grécia Antiga; Medieval; Colonização portuguesa; Abolição da Escravidão; Proclamação da República; Ditadura Militar; e História do Rio de Janeiro.

Na apresentação, há a descrição do projeto que gerou reflexões para este material. Destaca-se que, no projeto, que contou com diversas colaborações e com o apoio de bolsas de pesquisa, foram analisadas 15 das 16 coleções didáticas do PNLD 2011, destinado aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Na *introdução – Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis*, Helenice Rocha retoma a especificidade do saber escolar e retoma aspectos básicos da trajetória do Livro Didático de História, bem como dimensiona algumas das questões que serão abordadas no livro.

Para o *Capítulo 1 - O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos*, Flávia Eloísa Caimi inicia retomando

alguns aspectos gerais sobre o tema do livro didático de História anteriormente ao PNLD, apontando que tanto sua o material como a visão sobre o material tiveram mudanças importantes. O livro didático, até há algumas décadas, era tido como simples aporte de determinado conteúdo, ignorando-se outros aspectos diversos sobre ele. A partir de meados de 1990, principalmente, novas perspectivas, como a análise do livro enquanto parte de um mercado, dão novas interpretações a este material. Retoma, também, o processo de instituição do PNLD e de seu processo de seleção prévia. O capítulo estuda, principalmente, como o PNLD tem influído sobre as características do Livro Didático. A autora mostra que diversos aspectos do material sofreram modificações positivas, ao mesmo tempo em que aponta as lacunas e limitações que ainda permanecem.

No que diz respeito ao *Capítulo 2 – Uma profissional de história em gestão de política pública: como a memória construiu minha experiência no PNLD de 2004 a 2015*, Margarida Maria Dias de Oliveira relata sua experiência na participação do PNLD. A autora, participando como coordenadora da área de História do PNLD, teve compreensão de diversos aspectos e problemas enfrentados no programa, contribuindo com um relato bastante detalhado do funcionamento do processo de avaliação prévia do PNLD. A autora alerta para a busca de avaliações dos livros muito detalhadas, já que, dessa forma, corre-se o risco de estabelecer um padrão único de livro didático. Ao contrário de uma avaliação demasiadamente rígida, pode-se pensar, assim, que é necessário espaço para a inovação, com propostas que não se limitem ao modelo estabelecido de livro.

No *Capítulo 3 – O PNLD de história: momentos iniciais*, Holien Gonçalves Bezerra estabelece três momentos de compreensão das políticas públicas sobre livros didáticos: de Vargas à Ditadura Militar Brasileira; de 1985 à criação do sistema de avaliações prévias; e do sistema de avaliações prévias para os dias atuais. Com a abertura do PNLD a quaisquer livros didáticos, diversos livros problemáticos estavam sendo adquiridos pelo programa. Assim, adota-se um sistema de avaliações prévias. Este sistema de avaliações, porém, ocorre aos poucos: nos primeiros anos, os livros tinham de atender a apenas alguns

critérios, que vão sendo aprimorados e intensificados ao longo das edições. No capítulo, os critérios das edições iniciais do programa e alguns desafios enfrentados são retomados pela autora.

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano aponta para mudanças no sistema editorial com o *Capítulo 4 – Política e economia do mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional*. A consolidação do mercado didático no Brasil tem sido acompanhada da aquisição de algumas das principais editoras brasileiras por editoras espanholas e americanas. As empresas espanholas e americanas estabelecem forte pressão, inclusive econômica, para que o Brasil participe de processos de avaliação internacionais e se submeta aos parâmetros de ensino exigidos para estes processos, sugerindo novos desafios ao campo educacional.

Marcelo Soares Pereira da Silva, no *Capítulo 5 – O livro didático como política pública: perspectivas históricas*, faz uma retrospectiva legal das políticas públicas sobre livros didáticos. Reflete, nesse sentido, como a Constituição e outras leis diversas abordam e delimitam as possibilidades deste material. Faz uma retomada dos principais órgãos governamentais responsáveis sobre a seleção, produção, aquisição ou distribuição de materiais didáticos. Longe de ser inúteis os marcos legais ou burocráticos são importantes, por exemplo, no estabelecimento de verbas orçamentárias destinadas ao Livro Didático, para evitar que futuras edições do PNLD não ocorram por falta de verbas.

Com o *Capítulo 6 – A campanha do livro didático e manuais de ensino e as avaliações dos manuais escolares de história*, Juliane Filgueiras nos convida a refletir sobre a Caldeme (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino), referente à década de 1950, especialmente a análise de livros didáticos efetuada por Guy de Holanda, o qual “considera o trabalho da CNLD responsável por engessar a criatividade dos autores e editores dos manuais, ao mantê-los presos a um tipo padronizado de livro didático”. (FILGUEIRAS, 2017, p. 142) A Comissão Nacional do Livro Didático selecionava os livros didáticos com critérios bastante específicos, o que não é algo necessariamente positivo para Guy de Holanda. Assim, embora do passado, o tema pode proporcionar reflexões questão bastante atuais.

O *Capítulo 7 – Para além do atenocentrismo: um desafio para a história ensinada*, de Regina Bustamante, reflete sobre como os livros didáticos abordam a Grécia Antiga. Devido a fatores como a profusão de fontes e pesquisas sobre Atenas, ela constata que se consolidou nos materiais didáticos um “atenocentrismo”. Não somente foca-se em Atenas, mais que isso, os livros a estabelecem como exemplo de pólis. Atenas se torna, assim, uma exceção tratada como regra. No enfoque da democracia dos cidadãos, abandona-se o protagonismo de agentes diversos, como os escravos. A autora atesta pouco espaço para a dúvida construtiva, numa sociedade que dificilmente pode ser generalizada.

Problemática semelhante também é abordada no que concerne ao *Capítulo 8 - A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história*, Nilton Mullet Pereira aponta os limites de uma História Total que se proponha para a Idade Média. De acordo com o autor, o período é tratado, nos livros didáticos, de forma generalizada, e não são possibilitadas críticas aos estereótipos medievais. Ainda se propõe, assim, uma sociedade sem mobilidade, sem desvios, ou seja, uma sociedade dos que “oram”, “trabalham” ou “guerreiam”. O autor percebe, assim, uma proximidade das abordagens que se aproxima mais da “medievalidade” (os clichês e preconceitos sobre o Medievo) do que da medievalística (a pesquisa e conceitos que têm sido criados atualmente sobre o tema). Sugere, também, que praticamente não há espaço para as “residualidades medievais”, ou seja, aspectos do passado medieval que se encontram presentes na sociedade.

Quanto ao *Capítulo 9 – Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de história*, Mauro Cezar Coelho atesta que os enredos sobre a colonização ainda se baseiam unicamente nas ações portuguesas. Perpetuam-se, assim, concepções já superadas na historiografia. Coelho entende que os livros didáticos de história não permitem o “raciocínio histórico”, para o que cita três motivos: não permitem a compreensão dos processos históricos como resultantes de uma interação social; não engendram a percepção das ações sociais no tempo, em especial de indígenas e negros; e não viabilizam a crítica à memória.

O *Capítulo 10 – Negra é a raiz da liberdade. Narrativas sobre a abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de história*, escrito por Mônica Lima, destaca que os livros didáticos de história tratam o negro somente como escravo. Até a abolição, a narrativa não destaca os negros em suas culturas diversas e enquanto agentes sociais em formas múltiplas. No processo de conquista das leis e na abolição, não se destaca o protagonismo destes atores sociais em sua conquista. Após a abolição, não costumam ser abordadas questões relacionadas aos negros nos livros didáticos, como se estivesse “diluído” na sociedade que se tornava homogênea. Mônica lembra, nesse sentido, que as diversas relações de trabalho continuam sendo marcadas por divisões étnicas, que merecem reflexão.

Com o *Capítulo 11 – A Proclamação da República em três tempos*, Marcelo de Souza Magalhães e Rebeca Contijo defendem que a narrativa processual da República não tem sido satisfatória. Os autores analisam livros didáticos de três diferentes momentos: início da República, década de 1940 e atualmente, percebendo uma crescente abordagem processual, em detrimento do momento do Golpe Republicano. Porém, com isso, gera-se o entendimento de que a República estava determinada. Na maioria dos livros, Deodoro da Fonseca é tido como um republicano, ao invés de ser destacado que foi concebido pelos setores golpistas. Os outros atores são colocados em papéis secundários.

O *Capítulo 12 – A ditadura militar nas narrativas didáticas*, Helenice Rocha se dedica às discontinuidades presentes na historiografia sobre o regime político resultante do golpe de 1964. Rocha percebe há um desequilíbrio entre a sociedade no governo de Jango, colocada como dividida ideologicamente; a sociedade até o fim da década de 1970, onde não são destacados apoiadores ou coniventes com a ditadura; e a sociedade pós-golpe, onde, além de não ser destacado o apoio de grupos sociais aos militares, dá-se a ideia de que a luta pelo fim da ditadura foi um projeto de toda a sociedade. Porém, Rocha destaca que o livro didático continua sendo importante material para o processo de ensino, na sua complexa tarefa social de síntese histórica.

A segunda parte é encerrada com o *Capítulo 13 – Os tempos de uma obra escolar. O estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte*, com a autoria de Rui Aniceto Nascimento Fernandes. No capítulo, é analisada uma obra que se queria escolar de 1920 a 1940, percebendo como a conjuntura e os interesses se modificavam e deram novo significado ao material didático. A obra ajuda a refletir, nessa mudança de conjunturas, sobre os aspectos que levaram determinadas obras a ganhar espaço, em detrimento de outras, tornando-as relegadas.

Na leitura do *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*, concluímos que o ensino de história avançou em diversos aspectos, mas enfrenta novos desafios. Para tanto, é importante refletir quais critérios usamos para permitir, ou não, que determinado livro seja adquirido pelo Estado. Para pensarmos a produção do livro e os critérios de seleção, é importante perceber quais narrativas históricas têm sido construídas atualmente. Neste sentido, passados vinte anos de seleção dos livros didáticos, conseguimos livros que transmitem informações variadas acerca do passado. A quantidade de equívocos nas informações e preconceitos transmitidos pelos livros foi reduzido consideravelmente, mas os recortes das informações presentes, ou não, em um livro, podem trazer sérias problemáticas. Dentre elas, alguns autores trazem destaque para os problemas de uma história que generalize determinados temas. Aponta-se a necessidade de narrativas múltiplas sobre o passado, que apontem diferentes personagens e percepções sociais. O livro é um trabalho de profundez historiográfica e de pertinência social. Trata-se de importante contribuição ao Ensino de História, servindo a docentes, discentes e quaisquer interessados nos temas discutidos no texto.

Referências

CAIMI, F. E. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

FILGUEIRAS, J. A campanha do livro didático e manuais de ensino e as avaliações dos manuais escolares de história. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.;

MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Recebido em: 30.07.2019

Aprovado em: 23.08.2019

NOVAS REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA COLONIAL

Resenha de: BICALHO¹, Maria Fernanda; ASSIS², Virgínia Maria Almoêdo de; MELLO³, Isabele de Matos Pereira de (orgs). **Justiça no Brasil Colonial – Agentes e Práticas**. São Paulo: Alameda, 2017, 358p.

Rafaela Cecconi Pantaleão Amorim⁴
Universidade Federal da Bahia

Justiça no Brasil Colonial: Agentes e práticas é um livro lançado em 2017 pela editora Alameda com a organização de Maria Fernanda Bicalho, Virgínia Maria Almoêdo Assis e Isabele de Matos Pereira de Mello. A obra contém treze capítulos, cada um deles assinado por um autor diferente – todos eles pesquisadores(as) de temas relacionados à justiça - e está dividida em duas partes: a primeira é dedicada aos agentes e a segunda às práticas judiciais.

O livro apresenta a história da justiça na América Portuguesa, inclusive no interior – áreas que geralmente são deixadas de escanteio nos estudos sobre a justiça no Brasil colonial. Os diversos agentes que faziam parte da estrutura judiciária “transplantada” pelo Império Português no Brasil tais como magistrados, ouvidores, corregedores, governadores, escrivães e tabelães, tem seus perfis e funções analisados ao longo dos capítulos, assim como as práticas judiciais desenvolvidas por eles em variadas capitanias.

Por meio dos textos que compõem a primeira parte da obra, podemos compreender vários aspectos da estrutura jurídico-administrativa vigente no período colonial. A prática empregada pela Coroa para distribuir os cargos –

¹ Doutora em História Social pela USP e professora da Universidade Federal Fluminense.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professora da mesma instituição.

³ Doutora pela Universidade Federal Fluminense e professora da UFRJ.

⁴ Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: rafaelacecconipanta@gmail.com

afinal, “do mesmo modo que bem cedo foi legitimado o direito do monarca julgar, também foi delegá-lo” (ASSIS, 2017, p.27), as prerrogativas dos donatários e os problemas envolvendo o sistema das capitanias hereditárias, a sobrevivência da ordem portuguesa, durante a administração holandesa em Pernambuco, e as reformas e transformações ocorridas nesta capitania são alguns dos pontos discutidos no primeiro capítulo. Este foi intitulado “Em nome do Rei. Um contributo aos estudos sobre justiça e governo na capitania hereditária de Pernambuco”, assinado por Virgínia Maria Almoêdo de Assis.

O capítulo seguinte, “A nova dinâmica da justiça na Amazônia pombalina”, de Márcia Eliane Alves de Souza e Mello,⁵ analisa as reformas político-administrativas ocorridas na região do Pará e Maranhão na segunda metade do século XVIII, incluindo a política indigenista. Neste caso, os índios passaram a ser compreendidos como componentes definidores das fronteiras coloniais e confirmadores da ocupação portuguesa. Como vassalos do rei, eles foram sendo incorporados ao universo colonial.

“Juizes letrados, vilas e julgado: A ouvidoria e os ouvidores em Cuiabá e Vila Bela (1728-1822), de Nauk Maria de Jesus,⁶ nos leva para outra área de fronteira: o oeste. Os ouvidores que serviram na fronteira oeste da América portuguesa são o foco do capítulo, que mostra como ocorreu a implementação da administração da justiça em Mato Grosso e discorre sobre os percursos dos ouvidores da capitania.

Se no capítulo anterior, os índios foram apresentados como o elemento capaz de consolidar as fronteiras na região amazônica, na fronteira oeste foi a presença do ouvidor a estratégia geopolítica adotada por Portugal para a delimitação de suas fronteiras com a Espanha. A área de fronteira é observada pela autora como possivelmente atrativa para os juizes, ainda que o Mato Grosso fizesse parte de uma zona periférica, de um “segundo circuito”, pois poderia proporcionar uma ascensão na carreira.

⁵ Doutora em História pela Universidade do Porto e professora da Universidade Federal do Amazonas.

⁶ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora da Universidade Federal de Grande Dourados.

A passagem pelo ultramar realmente poderia ser um “acelerador de carreiras” (CAMARINHAS, 2009, p. 102) e neste capítulo a autora segue este entendimento, buscando mostrar que esta possibilidade de progressão da carreira também poderia ser o caso da ouvidoria na fronteira oeste, mesmo a região do Mato Grosso não estando no mesmo nível de importância da Bahia e do Rio de Janeiro, que exerciam papel central no ultramar.

O capítulo seguinte, “Perfis e trajetórias: uma reflexão sobre as dinâmicas das carreiras dos ouvidores gerais das comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)”, de Jonas Wilson Pegoraro,⁷ também analisa uma região que pertencia ao “segundo circuito de magistrados”. O foco da pesquisa são os ouvidores em São Paulo e Paranaguá, entre 1699 e 1750, mostrando as trajetórias deles e as possibilidades de ascensão social pelo exercício ou pelo abandono dos cargos – as “estratégias pessoais”.

O capítulo cinco retorna para a região norte. Em “Justiça Colonial e as Comunicações Políticas: Notas do Desempenho dos Magistrados e das Instituições Judiciária nas ‘Capitanias do Norte’ (1799-1821)”, Antonio Filipe Pereira Caetano⁸ analisa os percalços produzidos pela distância das capitanias até a Relação da Bahia, que tinha jurisdição sobre a área e a tentativa de obter uma Relação em Pernambuco (o que acabou ocorrendo apenas em 1821), além de abordar as especificidades da região, já que Pernambuco permaneceu três séculos nas mãos dos primeiros donatários e sofreu influência dos holandeses.

Na sequência, Jeannie da Silva Menezes⁹ traz um estudo sobre os escrivães e tabeliães. “Escrivães da ouvidoria e Tabeliães do judicial de Pernambuco. Notas de pesquisa sobre o “encarte” nestes ofícios no século XVIII” elegeu como objeto de estudo duas figuras geralmente consideradas como auxiliares da burocracia, mas que na prática obtinham prestígio e poder: os escrivães e tabeliães. Embora fosse comum serem vistos como um cargo único, a autora mostra as diferenças entre as duas funções e a analisa a práxis notarial no século XVIII.

⁷ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor colaborador na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁸ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professor da Universidade Federal de Alagoas.

⁹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Encerrando a primeira parte, “Agentes da Justiça e os representantes do poder local no Ceará setecentista”, de autoria de Reinaldo Forte Carvalho¹⁰ aborda os conflitos entre os habitantes e os ouvidores que atuaram na Capitania do Ceará.

A segunda parte do livro é intitulada de “Práticas” e é inaugurada com “Ouvidores-gerais e Príncipes das Comarcas: O andar em correição na América Portuguesa, de Isabele de Matos Pereira de Mello, que examina o ato de correger na colônia, principalmente no Rio de Janeiro, região que a autora considerou privilegiada por contar com um excelente registro das correições.

“O Ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil, século XVIII”, capítulo de Maria Fernanda Bicalho e Renata Malcher de Araujo,¹¹ contribui trazendo a perspectiva dos oficiais régios da justiça como colaboradores para a criação de novas vilas no Brasil na primeira metade do século XVIII. Além de cumprir com suas funções na justiça, os ouvidores serviram no processo urbanizador: eram agentes dinâmicos, hábeis conhecedores do território.

O capítulo seguinte, de Cláudia Atallah,¹² “Administração da justiça nas terras dos Asseca: uma análise da carta de doação da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes (1674-1727)” aborda a concessão da capitania da Paraíba do Sul a Salvador Correia de Sá e Benevides em 1674 e as implicações decorrentes da administração da justiça em uma capitania senhorial.

Os trâmites legais que culminaram com o afastamento de D. Tomás José de Melo, último governador de Pernambuco no século XVIII, é o mote de Érika Dias¹³ em “Dar a cada um o que é seu: práticas administrativas em julgamento no Conselho Ultramarino, a punição do último governador setecentista de Pernambuco”. Utilizando a correspondência trocada entre este governador e os secretários de Estado da Marinha e Ultramar, a autora analisa como D. Tomás

¹⁰ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professor da Universidade de Pernambuco.

¹¹ Doutora em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa e professora da Universidade do Algarve.

¹² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora da Universidade Federal Fluminense.

¹³ Doutora em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa.

José de Melo foi destituído de seu cargo após uma denúncia anônima, mesmo tendo um “bom governo”.

O penúltimo capítulo, “Ministros letrados e a construção de redes de sociabilidade e poder na capitania de Minas Gerais: o caso do Desembargador Francisco José Pinto de Mendonça (1754-1773)”, de Maria Eliza de Campos Souza,¹⁴ utiliza a trajetória de um desembargador na Minas setecentista para questionar as complexas redes de relações que faziam parte do cotidiano de um magistrado no século XVIII e as implicações delas para o exercício do ofício.

Finalizando a obra, Maria Gabriela Souza de Oliveira¹⁵ assina o capítulo “Degredos internos: os criminosos das Minas a serviço do reino (1740-1832)”. A pena do degredo era uma peça central do sistema punitivo, totalizando mais da metade das condenações previstas (SIMEI, 2017, p. 230) e a autora mostra as práticas da justiça como um mecanismo de conquista e manutenção dos domínios portugueses: a justiça condenava ao degredo, mas também comutava penas e perdoava diversos tipos de crime, numa espécie de dialética de terror e clemência (HESPANHA, 1993, p. 525).

Os funcionários da justiça atuavam como representantes do poder do monarca na colônia. Exerciam seus cargos em um território imenso, muitas vezes em lugares remotos, atuando em funções que iam além do cumprimento da justiça (como os capítulos nos mostram, era relativamente comum acumular funções fazendárias e até servir como agentes promotores da urbanização dos espaços). Podemos compreender, portanto, que a justiça no Brasil colonial tinha um caráter multifacetado, por conta das inúmeras particularidades de cada região e também pela diversidade de relações sociais e práticas jurídicas. O importante e mais incrível é que mesmo neste cenário tão múltiplo, a Coroa não somente conseguiu consolidar sua presença como manteve o controle e teve seu poder reafirmado ao longo do período colonial.

Atualmente, a justiça colonial voltou a se destacar na historiografia brasileira com o surgimento de novos trabalhos e a formação historiadores dedicados ao estudo de novos temas e perspectivas. *Justiça no Brasil Colonial:*

¹⁴ Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora do CEFET-MG.

¹⁵ Doutoranda em História na Universidade Federal de Ouro Preto.

Agentes e práticas surge em um momento de renovação das pesquisas sobre a justiça na América Portuguesa e se insere no chamado “giro jurídico” da historiografia brasileira – uma zona de fronteira interdisciplinar na renovação não apenas da história política, mas também da história social (COSTA, 2017, p. 44).

A obra de Stuart Schwartz sobre o Tribunal da Relação da Bahia, *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*, apontou um fenômeno que o autor denominou *abrasileiramento da burocracia* (SCHWARTZ, 1973, p.253). O *abrasileiramento da burocracia* é uma condição decorrente do impacto provocado pelo enraizamento dos magistrados na sociedade colonial. A rica análise de Schwartz sobre as relações entre os juízes e a sociedade do Brasil colonial serviu como uma espécie de ponto de partida para o advento de trabalhos sobre as diversas particularidades do sistema judicial que vigorava na América Portuguesa.

O angustiante momento político que o Brasil enfrenta atualmente também não pode ser desconsiderado como um fator que impulsiona o interesse dos historiadores pelos temas da justiça. As questões políticas e os imbróglios que ocorrem nas nossas principais cortes fazem despontar o interesse de buscar compreender o processo histórico de implantação da justiça no Brasil. *Justiça no Brasil Colonial: Agentes e práticas* oferece aos leitores esta oportunidade. A diversidade de conteúdos incluídos no livro é um dos seus pontos de destaque.

Ao abranger textos sobre diversos cargos, funções e práticas que formavam a malha judicial do Brasil colônia e de incluir regiões que normalmente não costumam receber atenção no âmbito das pesquisas sobre a justiça colonial, a obra pode fomentar o interesse de estudantes e pesquisadores da história colonial para o vasto campo de possibilidades de estudos que a justiça pode representar. Recomendo a leitura para os estudantes do curso de História que desejam se aprofundar nos temas relacionados à história da justiça na América Portuguesa e para todos os que se sintam interessados em se aventurar pelas malhas da administração colonial.

Referencias

CAMARINHAS, Nuno. **O Aparelho Judicial Ultramarino Português: o Caso do Brasil (1620-1800)**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11710>. Acesso em 01.06.2018.

COSTA, Wilma Peres. **História e Direito: em busca dos continentes submersos: comentário ao texto de Annick Lempériere**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332017000100044>. Acesso em 09.03.2018.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Da "Iustitia" à "Disciplina". Textos, poder e política penal no Antigo Regime**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/134530.pdf>>. Acesso em 18.08.2018.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751** – 1ª edição publicada em 1973.

TORRES, Simeia Maria de Souza. **O degredo como punição: a pena de degredo para o Brasil no livro V das Ordenações Filipinas**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/73080>. Acesso em 16.08.2018.

Recebido em: 13.03.2019
Aprovado em: 23.07.2019